

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

TATIANA ORTIZ BUENO

**CONSTRUINDO UM PATRIMÔNIO:
as operações valorativas do CONDEPHAAT na patrimonialização da Bolsa
Oficial de Café de Santos
(1974-1981).**

Guarulhos

2021

TATIANA ORTIZ BUENO

**CONSTRUINDO UM PATRIMÔNIO:
as operações valorativas do CONDEPHAAT na patrimonialização da Bolsa
Oficial de Café de Santos
(1974-1981).**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
São Paulo como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique

Guarulhos

2021

Bueno, Tatiana O.

Construindo um patrimônio: as operações valorativas do CONDEPHAAT na patrimonialização da Bolsa Oficial de Café de Santos (1974-1981) / Tatiana Ortiz Bueno. – Guarulhos, 2021.

113 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

Orientador: Fernando Atique.

Título em inglês: Building Heritage: the valuation speeches traced by CONDEPHAAT in the legal listing process of the Official Coffee Exchange of Santos (1974-1981).

1. Patrimônio 2. História 3. Cultura I. Atique, Fernando.
II. Construindo um patrimônio.

TATIANA ORTIZ BUENO

**CONSTRUINDO UM PATRIMÔNIO:
as operações valorativas do CONDEPHAAT na patrimonialização da Bolsa
Oficial de Café de Santos
(1974-1981).**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção
de grau em História.**

Aprovado em: _____ / _____ de 2021

Professora Dra. Ana Luiza Martins
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
(CONDEPHAAT)

Professora Dra. Lucília S. Siqueira
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Após o longo de tempo de confecção deste trabalho (na verdade por questões pessoais da própria autora que aqui escreve), chegou o momento de agradecer a todos que direta e indiretamente contribuíram para a chegarmos ao resultado final, a esse importante momento de fechamento de um ciclo.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os mestres que passaram por minha vida, desde o ensino fundamental até hoje, pois eles foram primordiais para chegar a este momento. Em especial, agradeço ao meu orientador Professor Doutor Fernando Atique, que sempre me inspirou com seu trabalho e por ter aceitado me orientar nesta monografia, sempre iluminando esta jornada com seu conhecimento.

Agradeço pela contribuição à Marcela Rezek, da área técnica do Museu do Café, e à Elis Granado, bibliotecária da instituição, que muito gentilmente responderam meus e-mails e forneceram informações para confecção desta monografia. Também agradeço ao Sr. Carlos Pimentel Mendes, mantenedor do jornal eletrônico Novo Milênio, que muito prontamente respondeu meus e-mails e colaborou com este trabalho.

A longa caminhada pela Unifesp me presenteou com valorosos amigos, que sempre estiveram juntos nos momentos de alegria e angústia. Gostaria especialmente de agradecer à Sheyla Oliveira e Rita Assis, que sempre estiveram ao meu lado e me apoiaram para que eu continuasse e chegasse à conclusão desta graduação. Da vida inteira, agradeço pelo suporte dos meus amigos Danilo Luz e Ivanete Fernandes, que durante minha graduação sempre me incentivaram e me aconselharam quando precisei. Também meu amigo Willian Sabião, pelo carinho em nossas conversas e por me confortar nos momentos turbulentos.

Por último, porém não menos importante, à minha família que sempre esteve ao meu lado e que me ajudaram demais para que a conclusão do curso de graduação fosse possível. Não há palavras para descrever o quanto sou grata a vocês.

“Café com pão
Café com pão
Café com pão
Virge Maria que foi isto maquinista?

Agora sim
Café com pão
Agora sim
Voa, fumaça
Corre, cerca
Ai seu foguista
Bota fogo
Na fornalha
Que eu preciso
Muita força
Muita força
Muita força...”

Manuel Bandeira, Estrela da Manhã, 1936.

RESUMO

O período cafeeiro legou a São Paulo um vasto patrimônio arquitetônico que testemunha mudanças nos métodos construtivos que foram remodelando a paisagem das cidades paulistas, e a arquitetura eclética foi eleita pelas elites cafeicultoras como símbolo de sua entrada no capitalismo. Assim como em outras cidades, Santos experimentou um grande crescimento nesse período, uma vez que seu porto foi o principal escoadouro da produção de café paulista. Assim, a partir do final do século XIX, muitas instituições ligadas ao comércio cafeeiro se instalaram na cidade, e no início do século XX, foi criada a Bolsa Oficial de Café, que no ano de 1922, justamente no Centenário da Independência, ganhou sua sede em um monumental edifício eclético, projetado pela Companhia Construtora de Santos. Neste trabalho, olharemos para este bem cultural através das narrativas que foram traçadas no processo 421/74, no qual atuaram Técnicos e Conselheiros do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), e também outras personagens, que juntos costuraram a trama que resultou na valoração do prédio e obras de arte do pintor Benedito Calixto como um patrimônio histórico paulista. Sabendo que os conceitos acerca do patrimônio são mutáveis ao longo da história, buscaremos entender às questões concernentes ao tema que estavam em voga no período desse processo, que se iniciou no ano de 1974, e efetivou-se no tombamento do bem no ano de 1981. Posteriormente, nos anos 2000, o edifício da antiga Bolsa de Café novamente tornou-se objeto de um estudo de tombamento, neste momento para seu reconhecimento como patrimônio cultural nacional, com a abertura do processo 1514-T-2003 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim, através de um breve comparativo entre os processos conduzidos pelas duas instituições, buscamos detectar persistências discursivas e rupturas nestes documentos, uma outra visão do mesmo bem em sua trajetória de valoração enquanto patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio; Santos; Bolsa Oficial de Café; CONDEPHAAT.

ABSTRACT

The period of coffee cultivation in São Paulo bequeathed a vast architectural heritage that are evidences of significant changes in construction methods that were remodeling the landscape of the province cities, and the eclectic architecture was chosen by the coffee-growing elites as a symbol of their entry into capitalism. As in other cities, Santos experienced great growth during this period as its port was the main outlet for coffee production in São Paulo. Thus, from the end of the 19th century, many institutions linked to the coffee trade settled in the city, and in the beginning of the 20th century, the Official Coffee Exchange was created, which in 1922, precisely on the Centenary of Independence, gained its headquarters in a monumental eclectic building, designed by the Companhia Construtora de Santos. In this work, we will look at this cultural asset through the narratives that were traced in the judicial process of listing 421/74, in which technicians and advisors of the Defense Council of the Historical, Artistic, Archaeological and Touristic Heritage of the State of São Paulo (CONDEPHAAT), as well as other characters, acted together building a plot that resulted in the valuation of the building and the art pieces of the painter Benedito Calixto as a historical heritage site in São Paulo. Knowing that concepts about heritage are changeable throughout history, we will try to understand the issues concerning the theme that were in vogue during the period of this judicial process, which started in 1974, and turned the property effectively as a heritage in 1981. Later on, in the 2000s, the building of the former Official Coffee Exchange again became subject for a listing study, at this time for its recognition as a national cultural heritage, through the opening of the judicial process 1514-T-2003 by the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN). Thus, through a brief comparison between the judicial processes conducted by the two institutions, we seek to detect discursive persistence and ruptures in these documents, another perspective of the same property in its valuation path as a heritage.

Key words: Heritage, Santos, Official Coffee Exchange, CONDEPHAAT.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. UM MUNDO PARA O PATRIMÔNIO: ENCANDEAMENTOS POSSÍVEIS.....	19
2. A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PAULISTA: O CONDEPHAAT E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA BOLSA OFICIAL DE CAFÉ DE SANTOS – 421/1974	31
2.1 O processo 421/1974: a trajetória de patrimonialização da Bolsa Oficial de Café	36
2.2 O pós-tombamento: as ações da comunidade santista em defesa de seu patrimônio	63
3. OS ANOS 2000: UM BREVE COMPARATIVO ENTRE OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO ESTADUAL E FEDERAL	67
3.1 Entre rupturas e continuidades: comparando os processos 421/74 (CONDEPHAAT) e 1514-T-03 (IPHAN).....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
REFERÊNCIAS EM MEIO ELETRÔNICO	103
FONTES	106
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA	107
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Assim como o conhecimento histórico, a preservação ao patrimônio nasceu do desejo das sociedades de eternizar os vestígios de seu passado, elementos que ao serem patrimonializados são ressignificados perante a sociedade e tornam-se representantes da identidade de sua população. Ao refletir sobre esses dois campos de conhecimento, Márcia D'Aléssio estabeleceu uma relação de parentesco entre eles, uma vez que ambos revelam uma maneira dos grupos humanos olharem para seu passado, e nos mostrou também que há uma dimensão afetiva no impulso preservacionista ao transformar um determinado bem em patrimônio, uma vez que ao sentirem a ameaça do esquecimento esses grupos buscam com esta prática um meio de “preservarem suas lembranças num impulso de se referenciar nelas” (D'ALÉSSIO, 2012, p. 79).

O pano de fundo sobre o qual será tecido este trabalho é a cidade de Santos, localizada no litoral do Estado de São Paulo, e cujas origens remontam aos tempos coloniais, quando suas condições geográficas¹ já lhe favoreciam como um “sítio portuário” para a Capitania de São Vicente, fatores que também foram facilitadores para instauração de um núcleo urbano em suas proximidades. Segundo José Ribeiro de Araújo Filho (1969, p.46-47), a “vocação portuária” de Santos já estava presente nas cr nicas coloniais e foi ao redor desse “porto canoeiro” que foi fundada a segunda vila da Capitania de São Vicente. O autor também explica que o aglomerado santista rapidamente conquistou supremacia frente   sua vila vizinha, São Vicente, o que rendeu a povoa o fundada por Brás Cubas o foral de vila em 1545, “que foi ratificado pelo governo de Portugal em 1546” (Machado de Oliveira apud ARAÚJO FILHO, 1969, p. 47).

Apesar de favorecida pelas condi es geográficas e de sua rápida eleva o   vila no ano de 1546, Araújo Filho nos mostra que, nesse primeiro momento, tampouco Santos ou sua hinterlândia imediata, a vila de São Vicente, apresentaram a possibilidade de uma agricultura comercial de exporta o que viesse a beneficiar o crescimento do acanhado porto, situa o que

¹ Conforme afirma José Ribeiro de Araújo Filho, o local onde foi fixado o aglomerado urbano e sítio portuário santista oferecia características geográficas que lhe favoreciam para isto, entre as quais listou o autor: “passagem livre do interior do estuário para o mar através da Barra Grande (“Barra Grande de Santos”), com águas mais calmas e profundas; local mais abrigado para o sítio da própria vila e dotado de maior número de aguadas oriundas das encostas setentrionais do maciço insular santista (ribeirões do Itororó, de São Jer nimo e de São Bento), de onde provieram, até os finais do século XIX, os mananciais de águas potáveis da própria cidade de Santos; maiores facilidades de liga es com as regiões vizinhas, sobretudo com outros setores de baixadas, quer insulares, quer continentais; maior proximidade da rota que demandava o planalto, através de trechos fl vio-marinhos e vales da Serra e, finalmente, a localiza o nas proximidades do local dos pequenos, porém, mais prósperos, tratos de terras cultivadas (cana-de-açúcar e culturas de subsistência) da Capitania” (ARAÚJO FILHO, 1969, p.45).

perdurou até o século XIX. O autor também nos mostra que também sua “hinterlândia remota”², a vila planaltina de São Paulo de Piratininga, pouco acrescentou para o desenvolvimento econômico da Capitania, uma vez que “os povoadores da vila de Anchieta não encontravam grandes vocações agrícolas nas terras que tinham à sua disposição” (ARAÚJO FILHO, 1969, p. 47-48).

Ao tratar do processo de urbanização do Brasil, com base no trabalho de Pierre George, Ana Lúcia Duarte Lanna (1996, p. 18) explica que a criação das cidades coloniais era resultado de “uma especulação comercial”, nas quais os imigrantes buscaram estabelecer atividades dentro do setor primário e terciário, voltadas ao mercado internacional. Assim, conforme os apontamentos de José Araújo Filho, diferentemente das capitanias que foram implantadas no nordeste do território brasileiro no século XVI e que se desenvolveram em torno da agroindústria açucareira, a Capitania de São Vicente não conseguiu se estabelecer, nesse mesmo momento, em torno desse comércio, o que levou suas áreas ocupadas a sofrerem “uma estagnação no seu processo de ocupação, já em fins do século XVI” (ARAÚJO FILHO, 1969, p. 48)³, algo que perdurou pelos três primeiros séculos de sua história colonial.

Conforme já demonstramos acima, Santos enquanto principal porto da Capitania e por ficar em um ponto estratégico de ligação com o planalto onde se fundou a vila de Piratininga propiciaram uma profunda ligação entre os dois aglomerados durante sua história colonial. Conforme explica Caio Prado Jr., foi a antiga trilha dos índios, conhecida como Caminho do Mar, a principal interligação entre Santos, o único porto da Capitania e sua abertura ao mundo exterior. Ainda segundo o autor, São Paulo era o “centro do sistema de comunicações do planalto”, o qual por ser acessível tanto pelos caminhos fluviais quanto terrestres, conectava-se

² José Araújo Filho (1969, p.47-48) explica que o porto de Santos teve como sua primeira hinterlândia imediata as pequenas áreas agrícolas dispersas pelas baixadas e morros do litoral regional, enquanto aponta como sua hinterlândia remota o planalto paulistano, explicitando que nenhuma delas tinha vocações agrícolas para produzir culturas de exportação.

³ Apesar de vários trabalhos como o de Araújo Filho nos mostrarem a estagnação na ocupação e urbanização vivida pelas vilas paulistas até o século XIX, verificamos a existência de textos que nos mostram que, apesar da baixa movimentação do porto de Santos durante todo o período colonial, ele exerceu um importante papel nas importações de materiais que seguiam para o interior da Capitania e também no sistema de abastecimento de portos de outras regiões. Como exemplos de trabalhos que contestam a estagnação econômica vivida por São Paulo e Santos no período colonial, podemos citar a tese de Maria Aparecida Borrego, intitulada *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, na qual a autora analisa os artigos comercializados nas lojas de São Paulo durante a primeira metade do século XVIII, e cujos resultados de sua investigação constatarem que quase tudo o que era vendido pelos comerciantes eram produtos importados, os quais segundo ela eram provenientes do Rio de Janeiro ou de Santos, um indício de que esta vila esteve envolvida em uma dinâmica comercial, antes mesmo do comércio exportador. Também colocando em pauta as dinâmicas do Porto de Santos no cenário importador e exportador em finais do século XVIII e início do século XIX, podemos citar a seguinte dissertação: DI CARLO, Ricardo Felipe. Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836. 2011. 308 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

com as zonas povoadas do sertão, concluindo assim que, o intercâmbio intenso entre esses dois pontos foi primordial no sistema econômico da Capitania, do qual “o sistema *São Paulo – Caminho do Mar - Santos* torna-se o eixo, a base do organismo econômico” (PRADO JUNIOR, 1998, p. 27-31).

Entretanto, mesmo que as duas vilas tenham se constituído como um importante eixo articulador do interior com o mundo exterior, algo que foi determinante na economia colonial, conforme demonstra José de Araújo Filho, a Baixada Santista e o Planalto Paulistano não tiveram um grande desenvolvimento nem mesmo durante o período de apogeu da exploração aurífera, uma vez que a administração portuguesa elegeu o Rio de Janeiro para saída desse metal precioso “por situar-se numa posição geográfica melhor em relação às áreas de produção das Minas Gerais” (ARAÚJO FILHO, 1969, p. 49). Ainda segundo o autor, esse foi o período de maior decadência do porto santista, e por isso as duas áreas se mantiveram estagnadas, áreas de passagem com “pouca gente e nenhuma riqueza” que possibilitassem seu desenvolvimento.

Conforme aponta Ana Lanna (1996, p. 40-41), Santos teve sua paisagem colonial marcada pela presença de instituições religiosas católicas, assim como outras cidades do Brasil colonial, porém sua condição portuária tornou necessária a presença de outros elementos urbanos, principalmente relacionados à defesa de seu território. A autora ainda nos mostra que o ponto inicial da cidade ficava nas chamadas “terras ao Oriente”, e seus marcos eram o outeiro de Santa Catarina, o hospital e a Câmara Municipal, locais em que mais adiante seriam construídos os quartéis, os quais dariam nome a essa porção mais antiga da cidade. Já em 1640, o convento dos franciscanos marcava o ponto onde terminava a localidade, conhecido como o Valongo, área mais recente e que se ligava aos “Quartéis” pela rua Direita, então a única rua da povoação. Estes eram os dois núcleos que compunham a vila de Santos no século XVIII, e foi a partir daí que a cidade se expandiu a partir do século seguinte.

Em 1839, Santos foi elevada à categoria de cidade, uma vez que começava a demonstrar modificações político-espaciais que seriam ainda mais expandidas nas décadas seguintes. Para este trabalho, nos interessará avançar para o período que é considerado o apogeu para a zona portuária de Santos, o momento em que se iniciam as atividades exportadoras do café, quando a localidade já era efetivamente uma cidade. Segundo Araújo Filho (1969, p. 51-54), a partir do final do século XVIII, o porto de Santos desfrutou de um curto período como exportador de açúcar, proveniente do chamado “Quadrilátero do Açúcar”⁴, porém há poucos documentos que

⁴ Petrone (apud ARAÚJO FILHO, 1969, p. 51) nos mostra que no século XIX, houve progresso na lavoura canavieira planaltina em uma região “que se chamaria o “Quadrilátero do Açúcar”, formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí”.

mostrem a real quantidade exportada desta mercadoria. Entretanto, por volta da década de 1850, o autor nos mostra que o café já liderava as exportações santistas, e que outros acontecimentos importantes do período, como a construção da ferrovia ligando-o à região de cultivo da rubiácea, vieram a contribuir para o progresso do Porto de Santos, que a partir de então passaria a ser conhecido como o “Porto do Café”.

Com base no trabalho de Ana Luiza Martins (2012, p. 35), percebemos que o café teve uma rápida expansão pelo território brasileiro desde a introdução das primeiras sementes no Pará no ano de 1727, por Francisco de Melo Palheta⁵. Segundo a autora, já em meados do século XVIII, algumas mudas da rubiácea já haviam sido trazidas ao Rio de Janeiro, onde os núcleos produtores estabelecidos na cidade do Rio e vale Fluminense passaram a ser “o centro irradiador da cultura do café no país” (MARTINS, 2012, p. 46-47). Martins (2012, p. 76-78) ainda nos mostra a contínua expansão cafeeira pelo Vale do Paraíba adentrando as terras paulistas em um movimento contínuo durante todo o século XIX, uma “onda verde” que seguiu rumo ao oeste paulista e “ganhou a região de Campinas” por volta de 1835, adentrando cada vez mais o interior do planalto, em busca de terras virgens para seu cultivo.

Se, no primeiro momento do cultivo da rubiácea no sudeste do país o porto de Santos ainda não desempenhava grande papel enquanto exportador desse produto, percebemos que, a partir desse movimento expansionista da cultura cafeeira para o oeste paulista, juntamente com a implantação da ferrovia na segunda metade do século XIX para facilitar o transporte dessa produção, abriu-se a possibilidade para que o porto santista se consolidasse como principal escoadouro “ouro verde” paulista, o que viabilizou seu desenvolvimento e as alterações na paisagem urbana santista.

Conforme afirma Ana Lúcia Lanna (1996, p. 55-57), a região do porto, nas proximidades do Valongo, sofreu grandes alterações em seu “tecido urbano” quando houve essa intensificação do movimento de navios. A autora nos mostra que a ferrovia tinha seu ponto terminal em terrenos que antes pertenciam ao antigo convento franciscano, bem próximo à área do porto, algo que visava facilitar o embarque do café que descia, e a subida de produtos e trabalhadores rumo ao planalto. Com esse grande movimento de embarque e desembarque, as elites locais que habitavam a região do Valongo deixaram o local⁶, abrindo espaço para a

⁵ Conforme afirma Ana Luiza Martins (2012, p. 35-36) um dos pontos em comum nos registros das narrativas que contam a história a chegada do café ao Brasil é o fato de atribuírem a Francisco de Melo Palheta a introdução das sementes da rubiácea, fato que ganhou com o tempo uma construção heroica em torno de si e de seu feito.

⁶ Ana Lúcia Lanna observa que espaços que antes não faziam parte da vida da cidade, como a região das praias, passaram a ser espaços ocupados pela elite comercial santista que antes habitava o Valongo, mudança que ocorreu principalmente na virada para o século XX. Com a implantação de linhas de bonde que ligavam o centro da cidade à ponta da praia, originaram-se duas regiões que nela se opunham, uma é a área das praias, onde se desenvolveu a

instalação de armazéns destinados à estocagem do café e mercadorias, além de habitações para os trabalhadores do porto.



Figura 1: Vista do Porto de Santos, circa 1911. Fonte: Coleção Guilherme Gaensly, Arquivo do Estado SP.

Ana Lúcia Lanna também nos mostra que nesse momento em que se intensificou a movimentação do café no Porto Santista, este ainda se apresentava com seus trapiches e pontes de madeira, e a partir dos “anos 1870 a transformação e modernização do porto era um problema que preocupava as autoridades e comerciantes” (LANNA, 1996, p. 57). Entretanto, segundo Araújo Filho (1969, p. 67-74), a primeira etapa da modernização e expansão do porto só seria concluída em 1897, quando os primeiros 260 metros de cais foram construídos por iniciativa de um grupo de comerciantes e industriais paulistas. A partir de então, o porto seguiu em expansão contínua e atingiu, em 1909, um total de 4720 metros, na extensão da chamada rampa do Valongo até o extremo cais da Mortona.

Em torno da produção cafeeira desenvolvida no interior paulista que surgiu a necessidade de implementação de diversas instituições que organizassem e facilitassem o comércio e exportação deste produto agrícola. Conforme nos mostra José Araújo Filho (1969,

“cidade dos ricos”, e a outra, conhecida como centro, onde se concentraram “as atividades comerciais, de abastecimento, a zona cerealista, atacadista, os cortiços, a população mais pobre muitas vezes ligada aos trabalhos do porto” (LANNA, 1996, p. 90-91).

p.152-156), devido a essa demanda instalou-se a região do Valongo a Praça Cafeeira santista, em finais do século XIX, na qual agrupou-se toda a estrutura relacionada aos negócios cafeeiros, chamada pelo autor de “Alto Comércio de Café”⁷.

E foi também na região portuária do Valongo que surgiu a Bolsa Oficial de Café de Santos, cuja criação ocorrera em julho de 1914, mas cujo funcionamento só foi autorizado pelo Decreto Estadual nº 2797, de 28 de abril de 1917. Segundo Ana Lanna, a Bolsa tinha por objetivo “organizar os negócios do café, principalmente os negócios futuros, minimizando o peso dos banqueiros e grandes negociantes internacionais”, uma maneira que de garantir aos agricultores e comerciantes nacionais a “integridade dos negócios realizados na praça de Santos” (LANNA, 1999, p.107).

Ao iniciar suas atividades em 1917, a Bolsa Oficial de Café de Santos foi instalada provisoriamente “na parte térrea do edifício situado na esquina da Rua Quinze de Novembro com Rua Santo Antônio (atual Rua do Comércio)” (BARBOSA *et al.*, 2004, p. 65). Contudo, os negócios realizados pela Bolsa já previam o levantamento de fundos para a construção de sua sede própria, e assim surgiu o edifício que ficou conhecido como o “Palácio da Bolsa do Café”. Também construído à Rua Quinze de Novembro, no centro da cidade e próximo às outras instituições ligadas aos negócios cafeeiros, o prédio foi inaugurado no ano de 1922, em meio às comemorações do Centenário da Independência do Brasil⁸. Segundo Lanna (1999, p. 107), a Companhia Construtora de Santos, firma de Roberto Simonsen responsável pela construção da Bolsa, buscou incorporar na arquitetura elementos que simbolizavam a crescente internacionalização do país, o que implicava em usar elementos da arquitetura eclética.

⁷ José Araújo Filho denominou como “Grande Centro Comercial de Santos” a área que ia das instalações da ferrovia Santos a Jundiá, e englobavam a entrada da cidade, Saboó, a praça da Estação, a parte correspondente à Paquetá em frente ao antigo escritório da companhia Docas de Santos, estendia-se pelo porto chegando até a bacia do Mercado, e seguia pelo canal até a rua Senador Feijó, chegando até as bases do Monte Serrat. Para o autor, a “Área do Alto Comércio do Café” encontrava-se encravada na porção mais central desta região delimitada, e ali se “encontram não somente todas as casas que comerciam com o produto (Comissárias e Exportadoras), como também a rede bancária, a maioria dos armazéns que recebem os cafés chegados do interior e onde são eles rebeneficiados e preparados para exportação, bem como as firmas que comerciam com a sacaria, a Bolsa Oficial do Café, as casas dos despachantes oficiais, etc.” (ARAÚJO FILHO, 1969, p. 153). Em anexo, mapa do autor delimitando a Área do Grande Centro Comercial de Santos (vide Anexo 1).

⁸ O Relatório da Companhia Construtora de Santos do ano de 1923 (BARBOSA *et al.*, 2004, p. 84) apresenta que, para ocasião da inauguração da Bolsa Oficial de Café, foi finalizado apenas a parte principal do edifício, principalmente sua fachada voltada à Rua Quinze de Novembro e o salão do pregão, sendo o restante concluído somente no ano seguinte. Assim, percebemos que o edifício fora inaugurado antes de sua finalização em uma data simbólica na qual também foram inaugurados outros monumentos comemorativos no Estado, o que nos mostra uma clara intencionalidade em posicionar o prédio da Bolsa Oficial de Café como um monumento da história nacional.



Figura 2: Prédio da Bolsa Oficial de Café de Santos, s.d., autoria desconhecida. Fonte: Acervo do Museu do Café

Conforme nos chama a atenção Ana Lanna (1999, p. 108) o Palácio da Bolsa já nasceu com elementos que demonstravam um caráter monumental, uma espécie de propaganda edificada que visava difundir a riqueza do café que fluía em São Paulo, cujo principal objetivo era atrair capital e trabalhadores para o Estado. Entretanto, logo após a crise de 1929, as atividades da Bolsa foram declinando, juntamente com a diminuição da exportação do café, o que levou ao estado de quase abandono que o edifício se encontrava na década de 1970, quando se iniciou o processo que o levaria a ser reconhecido como “Patrimônio Histórico” pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de

São Paulo, o CONDEPHAAT. Tombado como bem de interesse ao Estado de São Paulo, o edifício foi inscrito no Livro do Tombo Histórico número 1, sob número 157, folha 134, aos 28 de janeiro de 1981.

Criado pela lei 10.247 de 22 de outubro de 1968, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo nasceu com a finalidade de “adotar todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado”, e sua criação vem ao encontro com as premissas firmadas no Compromisso de Brasília, de 1970, que previa a “ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” (RODRIGUES, 2000, p. 49-50). Percebemos assim, que o órgão de defesa do patrimônio paulista fora criado pouco tempo antes da instauração do processo de tombamento da Bolsa Oficial de Café, que se iniciara no ano de 1974, e é o objeto de estudo de nosso trabalho.

Assim, o objetivo principal deste trabalho será lançar um olhar sobre a maneira como este órgão de proteção oficial agiu na patrimonialização da Bolsa Oficial de Café santista, o qual através do processo 421/74 foi reconhecido como um bem representativo para a história do Estado e entrou para a lista de seu patrimônio cultural. Para isso, voltaremos um pouco no tempo a fim de compreender como os mecanismos legais surgiram ao longo da história e sua utilização para proteger e conservar elementos que são considerados testemunhos do passado de um determinado povo, e como isso implica na valoração dos bens culturais perante a sociedade.

Para adentrarmos nas searas da preservação do patrimônio, temos o intuito de compreender os fenômenos históricos que motivaram a prática de proteção dos bens móveis e imóveis representativos para história de uma nação, e para isto revisitaremos trabalhos de autores que contribuíram para a construção deste debate. Além disso, também será necessário nos voltarmos à bibliografia voltada ao entendimento dos conceitos de História e Memória, para que enfim possamos traçar um panorama de como a cultura material, principalmente aqui representada pelas edificações, passou a ser valorizada enquanto testemunho da história e também lugares de memória para os povos.

Desta maneira, o primeiro capítulo deste trabalho se dedicará a apresentar uma discussão baseada na bibliografia acerca dos conceitos acima apresentados, para que assim possamos oferecer uma base para a análise do objeto de estudo que desenvolveremos nos capítulos seguintes desta monografia.

O segundo capítulo deste trabalho buscará entender a leitura acerca do edifício e sua história realizada pelo órgão oficial de proteção do patrimônio paulista, o CONDEPHAAT, o

qual pelo processo 421/74 efetuou o tombamento do bem e seu reconhecimento enquanto patrimônio histórico no Estado de São Paulo. Esta análise tem por intenção colocar em voga não somente o bem em questão, mas também os agentes que nele atuaram, tanto pertencentes ao poder público, representados pelos técnicos e pareceristas que deixaram seus laudos para o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, quanto por representantes da comunidade santista, que muitas vezes atuaram em defesa do bem, com esforços que também podem ser personificados através do periódico local “A Tribuna”.

O processo que será analisado em nosso segundo capítulo foi instaurado junto ao CONDEPHAAT no ano de 1974, sob o número 421/74. É composto por apenas um volume, o qual possui 233 folhas, incluindo suas capa e contracapa. A efetivação do tombamento do edifício da Bolsa Oficial de Café, nos autos discutida, ocorreu em 22 de setembro de 1981, com a resolução número 36 assinada pelo então Secretário Antônio Henrique da Cunha Bueno, e posteriormente foi anexado o documento de inscrição do bem no livro de tomo histórico, em 28/01/1982⁹, já com a sugestão para o arquivamento do processo. Entretanto, novos documentos foram anexados após essa data, ainda nesse mesmo ano, e na década de 1990 encontramos algumas instruções relativas ao levantamento fotográfico solicitado, e também as respectivas fotografias que foram tiradas em 1999, para a publicação *PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA – Bens Tombados 1968 – 1998*. Com relação à esta questão, achamos interessante ressaltar que no ano de 1979, houve a instrução de que fosse realizado o levantamento fotográfico da Bolsa Oficial de Café, às quais foram executadas por Hugo Segawa e que resultaram em cinquenta fotografias, mas que não se encontram anexadas ao processo. Ainda com relação à estrutura do processo, também é importante citar que este consta com uma grande quantidade de recortes do periódico *A Tribuna*, os quais muitas vezes chegaram até o CONDEPHAAT juntamente com alguma requisição ou documentação.

Os pareceres e documentos anexados ao processo nos auxiliarão a traçar um panorama sobre como os bens culturais eram vistos no período em que tramitou o processo, que vai do ano de 1974 até 1981, quando a Bolsa Oficial de Café foi finalmente oficializada como Patrimônio. Eles também serão primordiais para compreendermos como o conceito de patrimônio foi sendo forjado ao longo desse período, uma vez que, conforme destacou Ulpiano

⁹ Na folha direcionada ao Diretor da Secretária Executiva Aldo Nilo Losso com os dados referentes à inscrição da Bolsa Oficial de Café no Livro de Tombo Histórico consta a data de 28/01/1981, porém, pela cronologia do processo e pelo diretor assinar logo em seguida datando sua solicitação de arquivamento como 29/01/1982, acreditamos estar incorreto e por isso assumimos acima a expedição do documento em 1982.

Bezerra de Menezes (apud RODRIGUES, 2000, p. 90-91), então conselheiro do CONDEPHAAT, o patrimônio possui um caráter dinâmico, e sua leitura exige o entendimento das diversas transformações pela qual passa a sociedade.

O terceiro e último capítulo desta monografia vincula-se a esta análise, e nele faremos um breve comparativo entre o processo de tombamento que tramitou pelo órgão paulista a partir de 1974, com o processo aberto no ano de 2003 junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, sob o número 1514-T-03. Desta maneira, conseguiremos traçar um panorama sob a leitura feita sobre o mesmo bem em dois períodos diferentes, o que nos ajudará a compor os traços dessas mudanças no campo do patrimônio, e também a compreensão do próprio bem em questão enquanto alvo das discussões de duas instituições de salvaguarda do patrimônio em nosso país. Pretendemos assim, contribuir com a discussão do patrimônio nacional, bem como trazer uma leitura sobre a história da cidade de Santos através desses processos de patrimonialização do edifício da Bolsa Oficial de Café, o qual o colocou no rol de bens eleitos como um “suporte de memória” para o nosso Estado e nação.

Com relação à estrutura do processo do IPHAN 1514-T-03, iniciado no ano de 2003, este é composto por dois volumes, sendo que no primeiro encontramos 188 folhas, já considerando sua capa, à qual foi inserida em 15 de agosto de 2008, e seu termo de encerramento, datado de 04 de março de 2009. No início desta primeira parte do processo, encontramos um dossiê enviado pelos solicitantes do tombamento, a Associação Amigos do Museu dos Cafés do Brasil, no qual foi inserido um amplo acervo fotográfico e iconográfico, e por essa razão, não encontramos um levantamento realizado pelo IPHAN nesse sentido. Na instrução do processo, apenas foram acrescidos mapas do entorno e um mapeamento interno do salão do pregão da Bolsa, orientando sobre a posição do mobiliário e das obras de Benedito Calixto. O segundo volume possui 98 folhas, também contando com sua capa, e foi finalizado com uma solicitação de guarda do processo, no dia 30 de maio de 2012, ano do efetivo tombamento do bem. Esta parte do processo conta com a ata da reunião do Conselho, realizada no ano de 2007, e também há muitos documentos que nos mostram os trâmites finais do processo, o qual sofreu alguns atrasos em sua conclusão devido problemas burocráticos. Para o nosso comparativo, nos debruçaremos principalmente sobre o primeiro volume, uma vez que neste já encontramos o parecer final e voto do Conselheiro favorável ao tombamento, em documento datado de dezembro de 2006, o que nos fornece os dados necessários para que possamos estabelecer nossa análise.

1. UM MUNDO PARA O PATRIMÔNIO: ENCANDEAMENTOS POSSÍVEIS

Para falarmos sobre a valoração de monumentos¹⁰, poderíamos nos voltar ao Renascimento Italiano, quando segundo Aloïs Riegl (2014, p. 40-42), passou-se a valorizar os monumentos da Antiguidade Clássica também pelo seu “valor da arte e o seu valor histórico”, e não somente como construções que representavam a memória patriótica da grandeza daquele Antigo Império, o Romano, do qual os italianos julgavam-se herdeiros. Para o autor, foi exatamente essa imputação de valores por aquelas sociedades renascentistas desses valores que levou às primeiras medidas de proteção legal aos monumentos, das quais ele destaca o Decreto de Paulo III¹¹, datado de novembro de 1534.

Entretanto, Riegl (2014, p. 42-44) esclarece que esse valor de memória despertado nos italianos do século XV não poderia ser comparado ao início do século XX, e que estas medidas protetivas particulares só tinham em vista monumentos da Antiguidade Clássica, e que “o processo de evolução” desse conceito somente viria em séculos posteriores, quando passariam a ser valorizadas obras em outros estilos produzidas em contexto europeu, mas que ainda não se promulgariam leis para proteção destas.

A noção de proteção oficial sobre os bens culturais começou a ser delineada no contexto da França revolucionária, quando as destruições recaíram sobre parte destes bens exigindo a intervenção do poder público para conservação de objetos e edificações que pudessem ser testemunhos da história francesa. Segundo Françoise Choay foi também nesse período que

¹⁰ Ao definir monumento, Aloïs Riegl (2014, p. 31) parte do que chama de sentido “mais antigo e original do termo”, pelo qual se entende como “uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambas)”. Para Le Goff (1990, p. 535), os monumentos são “herança do passado”, e seu significado está relacionado à palavra latina *monumentum*, a qual remete à “raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*)”. O autor conclui que o *monumentum* é “um sinal do passado”, e com base em suas origens filológicas, a palavra monumento designa “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar uma recordação”. Por isso, ao nos referirmos a palavra monumento, estamos apropriando-se deste sentido memorial, uma vez que as obras que são alvos preservação oficial, mesmo que não tenham sido construídas com o intuito de serem um monumento, elas são valoradas por serem um “suporte de memória” e um testemunho do passado, fator determinante para que se estenda sobre ela sua preservação.

¹¹ Nascido na região do atual território italiano de Viterbo (Canino) sob o nome de Alessandro Farnese, foi eleito papa da Igreja Católica com o nome de Paulo III, em 13 de outubro (ou novembro) de 1534. Informações disponíveis em: < <http://www.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/paolo-iii.html> >. Acesso em 29 jan. 2021. Este foi o mesmo ano ao qual se atribui o Breve por ele instaurado com as primeiras medidas em favor da proteção dos monumentos, conforme exemplificado por Aloïs Riegl (2014, p. 41-42). Apesar de ligado aos artistas renascentistas italianos, atribui-se ao Papa Paulo III à reorganização da Inquisição, que se originou com a designação de Congregação do Santo Ofício. Também foi responsável pela abertura do Concílio de Trento, o qual visava combater as ideias protestantistas que se disseminavam pela Itália. Informações disponíveis em: AQUINO, Felipe. A História da Igreja: o Concílio de Trento. 26 nov. 2020. < <https://cleofas.com.br/historia-da-igreja-o-concilio-de-trento/> >. Acesso em 29 jan. 2021.

nasceu o termo “monumento histórico”¹², cunhado pelo antiquário-naturalista Aubin-Louis Millin, o qual passaria a designar “um sem número de objetos importantes para a arte e para a história”, além de englobar “a representação dos diversos monumentos nacionais, como antigos castelos, abadias, monastérios, enfim, todos aqueles que podem relatar os grandes acontecimentos de nossa história” (CHOAY, 2006, p. 95-98).

Assim, percebemos que a proteção ao patrimônio considerado histórico e artístico nasceu com a incumbência de preservar tudo o que fosse importante para a representação do povo francês, algo que assumiria também um caráter político no qual o Estado passaria então a fazer a seleção desses bens culturais representativos de sua nacionalidade, e em torno dos quais se construiria as referências identitárias moldadas através do chamado patrimônio nacional.

Conforme explicou Marly Rodrigues (2003, p. 16), durante o século XIX houve a intensificação da criação dos chamados patrimônios nacionais dentro desse modelo no qual se buscava “constituir uma coleção simbólica unificadora a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos”. Nesse sentido, conforme a autora, a escolha oficial do patrimônio cultural de uma nação tornou-se um importante instrumento político sob o qual seria construído sua representação ideal da história e cultura de sua sociedade, algo que implicaria exclusões do que não estivesse dentro desta concepção.

Ao tratar da temática do Patrimônio, Carlos Lemos, em texto seminal no Brasil intitulado *O que é Patrimônio Histórico*, indicou que uma nação, um povo ou até mesmo um pequeno município, possuem um incomensurável conjunto de bens que compõem seu Patrimônio Cultural, dentro do qual o Patrimônio Histórico e Artístico é apenas uma parte desse acervo. O autor nos mostra que dentro desse numeroso conjunto, os órgãos de proteção oficial estendem a proteção legal apenas a “poucos e escolhidos bens eleitos como preserváveis à posteridade” (LEMOS, 1982, p. 8-12).

Em relação ao conjunto de bens culturais que são valorados enquanto Patrimônio Histórico, Françoise Choay afirmou que dentro desse conjunto podem ser incluídos “uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalho e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos” (CHOAY, 2006, p. 11-12). Assim como Carlos Lemos em seu breve trabalho, Choay também faz a escolha por falar do Patrimônio Histórico representado pelo viés material,

¹² Françoise Choay (2006, p. 11-12) distingue os termos “monumento histórico” e “patrimônio histórico”, pois segundo a autora “a partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte da herança que não pára de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem”, ou seja, o termo patrimônio histórico surgiu para abarcar uma esfera bem mais ampla que, até então, o termo monumento histórico não contemplava.

principalmente através do patrimônio edificado, algo que também se tornou recorrente aos órgãos de proteção do patrimônio brasileiro, principalmente nos primeiros anos subsequentes à sua criação.

No Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio histórico e artístico é recente, tendo emergido discussões sobre o tema em nossa sociedade no início do século XX, e que logo em seguida se formalizaram com a criação de um órgão oficial para a defesa do Patrimônio, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1937. Anterior a esse período, Carlos Lemos fez menção a um interessante caso de meados do século XVIII, no qual o Conde de Galveias escreveu uma carta ao governador de Pernambuco Luís Pereira Freire de Andrade manifestando-se contra o projeto que transformou em quartel o Palácio Duas Torres, construído por Maurício de Nassau na época do governo holandês. Segundo Lemos, a carta já denunciaria que o uso levaria ao arruinamento dessa obra holandesa, que serviria como “uma memória”, “um troféu” ou mesmo “livros que falam” testemunhando os feitos portugueses na Restauração da Capitania¹³ (LEMOS, 1982, p. 34-35).

Entretanto, apesar de Carlos Lemos ter citado esse fato como sendo um “pioneirismo” com a preocupação em preservação em nosso território, trata-se apenas de um caso bastante curioso, mas que efetivamente não podemos relacionar com uma real preocupação preservacionista. Conforme verificamos no trabalho de Maria Lucia Bressan Pinheiro, o Brasil é ainda uma nação jovem quando comparado a diversos países europeus e, portanto, não podemos traçar paralelos entre os panoramas preservacionistas desenvolvidos na Europa e da então América portuguesa, tanto no século XVIII, e tampouco no seguinte. Conforme a autora nos mostra, enquanto no final do século XVIII “já se manifestam as primeiras preocupações relativas à preservação do patrimônio nacional” na Europa, no território brasileiro ainda se desenrolavam os primeiros movimentos em busca de uma identidade própria perante Portugal, caracterizados principalmente pelos “movimentos em busca de autonomia política”, dos quais ela destaca a Inconfidência Mineira como sendo o mais importante do período (PINHEIRO, 2006, p. 4).

Com relação ao século XIX, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro representou um novo momento em nossa história. A América portuguesa tornou-se então o

¹³ De acordo com Márcia Chuva (2012, p. 147-148), este mesmo caso foi citado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória) em uma publicação intitulada *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, a qual assim como a obra de Carlos Lemos, foi publicada na década de 1980. De acordo com a autora, esse trecho referente à carta do conde de Galveias, que seria datada de 5 de abril de 1742, não há indicação de localização da fonte, algo que também não é citado por Lemos.

centro do mundo português e todo um aparato administrativo foi trazido para suprir as necessidades da Corte no Rio de Janeiro, cidade na qual ocorreram profundas mudanças sociais e políticas, além da paisagem urbana ter se aproximado cada vez mais aos gostos e costumes transatlânticos. Maria Lucia Bressan Pinheiro (2006, p. 4-5) observa que ao longo daquele século o país apresentou uma ampla “abertura à cultura europeia”, algo que na capital imperial teria sido facilitada principalmente pelo patrocínio oficial, enquanto em outras regiões do país ocorrera pela entrada destas no mercado internacional exportador de matérias-primas. Este processo permitiu assim “intercâmbios de todos os tipos” e colocou as elites brasileiras em contato com novos valores culturais, os quais foram incorporados nas paisagens urbanas e costumes dessa camada da população, e passou a representar para esta seus princípios de modernidade e civilização, apartando-lhes do primitivo passado colonial que pretendiam esquecer.

Ao falar de medidas relacionadas ao campo do patrimônio em território brasileiro ainda no século XIX, Silvana Rubino cita uma iniciativa do príncipe regente D. João que, ao visitar Salvador no ano de 1809, determinou que a Igreja da Vitória “fosse reconstruída, e suas primitivas lápides, com inscrições, restauradas e refeitas” (RUBINO, 1991, p. 26-27). A autora também apresenta outra iniciativa tomada pelo príncipe em relação à conservação de antiguidades nos domínios do reino português, quando no ano de 1822 foram ordenadas medidas para reiterar o Alvará de Lei de 1721¹⁴, promulgado por seu avô, D. João V. Entretanto, apesar destas medidas terem sido tomadas dentro de uma esfera oficial, Rubino nos mostra que não foi comprovado que este ato tenha sido efetivo para a proteção do patrimônio no país.

Mesmo após a independência, também não houve grandes iniciativas de proteção ao patrimônio por parte dos imperadores. Carlos Lemos (1982, p. 35) observa que D. Pedro II tinha grande apreço por obras de arte e assuntos históricos, mas que isso não fez com que efetivasse nenhuma ação protecionista, tendo ele apenas se tornado “mecenas” de alguns museus. Entretanto, para Silvana Rubino, os interesses do imperador para a “reconstrução da história do país” não se dariam pela proteção aos monumentos, mas com a constituição de institutos que viriam a “guardar e compor uma história e um passado nacional”, algo que se concretizou com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Instituto Arqueológico e

¹⁴ Conforme aponta Silvana Rubino (1991, p. 24) as iniciativas com relação ao patrimônio do império português no século XVIII partiam de Portugal, então a Metrópole e centro deste império. A autora nos mostra que no ano de 1721, uma carta de lei fora promulgada por D. João V e tinha por objetivo “proteger e inventariar os edifícios históricos portugueses”, mas propriamente versando sobre os monumentos vinculados aos povos que viveram e dominaram o território onde se formou Portugal. Desta maneira, a autora informa que devido às especificidades contidas nessa lei, esta não abrangia as colônias dentro de suas medidas protetivas.

Geográfico Pernambucano e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RUBINO, 1991, p. 28).

Contudo, para o âmbito deste trabalho é importante entendermos o cenário da proteção oficial no Brasil e por essa razão retornaremos ao início do século XX, quando movimentos e projetos de cunho preservacionista começaram a fazer parte dos meios políticos e intelectuais no país. Maria Cecília Londres Fonseca aponta para a preocupação dos intelectuais que em seus artigos já destacavam “a ameaça de perda irreparável dos monumentos de arte colonial”, entre os quais figuravam naquele momento os que simbolizavam a “manifestação de uma autêntica tradição nacional” (FONSECA, 2005, p. 94-95).

Assim como os institutos objetivavam a composição de uma história nacional, os monumentos também aos poucos começaram a ser percebidos como testemunhos de nosso passado, e a possibilidade de perda destes vestígios levaram a diversas ações, algumas até mesmo bastante controversas¹⁵, como a popularização da arquitetura neocolonial, ocorrida na década de 1920. Surgido como uma reação à feição internacionalista de cidades, ou seja, uma reação anti-ecletismo, atribui-se que a primeira manifestação que culminaria no movimento neocolonial ocorrera em 1914, quando o engenheiro português Ricardo Severo proferiu a conferência “A Arte Tradicional Brasileira”. Conforme sugere Maria Lucia Bressan Pinheiro (2005, p. 5), essa proposta de “valorização das raízes nacionais na arquitetura” por parte de Severo era proveniente do programa nacionalista português chamado “Casa Portuguesa”, algo que viria a ser mais do que uma manifestação arquitetônica e passaria a dialogar com o impulso nacionalista verificado em toda a América Latina no período. Esse nacionalismo proposto pelo movimento neocolonial também teve influência sob muitos intelectuais modernistas, o que refletiria mais adiante nas políticas oficiais de proteção ao patrimônio.

Ao falar sobre José Marianno Filho, principal intelectual a disseminar o neocolonial na paisagem do Rio de Janeiro, Fernando Atique (2016, p. 219-220) nos mostra que este era contrário ao que defendia Ricardo Severo, uma vez que Marianno Filho defendia a cidade colonial como a “‘essência’ do Brasil” que deveria ser recuperada como base para os “tempos modernos”, enquanto Severo, por ser português, promovia uma continuidade da estética colonial através de “uma apologia dos edifícios e da herança lusa no país” (ATIQUE, 2016, p.

¹⁵ Para Carlos Lemos (1982, p. 36), os defensores do estilo neocolonial promoveram alguns “disparates” ao tentar manter as feições estilísticas “em moda” nas construções, chegando até mesmo a descaracterizar construções autênticas do período colonial. Segundo Lemos “foi comum a ‘preservação’ caracterizada pela transposição de elementos de composição arquitetônica de uma construção abandonada para outra nova”, e exemplifica essa prática com o caso do Solar de Monjope, idealizado pelo líder do movimento neocolonial no Rio de Janeiro, José Mariano Carneiro da Cunha Filho, no qual fora utilizado materiais provenientes de construções coloniais autênticas em sua composição.

219-220). O autor também expõe que Marianno Filho propusera a não utilização do prefixo “neo” para designar o que chamava de “movimento em defesa da Arquitetura Tradicional Brasileira”, pois isto “alinha a típica manifestação nacionalista que defendia no rol das arquiteturas de estilo praticadas no ecletismo arquitetônico” (ATIQUÉ, 2016, p. 219), algo que ele acreditava combater¹⁶.

Conforme já citamos acima, também em meios políticos surgiram projetos de lei para proteção ao patrimônio neste início de século XX. Segundo Silvana Rubino (1991, p. 33-34), apesar de possuírem “pouca ou nenhuma eficácia concreta”¹⁷, esses projetos foram responsáveis por delinear os principais aspectos que seriam implantados na política cultural do país alguns anos mais tarde. Nesse sentido, Rubino menciona um projeto de lei elaborado pelo professor Alberto Childe no ano de 1920, o qual teria sido uma solicitação de Bruno Lobo, então presidente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes. A autora nos mostra que neste texto, devido à sua formação em arqueologia, Childe privilegiou a proteção de monumentos arqueológicos e pouco mencionava sobre os históricos e artísticos.

Ainda referente aos projetos que tramitaram nesse período, Carlos Lemos nos mostra que, no início do século XX, iniciativas isoladas em defesa dos monumentos, principalmente arquitetônicos, eram tomadas por “um ou outro particular”. No ano de 1923, Lemos destaca o

¹⁶ Em seu texto, Fernando Atique faz uma análise da trajetória do Solar do Monjope, idealizado por José Marianno Filho dentro da arquitetura que ficou conhecida como neocolonial. O autor nos mostra que, no início da década de 1920, houve o surgimento do colecionismo de peças artísticas, cujo objetivo desses colecionadores era salvar peças que estavam em vias de desaparecimento. Foi por esse colecionismo que Marianno Filho angariou peças originais de edifícios sacros e casas em demolição de diversas partes do Brasil, às quais foram dispostas no Solar para “a criação de um ‘ambiente total’ demonstrativo da arte nacional que queria ver perpetuada” (ATIQUÉ, 2016, p.221). Nessa trajetória, Atique expõe um outro momento significativo para a obra de Marianno Filho, quando foi realizado o estudo para patrimonialização pelo IPHAN, em 1973. Na ocasião, Lucio Costa fora o responsável por este estudo, e para ele Solar era “um ‘falso testemunho’, ou seja, encarnava, com sua volumetria e pertences, um papel que, no olhar purista do técnico do IPHAN, não era nem colonial, nem moderno” (ATIQUÉ, 2016, p. 227). Cecília Rodrigues dos Santos demonstra que esse “desencanto” de Lucio Costa com o neocolonial fora despertado já em 1924, em ocasião de uma viagem de estudos realizada a mando do próprio José Marianno Filho para Diamantina, local em que o arquiteto se deparou com o “passado de verdade”, e a partir de então o neocolonial passou a significar para ele uma “mentira” (SANTOS, 2009, sem paginação). Percebemos assim, que o neocolonial proposto à sua época como uma arquitetura que visava recuperar a essência do passado brasileiro, é colocado por Lúcio Costa na mesma balança junto ao ecletismo, o qual era pelo arquiteto considerado como “a mentira do ecletismo” (SANTOS, 2009, sem paginação).

¹⁷ Silvana Rubino (1991, p. 35) nos mostra que desde os primeiros projetos para defesa do patrimônio ficou evidente os entraves no âmbito do patrimônio público e da propriedade privada, algo que permanece até a atualidade. Para a autora, este foi um “ponto de tensão” quando se tratou da implantação de políticas preservacionistas no país, gerando muito oposição à criação de estatutos com esta finalidade. Conforme ressalta Maria Lucia Bressan Pinheiro (2006, p. 8-9), o Decreto-lei 25/1937, o qual regulamentou as ações do SPHAN, só foi possível quando foi incluído na Constituição de 1934 que a defesa do patrimônio histórico e artístico seria um dos deveres do Estado. Assim, a aplicação do tombamento, instrumento que foi previsto no Decreto-lei para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, apesar de também esbarrar nesta questão do direito de propriedade, constitui apenas “uma restrição parcial ao direito de propriedade, localizando-se no início duma escala de limitações em que a desapropriação ocupa o ponto extremo” (Cretella Junior apud MATEUS, 2008, p. 121). Pinheiro observa que, Rodrigo Melo Franco de Andrade salientou o caráter discricionário do tombamento, fator que permitiu sua implementação frente às “pressões vigorosas” que se antepunham a preservação.

projeto apresentado pelo deputado Luiz Cedro, no qual ele sugeria a criação de uma “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil”, e que em 1925, o jurista Jair Lins, atendendo ao pedido do governador mineiro Presidente Mello Vianna, apresentou um projeto de lei que tinha o intuito de fazer a salvaguarda de “bens móveis ou imóveis, por natureza e destino, cuja conservação possa interessar à coletividade, devido a motivo de ordem histórica ou artística” (LEMOS, 1982, p. 35-37).

Pelas informações acima expostas, percebemos que essas movimentações nos meios intelectual e político já caminhavam rumo à criação de um órgão oficial de proteção ao patrimônio, delineando, assim, o cenário das políticas oficiais preservacionistas que se institucionalizariam efetivamente em 1937, a partir do decreto-lei nº 25/1937, “um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído, por meio do SPHAN” (CHUVA, 2009, p. 147). De acordo com Carlos Lemos (1982, p. 42-43), em janeiro daquele mesmo ano, uma reorganização do Ministério da Educação, à época chefiado por Gustavo Capanema, foi o que tornou possível a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o qual veio a ser oficialmente a ser posto em funcionamento operacional somente após a promulgação do referido decreto-lei, em novembro de 1937, que definira então o que seria o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Segundo Carlos Lemos (1982, p. 36), as ações protecionistas pontuais desenvolvidas pelos intelectuais na década de 1920 visavam a defesa dos “monumentos no sentido grandiloquente”, o que significava a proteção dos bens arquitetônicos, e que nessa época pouco se falava no patrimônio popular. A análise de Marcia Chuva (2000, p. 196-213) sobre a atuação do SPHAN desde o período de sua criação até o ano de 1946, apontou que “a concentração de tombamentos de bens arquitetônicos foi um dado flagrante e já bastante conhecido, perfazendo um total, no período de 93,76%”. Conforme mostrou a autora, esses dados são reflexo da composição do quadro profissional do órgão, cujos postos foram ocupados em sua grande maioria por arquitetos de vertente modernista¹⁸, os quais se consideravam “revolucionários de novas formas artísticas”, e para os quais a arquitetura, principalmente a colonial, daria materialidade ao passado nacional.

¹⁸ Márcia Chuva (2009, p. 197-198) nos mostra que estes “arquitetos concentraram-se na Seção Técnica do Iphan, na sede do órgão, localizada na Capital Federal, com poder de coordenação sobre os trabalhos regionais”. A autora informa que estas representações regionais, de início, ainda possuíam engenheiros em seu quadro, mas que foram sendo substituídos por arquitetos à medida que Escolas de Arquitetura foram sendo criadas em diversos pontos do país, fazendo com que tanto na Seção Técnica e quanto em suas Regionais houvesse hegemonia dos profissionais de arquitetura (vide anexo 2).

Ao cruzarmos os apontamentos dos dois autores, percebemos que as ações do SPHAN, em seus primeiros anos de atuação, refletem grande parte das concepções preservacionistas dessa década precedente, privilegiando a proteção de bens arquitetônicos considerados obras de arte da produção nacional. Grande parte disso também se deveu aos intelectuais¹⁹ que ali atuaram terem sido balizados pelos gostos artísticos, estilísticos e culturais modelados nos anos 1920, algo que se confirma quando percebemos que grande parte das ações de tombamento concentraram-se sobre bens da “arquitetura colonial mineira, especialmente religiosa”, ou obras de artes produzidas dentro desse mesmo recorte (CHUVA, 2009, p. 214).

A historiografia referente à preservação do patrimônio no Brasil relaciona a fundação das práticas de preservação e a criação do SPHAN ao anteprojeto elaborado pelo intelectual paulista Mário de Andrade em 1936, ideia que, segundo Márcia Chuva (2012, p. 148), fora consagrada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/PróMemória), quando em 1980 lançaram a obra *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, a primeira versão oficial sobre a preservação do patrimônio no país. Entretanto, Carlos Lemos destaca em seu texto que, ao tratar da definição do Patrimônio Artístico Nacional²⁰, Mário de Andrade já tentava nesta época “resguardar a totalidade dos bens culturais de nosso Patrimônio Cultural”, ou seja, seu anteprojeto englobava a proteção de várias categorias de nosso universo patrimonial, uma amplitude que não teria lugar naquela conjuntura do final dos anos 1930, pois “ainda não havia uma estrutura administrativa e nem verbas para uma estrutura preservadora daquela abrangência”. Assim, como expõe Lemos, no decorrer do tempo, este fator ocasionou um esquecimento da ampla gama de enfoques de seu projeto, principalmente no tocante às manifestações populares (LEMOS, 1982, p. 38-42).

Assim, percebemos que a institucionalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil aconteceu concomitante ao projeto de construção da nacionalidade implementado na década de 1930, e nesse cenário, segundo afirma Marcia Chuva (2009, p. 213) ao SPHAN caberia o papel de “dar concretude à nação”, construindo a materialidade da nação através da

¹⁹ Esses intelectuais da época, ocuparam tanto os Setores Técnicos e as Regionais do SPHAN, no qual se concentravam principalmente os arquitetos; quanto no Conselho Consultivo, o qual segundo a legislação “deveria ser constituído pelo Diretor do SPHAN, seu presidente, pelos diretores dos museus nacionais ligados a objetos históricos e artísticos, e por mais dez membros nomeados pela Presidência da República” (CHUVA, 2009, p.223). Segundo Márcia Chuva (2009, p.224), Gustavo Capanema valorizou o Conselho desta época como sendo composto por “especialistas de notável competência e de comprovado espírito público” (vide anexo 3).

²⁰ No texto de seu anteprojeto, Mário de Andrade definiu o Patrimônio Artístico Nacional da seguinte maneira: “Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiras, residentes no Brasil” (LEMOS, 1982, p. 38).

arquitetura, protegendo então tudo aquilo que poderia contribuir com a construção de uma “memória nacional”. E foi o artigo 1º do Decreto-Lei 25/1937 que definiu, naquele momento, as diretrizes dos bens que comporiam esta construção do patrimônio nacional brasileiro:

Artigo 1º: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação e fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.²¹

Conforme nos mostra Márcia Chuva (2009, p. 167), o texto deste dispositivo legal ampliou o que poderia ser considerado como patrimônio histórico e artístico nacional pela utilização de expressões como “fatos memoráveis”, “excepcional valor”, algo que conferiria uma “generalidade e subjetividade” que permitiria que fossem incluídos nesse rol quaisquer bens móveis ou imóveis de acordo com o “que a própria prática do órgão viesse a definir seu conteúdo”. Não nos cabe aqui nenhum julgamento sobre a maneira como o SPHAN fez a seleção dos bens a serem protegidos no princípio de sua atuação, mas o que gostaríamos de ressaltar é que a abertura para inclusão de bens que se enquadravam nos princípios do decreto destacados por Márcia Chuva, remete-nos à relação entre História e Política explicitada por Michel de Certeau (2007, p. 18), dentro da qual a prática historiográfica estaria apoiada em um poder político, algo que implicaria em um “fazer história” que legitimaria uma representação do passado a partir de um “lugar privilegiado” calcado em “valores” dentro do qual não caberia o “todo da sociedade”, ou seja, implicaria em uma versão dos fatos nos quais nem todos os elementos da sociedade estariam contemplados.

Marly Rodrigues nos mostra que até a década de 1980, a maioria da população brasileira não reconhecia sua memória expressa no conjunto de bens eleitos como patrimônio cultural nacional, e que isto aconteceu pela maneira como as políticas públicas de proteção incorporaram em suas práticas o conceito de patrimônio e história. Para a autora, devido à

²¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm >. Acesso em: 10 mai. 2020. Conforme apontado no artigo de Eliane Mateus (2008, p. 118), esse primeiro parágrafo do decreto-lei acima descrito está atualmente revogado pelo disposto no artigo 216 da Constituição Federal, cujo texto define que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos e documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

herança escravista do país, “o trabalho não era visto como forma de criação de valores culturais”, o que levou os órgãos de proteção a privilegiarem objetos relacionados “à colonização e às classes proprietárias, cujo conceito de sociedade e privilégios excluía, em geral, todos os não proprietários”, e somente no processo de redemocratização do país que “segmentos sociais e étnicos começaram a ter reconhecidos seus papéis de construtores da sociedade, da história e da cultura brasileiras” (RODRIGUES, 2003, p. 17).

Apesar das práticas preservacionistas geralmente envolverem um conjunto legal que servem como base para suas ações, percebe-se até aqui a complexidade que envolve a preservação do Patrimônio Cultural, dado que este conceito é sensível à subjetividade dos agentes sociais que estão engajados nessas ações. Assim, conforme também aponta Marly Rodrigues (2003, p.16), o patrimônio vai recebendo novas atribuições de acordo com cada momento, e em cada época vão surgindo novas concepções “do que, para quem e por que preservar”.

Mesmo que as ações preservacionistas do Patrimônio no Brasil tenham demorado um longo tempo para englobar bens representativos dos diversos segmentos sociais de nossa sociedade, isto não significa que este conceito tenha permanecido imutável aos agentes de preservação, uma vez que o tema foi amplamente debatido ao longo do século XX, no Brasil e no mundo. Carlos Lemos (1982, p. 90-91) nos chama a atenção para uma proliferação de “encontros” para discussão de documentos internacionais que orientavam a preservação do Patrimônio ocorridos durante a década de 1970, entre eles um encontro nacional ocorrido em Brasília, do qual resultou o “Compromisso de Brasília”²².

Marly Rodrigues (2000, p. 28-29) nos mostra que foi exatamente nesta mesma década que a visão do SPHAN sobre o patrimônio pautada na história-memória da nação começou a ser contestada, talvez vindo de encontro com as discussões ocorridas em âmbito internacional, cujos resultados foram não mais à valorização de monumentos históricos isolados que materializassem suas memórias nacionais, e sim na canalização de esforços para promover “integração do patrimônio ao planejamento urbano e territorial e, definitivamente, à indústria da cultura”. Entretanto, a autora sugere que não houve ruptura na escolha de bens que

²² Conforme relatou Carlos Lemos (1982, p. 90-92), na década de 1970 aconteceu um importante encontro para debater o patrimônio em Brasília, do qual derivou o “Compromisso de Brasília”, o qual recebeu assinatura do Ministro da Educação e Cultura, de governadores de seis Estados brasileiros e autoridades que representavam entidades culturais. Assim como as Cartas Patrimoniais internacionais, o “Compromisso de Brasília” continha recomendações a serem trabalhadas no Campo do Patrimônio Cultural Nacional, entre elas a cooperação entre a União e Estados nas ações de preservação.

representassem exemplares da História da Arquitetura brasileira enquanto patrimônio nacional e que se estendesse principalmente a eles à proteção oficial.

Podemos dizer que foi nesse contexto que já sinalizava alterações na visão sobre o patrimônio em âmbito internacional que nasceu um órgão para proteção ao patrimônio paulista, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAT. Criado pela Lei Estadual 10.247, de outubro de 1968, primeiramente sem englobar a Arqueologia²³, a efetivação da proteção oficial do patrimônio paulista antecipou-se à necessidade detectada no Compromisso de Brasília de uma “ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” (RODRIGUES, 2000, p. 49). A seguir, adentraremos um pouco mais na história desta instituição, denominada CONDEPHAAT em 1969, e que a despeito do amplo espectro de visadas para o patrimônio, em seu nome, calçou-se em reduzidas ações. Veremos, desta forma, como se estabeleceram as diretrizes preservacionistas no Estado de São Paulo. Junto a isso, adentraremos na discussão principal deste trabalho, realizando a análise das práticas desenvolvidas pelo órgão durante o processo de patrimonialização da Bolsa Oficial de Café, cuja tramitação até seu tombamento ocorreu entre 1974 e 1981.

²³ De acordo com Felipe Crispim a definição da nomenclatura CONDEPHAAT, acrescida pelo “A” referente ao patrimônio Arqueológico, ocorrera após a assinatura do Decreto Estadual 149/1969, o qual além de definir a estrutura de funcionamento do órgão, também estendeu “suas atribuições à alçada do ‘arqueológico’” (CRISPIM, 2014, p. 48). Marly Rodrigues atribui a inclusão da proteção ao patrimônio arqueológico “ao empenho de Paulo Duarte, há muito envolvido na obtenção da Proteção do Estado às áreas de interesse arqueológico” (RODRIGUES, 2000, p. 51).

2. A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PAULISTA: O CONDEPHAAT E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA BOLSA OFICIAL DE CAFÉ DE SANTOS – 421/1974

Durante mais de 30 anos, desde a criação do SPHAN em 1937, a proteção do patrimônio cultural paulista esteve a cargo do órgão federal. Logo após sua criação, foram instauradas as representações regionais, incluindo uma em São Paulo. Conforme nos mostra Márcia Chuva, Mário de Andrade foi abrigado como Assistente Técnico na Representação Regional paulista do SPHAN devido à sua amizade com Rodrigo Melo Franco de Andrade, e que à época estava sob direção do seu também “amigo e discípulo nas pesquisas folclóricas, o arquiteto Luís Saia”²⁴ (CHUVA, 2012, p. 153).

A atuação da Regional do SPHAN em São Paulo foi de grande importância para os primeiros trabalhos de preservação do patrimônio do Estado. Marly Rodrigues (2000, p. 37) nos mostra que a partir das ações do órgão houve o “reconhecimento de edificações remanescentes do povoamento do litoral, as casas rurais bandeiristas, sedes de antigas fazendas de café, capelas e igrejas dos seiscentos”, os bens representativos do “passado paulista” que tinham importância na configuração da identidade nacional que estava a partir de então sendo delineada. Conforme nos mostra a autora, a seleção destes bens foi norteada segundo critérios acadêmicos dos especialistas que ali atuaram, e assim como as demais ações de âmbito nacional, estes são representantes da arquitetura brasileira no Estado e, portanto, importantes para a história da nação.

Assim, pela influência de Mário de Andrade na representação do SPHAN em São Paulo, percebemos os reflexos da visão modernista na seleção do que preservar do patrimônio paulista nessas primeiras décadas. Conforme aponta Paulo César Garcez Marins, as incursões do escritor e de outros intelectuais pelo Brasil havia encontrado na herança colonial a memória nacional e “a evocação de um passado verdadeiramente brasileiro”. Desta maneira, a cidade de São Paulo, especialmente, que pouco preservara de seus traços coloniais e já era marcada pela intensa europeização ocorrida no final do século XIX, em nada interessava aos intelectuais que ali

²⁴ Conforme demonstra João Clark de Abreu Sodré (2010, p. 81), o escritor Mário de Andrade trabalhou como Assistente Técnico da 6ª Região do SPHAN por um curto período entre 1937 e 1938, quando teve que renunciar ao cargo devido às pressões políticas. Nesse primeiro período, Luís Saia era estudante do Curso de Arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo, e fora escolhido por Mário de Andrade para compor o corpo técnico que deveria atuar junto ao escritor no recenseamento dos monumentos paulistas, um pedido que fora feito pelo então diretor do órgão Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ao citar que Mário de Andrade esteve na regional sob direção de Luís Saia, cremos que Márcia Chuva só tenha considerado o segundo período que Mário de Andrade foi funcionário do órgão, que vai de 1941 até 1945.

atuavam, uma vez que “negavam os estrangeirismos” dentro o qual a cidade fora reconstruída (MARINS, 2008, p. 137-138).

Desta maneira, tal qual foram realizadas incursões pelo interior do país para o estudo e reconhecimento das obras coloniais, Mário de Andrade e sua equipe viajariam pelo interior do Estado de São Paulo em busca de bens que poderiam ser incluídos como representantes paulistas da memória nacional. Conforme nos mostra João Clark de Abreu Sodré (2010, p. 81-82), uma das primeiras atribuições dadas ao intelectual por Rodrigo Melo Franco de Andrade foi a de inventariar “as obras de arquitetura com interesse artístico ou histórico existentes em São Paulo” (Andrade apud SODRÉ, 2010, p. 82). Assim, afirma o autor, Mário de Andrade e sua equipe técnica²⁵, além de seu amigo Paulo Duarte, realizaram os primeiros trabalhos e excursões pelos arredores da cidade, a partir dos quais se iniciaram os tombamentos dos monumentos históricos paulistas, já em junho do ano de 1937.

Ao analisar a carta enviada por Mário de Andrade à Rodrigo Melo Franco de Andrade²⁶, João Sodré (2010, p. 82) conclui que foi a visão exposta pelo intelectual paulista nesse documento que condicionou a valoração do patrimônio paulista nesses primeiros anos do SPHAN. Em seu texto, Mário de Andrade já alertava que em São Paulo não era possível encontrar “maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas”, e que seria necessário “adaptar-se ao meio” para realizar o tombamento dos poucos monumentos seiscentistas e setecentistas ainda existentes²⁷. Com base nisto, o autor também destaca que, a escolha dos bens paulistas, na visão de Mário de Andrade, não poderia atender aos critérios de excepcionalidade ou de notável valor artístico, uma vez que para o poeta, a beleza era quase inexistente nesses remanescentes. Deveriam assim, prevalecer como critérios de identificação desse patrimônio, a primazia pelo valor histórico e a “ênfase nos problemas e soluções de arquitetura expressivos ou originais” (Andrade apud SODRÉ, 2010, p. 82).

O patrimônio paulista ficou praticamente até o final da década de 1960 sob a tutela do SPHAN, assim mantendo as diretrizes já preconizadas na salvaguarda do patrimônio em âmbito nacional. Paulo Marins explica que a “afeição pelo que restara das velhas taipas de origem colonial permaneceu como parâmetro de valor por décadas para as ações de preservação comandadas pela União”, e pouco destes exemplares restavam em São Paulo. Além disso, os

²⁵ Em seu trabalho, João Sodré (2010, p. 81-82) expõe que Mário de Andrade escolhera para compor sua equipe técnica Luís Saia, então estudante de arquitetura na Escola Politécnica de São Paulo, o historiador Nuto Sant’Anna, e o fotógrafo alemão Germano Graeser.

²⁶ O trecho da carta de Mário de Andrade de 23/05/1937 foi reproduzido no trabalho de João Sodré, *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil: 1938-1962*, 2010, p. 82.

modernistas não reconheciam a São Paulo “europeizada” que se consolidou em finais do século XIX e início do XX, e durante muito tempo isto ocasionou uma recusa do órgão em reconhecer “as novas práticas e expressões da era do café”, algo que refletiu “profundamente as ideias de preservação em São Paulo” (MARINS, 2008, p. 139).

Conforme já expusemos acima, o CONDEPHAAT foi instaurado no ano de 1968, e, segundo Marly Rodrigues, sua criação só foi possível devido às condições que “surgiram durante a gestão de Roberto Costa de Abreu Sodré, em 1967, eleito governador pela Assembleia Legislativa” (RODRIGUES, 2000, p. 42). Desta maneira, tendo em vista o contexto cultural e político do período, e as pessoas que possibilitaram sua efetivação, percebemos que este órgão nasceu com uma predisposição à ruptura com os valores que nortearam o SPHAN em seus anos de atuação. Com relação a isso, a autora afirma que as bases protetivas lançadas pelo órgão estadual, embora não diferissem formalmente da proposta do órgão federal do patrimônio, tiveram sua origem “de uma perspectiva diversa que guardava um profundo sentido cívico; isso e o interesse em promover o turismo fizeram que o governo paulista encampasse a ideia de proteger os bens culturais”²⁸ (RODRIGUES, 2000, p. 42).

Ainda acerca do contexto cultural e político no qual foi gestado o CONDEPHAAT, Felipe Crispim (2014, p. 46) nos mostra que a viabilização da criação de um órgão de proteção ao patrimônio em São Paulo surgiu quando grupos da elite paulista reuniram com esta finalidade, um momento no qual o Estado já estava passando por um aparelhamento em sua política cultural. O autor acrescenta que esses agentes já estavam ligados às instituições culturais que atuavam no culto à memória e à tradição, como o Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga (IHGGB), cuja fundação se deve também à Lucia Piza de Mello Falkenberg, a principal articuladora para a instauração do CONDEPHAAT.

Além disso, Carlos Lemos (2005, p. 230) nos mostra que a articulação dessa elite, na qual se incluía a intitulada “dama da sociedade” Lucia Falkenberg, ocorreu em um momento no qual a rápida verticalização de São Paulo colocava em perigo o patrimônio ligado à “oligarquia cafezista”, colocando abaixo importantes palacetes. Segundo o autor, a proteção ao

²⁸ Conforme nos mostra Carlos Lemos (1982, p. 86-89), esta relação entre o Patrimônio Cultural e o Turismo já tinha começado a ser delineada na reunião patrocinada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorrida em dezembro de 1967, a qual reuniu “autoridades e técnicos ligados à preservação de monumentos para tratar de problemas próprios do mundo latino-americano”. Segundo Lemos, as considerações gerais dessa reunião afirmavam que o monumento deveria “cumprir uma função social”, e via um “potencial de riqueza” nesse patrimônio, que deveria ser protegido e revalorizado mediante “aos atos de vandalismo urbanísticos” que vinham sendo praticados em várias cidades do continente. O autor destaca que o Patrimônio Histórico e Artístico passou a constituir “um ‘capital’ a ser mantido para render vantagens, principalmente através do turismo”, em um otimismo que almejava para a América “o mesmo êxito financeiro que a velha Europa” possuía com a indústria turística.

patrimônio promovida por esses grupos misturava um sentimento de “saudosismo” com a preocupação em salvaguardar os testemunhos dos feitos de seus antepassados “desbravadores do sertão inculto, abridores de fazenda e impulsionadores do progresso”, algo que já daria ao CONDEPHAAT uma visão protetiva um pouco diferenciada quando comparada ao SPHAN, que visava a proteção do patrimônio paulista ainda ligado às antigas construções em taipa.

Pelo exposto, percebemos que a criação do órgão de proteção do Patrimônio Cultural paulista ocorreu em um período em que o cenário mundial já lançava novas diretrizes em relação à proteção do patrimônio, e em que também a elite paulista visava resgatar seu passado criando uma identidade paulista e inserindo-a em âmbito nacional. Paulo Marins (2008, p. 139) explica que essa elite paulista tinha afeição pelo “imaginário do progresso” e que muitos bens relacionados à essa memória foram perdidos ao longo do século XX, sem o devido debate e a possibilidade de que fossem eleitos como patrimônio. Assim, a criação de um órgão para proteção desse patrimônio renegado fazia-se necessário como maneira de intervenção contra esses atos de “vandalismo”²⁹.

Entretanto, Paulo Marins afirma que o recém-criado CONDEPHAAT teve que lidar com as tensões que se caracterizavam no campo do patrimônio nesse período “em que os velhos parâmetros de valor herdados do pioneiro SPHAN se defrontavam com as novas demandas sociais que caracterizaram as décadas de 1960 e 1970” (MARINS, 2008, p.155). Dessa maneira, podemos dizer que ao mesmo tempo que os anseios das elites paulistas idealizadoras do CONDEPHAAT sinalizavam para uma ruptura nos critérios de seleção dos bens culturais, é perceptível que, nesse início, ainda tenha havido uma continuidade no que se refere aos princípios preconizados pelo órgão federal, conforme acrescenta também Marins:

Exemplares arquitetônicos do passado colonial permaneceram nos primeiros anos, entretanto, com a escolha mais numerosa de bens objeto de tombamento pelo órgão paulista, secundados pelos da expansão cafeeira e das experiências imigrantes. Esse início pode ser considerado uma postura conservadora das primeiras sugestões ou decisões do conselho em relação ao cânone federal, o que não evitou sinais claros de que o órgão teria sua especificidade consolidada nas décadas seguintes (MARINS, 2008, p. 155).

²⁹ No ano de 1937, Paulo Duarte lançou uma campanha em prol da preservação do patrimônio histórico intitulada “Contra o vandalismo e o extermínio”, cujos artigos foram publicados no periódico *O Estado de S. Paulo*. O título da campanha nos sugere uma alusão ao termo que foi usado pela primeira vez pelo abade Grégoire na França do século XVIII, quando relatava sobre “o pesado balanço das destruições da revolução” (CHOAY, 2006, p. 95). Com relação a campanha, Marly Rodrigues (2000, p. 34) afirma que esta também intencionava criar uma oposição entre vandalismo e proteção, e que mobilizou tanto liberais quanto conservadores no engajamento da salvaguarda dos “documentos materiais da história de São Paulo”. Apesar de retomarmos um termo utilizado anos antes, percebe-se que a verticalização de São Paulo também colocava em perigo o patrimônio paulista quando da criação do CONDEPHAAT, o qual demonstramos acima que foi sendo perdido pela falta de proteção ao longo do século XX.

O final da década de 1960 inaugurou um novo capítulo na história do patrimônio cultural paulista, tendo agora no CONDEPHAAT um novo aliado à frente das ações de sua preservação. Tendo atuado desde os anos iniciais como diretor técnico do CONDEPHAAT, o arquiteto Carlos Lemos, que era cedido pela Secretaria de Estado da Saúde para algumas horas semanais no órgão de preservação, relatou que este início foi um período bastante “penoso”, pois havia muita relutância das pessoas com relação ao tombamento de seus imóveis e desta maneira as ações do órgão logo foram percebidas como uma “inconveniência política”. Para Lemos, isso fez com que o órgão se tornasse “destituído de autoridade, acostumado a aceitar passivamente fatos consumados contrários às suas determinações” (LEMOS, 2005, p. 231-233). Ele também nos mostra que a atuação do CONDEPHAAT ficava ainda mais complicada devido ao pensamento heterogêneo dos membros que compunham seu primeiro conselho³⁰, e destaca que Luís Saia “primava por ser sistematicamente do contra, urdia polêmicas incríveis só para contrariar ou emperrar o andamento dos autos” no órgão estadual, onde ele tinha um assento como representante do SPHAN (LEMOS, 2005, p. 231). Porém, para o arquiteto, nas formações sucessivas os conselhos foram se tornando mais homogêneos, o que facilitou os trabalhos preservacionistas.

Os trabalhos do CONDEPHAAT foram iniciados logo após sua criação já em 1969, e Paulo Marins nos chama a atenção ao primeiro bem tombado pelo órgão neste mesmo ano: a sede da antiga Fazenda Boa Vista, concluindo que este primeiro ato de tombamento já denotava a “reorientação claudicante proposta pelo órgão pelo menos até a década seguinte” (MARINS, 2008, p. 155-156). O autor ressalta que a arquitetura continuava sendo a grande prioridade do órgão estadual, e que o interior do Estado foi o “alvo” de suas ações iniciais, algo que segundo ele sugeriria que a preservação se voltaria às cidades ligadas à cafeicultura.

Com base no que expusemos acima, percebe-se que o CONDEPHAAT adentrou a década de 1970 selecionando bens que seriam preservados enquanto patrimônio cultural paulista primando pelo valor histórico, conforme já preconizava Mário de Andrade. E a história que estava sendo traçada era a da tradição das elites cafeeiras, que estiveram no seio deste órgão

³⁰ De acordo com Carlos Lemos (2005, p.232), o primeiro conselho do Condephaat, o qual atuou de janeiro de 1969 até setembro de 1970, foi composto por:

- Arnaldo D’Àvila Florence, representante da Cúria Metropolitana;
- Abelardo de Abreu, arquiteto, representante do IAB;
- Lúcia Falkenberg (presidente), representante do IHGGB;
- Aureliano Leite, representante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;
- Francisco de Almeida Salles, representante da Secretária da Cultura;
- Vinícius Stein Campos, representante do Serviço de Museus Históricos da Secretária da Cultura;
- Luís Saia, representante do SPHAN;
- Nestor Goulart Reis Filho, representante da FAU-USP.

desde sua criação. Dito isto, nos voltaremos ao objeto de estudo deste trabalho, o processo de tombamento 421/1974, o qual analisaremos a seguir a fim de compreender a maneira pela qual ocorreu a patrimonialização da Bolsa Oficial de Café, localizada no município de Santos.

A partir dessa análise buscaremos entender a atuação dos agentes envolvidos nessa ação de tombamento, tanto representantes do poder público quanto particulares, muitos ligados à comunidade ou organizações santistas. Mesmo que o processo não tenha apresentado grandes embates para que o edifício fosse tombado, também verificaremos quais as rupturas e continuidades que são possíveis detectar em relação aos valores que nortearam a eleição deste bem enquanto patrimônio cultural para o Estado, e como ele se insere na construção da memória de São Paulo.

2.1 O processo 421/1974: a trajetória de patrimonialização da Bolsa Oficial de Café

A década de 1970 no Brasil iniciou-se com dois aspectos bem marcados e bastante conhecidos. Por um lado, vivia-se o chamado “milagre econômico brasileiro”³¹, momento de acelerado crescimento econômico no país, “com taxas médias anuais superiores a 10%, e a inflação apresentou índices relativamente baixos, com média anual inferior a 20% (Brum apud MULLER et al., 2011, p. 693). Por outro, vivia-se um dos momentos mais críticos da ditadura militar, conhecido como os “Anos de Chumbo”, quando o país foi governado por Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), e intensificou-se ainda mais a repressão, censura e violência, que já vinha sendo praticada desde 1964, quando houve a instauração da ditadura militar no Brasil.

Este foi o contexto sob o qual se iniciou junto ao CONDEPHAAT o processo 421/1974, o qual solicitava o “Exame da Reforma da Bolsa de Café de Santos, em relação às obras de Benedito Calixto, lá existente, para fins de tombamento”, e resultou efetivamente que o bem fosse eleito ao ato de proteção legal em setembro de 1981, com sua inscrição no Livro de Tombo Histórico.³²

³¹ Em matéria datada de junho de 2007, intitulada *Década de 1970 perpetuou a desigualdade*, a folha de São Paulo nos mostra que apesar do Brasil ter apresentado crescimento econômico maior que a China em 1973, não houve avanços em investimentos que pudessem diminuir a desigualdade social, como por exemplo em educação. É apontado também que o país experimentou sim um forte crescimento e industrialização nesse período conhecido como o “milagre econômico”, fato que ampliou a demanda por mão de obra qualificada e cujo número suficiente de pessoas graduadas para atender o mercado fez com que seus salários disparassem. Por outro, lado, havia uma ampla oferta de trabalhadores sem qualificação, para os quais o salário não acompanhava a mesma proporção de crescimento, acentuando ainda mais a desigualdade.

³² Conforme o trabalho de Felipe Crispim (2014, p. 48), foi o Decreto 149/1969 que definiu as medidas que criaram a estrutura de funcionamento do CONDEPHAAT, instaurando também os cinco livros de tomo: Livro de Tombo

A folha de abertura do processo 421/74 foi datada como 03 de abril de 1974, sob responsabilidade do técnico Carlos Lemos, porém esta foi incluída no processo posteriormente, em 27 de julho de 2001. Contudo, a primeira data citada refere-se ao momento em que o Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT decidiu pela abertura do processo para o estudo do tombamento da Bolsa Oficial de Café, logo após ter sido encaminhada ao conselho a carta de Geraldo Ferrone³³, cujo destinatário original era o Secretário do Turismo do Estado de São Paulo, o Senhor Pedro de Magalhães Padilha. Desta maneira, podemos dizer que esse processo de tombamento foi originado de maneira indireta, pois não havia na missiva o intuito de uma solicitação formal de tombamento junto ao órgão.

Datada de 14 de março de 1974, a carta escrita por Geraldo Ferrone, morador da cidade de Santos, foi endereçada ao Secretário de Turismo do Estado de São Paulo, e o objetivo de seu remetente era solicitar um tratamento especial para “as obras da Bolsa do Café em Santos”, uma vez que a considerava “obra exclusiva de turismo”. Anexando à carta uma reportagem do jornal santista *A Tribuna* intitulada “Prédio da Bolsa precisa de Verba”, Ferrone esclareceu que levou ao conhecimento do Secretário do Turismo a necessidade de verba para reforma do edifício pois, conforme suas palavras:

sendo eu apaixonado pela mesma causa não podia silenciar quando necessitamos de outros locais para desenvolver o turismo. A Bolsa de Café, hoje, pode ser na parte térrea a Casa do Turista, ideia que alimento há mais de 20 anos. Aí fica a sugestão de

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo das Artes; Livro de Tombo das Artes Aplicadas e Livro de Tombo das Artes Populares.

³³ Ao assinar a carta endereçada ao Secretário de Turismo, Geraldo Ferrone não fez nenhuma menção de que ocupasse um cargo público naquele momento. Apesar de, em primeiro momento, não termos conseguido detectar que se tratava da mesma pessoa, encontramos um homônimo que substituiu Ângelo Violchez Ramos na 18ª Legislatura (1960-1963) na Câmara Municipal de Santos. Esta informação está disponível em: < <https://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=84> >. Acesso em: 25 mai. 2020. Com a finalidade de obter mais informações sobre o Senhor Geraldo Ferrone, entramos em contato com o mantenedor do jornal eletrônico Novo Milênio, o jornalista Carlos Pimentel Mendes, uma vez que encontramos em sua página um artigo de autoria de Geraldo Ferrone. O texto intitulado *Uma penitenciária para Santos* fora originalmente no *Almanaque de Santos – 1971*, e trata das antigas instalações carcerárias da cidade de Santos, em uma perspectiva histórica desde os tempos coloniais. Disponível em: < <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0187f.htm> >. Acesso em: 22 ago. 2020. Em comunicação trocada com Carlos Pimentel Mendes em 06 de setembro de 2020, este nos informou que o Geraldo Ferrone autor deste texto – e de vários outros na página –, “foi um jornalista atuante, cronista, advogado, vereador, pesquisador de História, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, com atuação marcante na cidade naquela época”, entretanto, por não tê-lo conhecido pessoalmente, não poderia confirmar se ele seria a mesma pessoa responsável pelo envio da missiva que originou o processo. Ainda em busca de maiores informações, adquirimos uma obra autografada por Geraldo Ferrone, a fim de comparar as assinaturas da carta e da dedicatória. O livro intitulado *No reino da Malandragem: Estudos de criminologia*, foi publicado por *A Tribuna de Santos Jornal e Editora Ltda.*, em 1977. Ao compararmos às assinaturas, percebemos que elas são correspondentes (vide Anexo 4), e pelas informações contidas na lombada do livro que informam que o autor foi vereador à Câmara Municipal de Santos, além de membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, podemos afirmar que Geraldo Ferrone, sobre o qual tratamos em nossa análise, foi também esse mesmo personagem muito atuante na vida política e intelectual da cidade de Santos, o que nos mostra a razão de seu interesse pelo patrimônio cultural santista.

um santista que aguarda dias melhores para essa demanda (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 4).

A associação feita por Geraldo Ferrone, do patrimônio edificado com a indústria turística, era algo que já vinha sendo discutido internacionalmente desde o final da década de 1960. Conforme nos mostra Marly Rodrigues, essa tendência já constava no documento que resultou do encontro promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), realizado em Quito em 1967, o qual “recomendava que projetos de valorização do ‘patrimônio monumental’ fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas” (RODRIGUES, 2000, p. 45).

A atividade turística já vinha sendo implementada mundialmente desde o século XIX³⁴, quando as melhorias em sistemas de transporte passaram a permitir que mais pessoas tivessem a possibilidade de viajar. No Brasil, a década de 1920 já sinalizava as primeiras atuações em prol deste setor, quando em 1923, um grupo da sociedade civil fundou no Rio de Janeiro a Sociedade Brasileira de Turismo Touring Club do Brasil, cujo artigo 1º de seu estatuto a definia “como entidade turística, cultural e filantrópica” (Câmara dos Deputados, 1968, PL 920/1968, fl. 2). Por estabelecer também sua cooperação com o poder público para promoção do turismo no Brasil, em 1968, a instituição foi considerada de utilidade pública nacional pelo projeto 920/1968, apresentado à Câmara dos Deputados pelo Senador Filinto Müller. Entretanto, Barreto (apud MULLER, 2011, p. 695) aponta a década de 1950 como o momento em que “grandes contingentes” de brasileiros passaram a realizar viagens de lazer. A partir de então, essa atividade passou a representar uma indústria com potencial de desenvolvimento econômico para o país, e conforme apontou o trabalho da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a década de 1960 trouxe novas perspectivas dentro dessa atividade, uma vez que

Novos empreendimentos hoteleiros entravam em cena, estimulados pelo aquecimento da economia no período e pelos incentivos para investimentos oferecidos pela Embratur, empresa estatal criada pelo Decreto-lei 55, de 1966, com a missão de

³⁴ Apesar dos deslocamentos humanos sempre terem existidos ao longo da história, e até mesmo o termo francês *Tourisme* já ser encontrado em uso desde 1643 (CNC, 2005, p. 9), podemos dizer que o turismo organizado tal qual conhecemos na atualidade tenha se iniciado no século XIX, na Inglaterra. Conforme o trabalho da Confederação Nacional do Comércio (CNC, 2005, p. 11-12), há muito tempo os nobres europeus já realizavam viagens de estudos para Itália, principalmente para Florença. Conforme relata João Sodré, desde o século XVII, a Itália já era um destino dos aristocratas provenientes da Alemanha, Inglaterra e França, cujo motivação desses viajantes estava “no estudo dos antigos e seus monumentos, no gosto pelas ruínas e no culto estético ao sublime, associado à contemplação da paisagem” (SODRÉ, 2010, p. 28). Porém, foi exatamente no ano de 1841 que o inglês Thomas Cook “organizou a primeira viagem coletiva da história do turismo internacional” (CNC, 2005, p.13). Cook continuou atuando neste negócio, e assim passou a fazer viagens que envolviam transportes, hospedagem, alimentação e serviços de guia, o que aproxima esse modelo às viagens que são praticadas atualmente.

formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional do Turismo (CNC, 2005, p. 31).

O Turismo passou então a ter atenção nacional enquanto atividade que poderia auxiliar o desenvolvimento do país, e em São Paulo também se iniciou um movimento para a organização das atividades turísticas no final dos anos 1960. Conforme aponta Marly Rodrigues (2000, p. 45), foi em 1967 que o governador Sodré, com o intuito de melhor coordena o das atividades, criou a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo,   qual viria depois a ser subordinado o CONDEPHAAT, criado pelo mesmo governo no ano seguinte. Podemos assim supor que a prote o dos bens culturais no Estado também tenha nascido sobre a mesma diretriz propagada pela Organiza o dos Estados Americanos, com um interesse na valoriza o de seu patrimônio para a promo o do turismo em São Paulo e se colocar dentro da “rota” turística nacional.

Assim, percebemos que, em sua carta, Geraldo Ferrone já intencionava valorizar o edifício da Bolsa Oficial de Café de Santos enquanto objeto para aproveitamento turístico, até mesmo sugerindo a utiliza o do edifício para instala o de uma futura “Casa do Turista”. Ferrone também deixou clara a existência de uma demanda turística para visita o do prédio, algo confirmado pela matéria do jornal *A Tribuna*, o qual ressaltava a importância em obter auxílio para sua reforma, pois o local já era então um ponto de visita o de turistas estrangeiros quando de passagem por Santos. Esta premissa vinha ao encontro com a política de patrimônio que o Estado buscava implementar em São Paulo   época, já que o “interesse em promover o turismo fizeram que o governo paulista encampasse a ideia de proteger os bens culturais” (RODRIGUES, 2000, p. 44).

Geraldo Ferrone também enumerou em sua missiva alguns pontos sobre a história e as características do edifício da Bolsa Oficial de Café, bem como fez outras sugestões de adequa o a serem realizadas na edifica o a fim desse fomento da demanda turística. Entre elas, ele sugeriu que fosse feito o condicionamento dos painéis de Benedito Calixto³⁵, porém não incluiu muitos detalhes sobre as condi es em que essas obras se encontravam naquele momento, talvez por essas informa es estarem contidas no jornal *A Tribuna*, o qual sobre elas relatava:

³⁵ Nascido no ano de 1853, em Nossa Senhora da Concei o de Itanhaém (atual município de Itanhaém), Benedito Calixto de Jesus destacou-se enquanto pintor das paisagens de Santos e São Vicente, tanto urbanas quanto seus elementos naturais. Segundo Costa Junior (2013, p. 30), sua preferência pelos temas litorâneos, principalmente retratando Santos “  exaustão”, fizeram com que o artista ficasse conhecido como um “pintor caiçara”.

O friso dourado do tríptico desapareceu e os outros quadros apresentam pequenas falhas. O presidente [da Bolsa na ocasião, Roberto Machado de Araújo] explica que, sem ajuda oficial, nada poderá fazer. “Nós conservamos essas obras maravilhosas da melhor maneira que podemos. Mas a verba é muito pequena” (*A Tribuna* In: CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 5).

Ainda na mesma matéria do periódico, o painel de Calixto foi descrito como o que mais “impressiona” no Salão do Pregão da Bolsa, uma vez que essa “pintura vigorosa” de grandes dimensões representa três momentos na história da cidade de Santos. A primeira tela chama-se *o Porto de Santos em 1822*, na qual se tem a vista do porto a partir da Ilha Barnabé (anteriormente Ilha Brás Cubas); a central, o tríptico denominado *Fundação da Vila de Santos – 1545*, é uma representação do pintor sobre o momento fundacional da cidade; a última tela, à direita, mostra a vista do porto a partir do Morro do Pacheco e é chamada *Porto de Santos em 1922*. Com relação às datas escolhidas por Calixto, Caleb Alves (1999, p. 121) explica que estes foram momentos de especial importância na história do Brasil, e que o pintor buscou ilustrar as transformações urbanas de Santos dentro destes marcos comemorativos nacionais.



Figura 3: Salão do Pregão da Bolsa Oficial de Café - Presidente Roberto M. de Araújo; ao fundo a tela "A Fundação da Vila de Santos - 1545" de Benedito Calixto. Foto: José Herrera, s.d. Acervo: Museu do Café

Foi exatamente para a importância dessas obras de Benedito Calixto que o arquiteto Carlos Lemos, à época integrante da Comissão Técnica de Estudos de Tombamento do

CONDEPHAAT³⁶, chamou-nos a atenção em seu parecer emitido em 17 de junho de 1974, após a vistoria realizada no edifício da Bolsa Oficial de Café. Apesar de ter se mostrado “indeciso” quanto ao tombamento do edifício, Lemos decidiu “encarar os vários aspectos concorrentes no caso”, e ressaltou a existência dessas obras como um “cunho de alta validade” para que houvesse a conservação do edifício, principalmente por se ter em vista como “fim precípuo de atrair turistas” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.8).



Figura 4: Reprodução das Telas de Benedito Calixto "Porto de Santos em 1822" e "Porto de Santos em 1922". Fonte: Jornal Eletrônico Novo Milênio

Carlos Lemos também ressaltou em seu parecer a importância das pinturas de Calixto enquanto “documentos de consulta”, pois mesmo considerando-o “um medíocre historiador, teve sempre o desejo louvável de reconstituir com certa fidelidade seus ambientes históricos”. Embora esse texto nos pareça ambíguo, mais adiante o arquiteto se referiu aos erros do pintor com relação à “história de nossa arquitetura”, justificando que Calixto “transfere, em seus quadros, para os séculos XVI e XVII, soluções tardias da arquitetura militar” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.8).

³⁶ Marly Rodrigues (2000, p.55) nos mostra que o setor técnico do CONDEPHAAT começou a ser “formado em outubro de 1969, por profissionais comissionados de outras secretarias”. Nessa formação inicial, o arquiteto Carlos Lemos, que então “trabalhava no setor de engenharia sanitária da Secretária da Saúde, foi o primeiro responsável pela coleta de dados técnicos para os tombamentos em estudo” (RODRIGUES, 2000, p.55).

Apesar da crítica contida na análise de Carlos Lemos feitas sob a ótica da história da arquitetura, sua área de formação, o autor realmente ressaltou um ponto importante ao informar que Calixto buscou em suas pinturas trazer o caráter documental de muitos dos lugares por ele retratados, inclusive nas telas trabalhadas para a Bolsa Oficial de Café. De fato, conforme observa Caleb Alves (1999, p.122), estes painéis são “construções históricas de Calixto”, uma vez que o pintor se baseou em suas pesquisas em documentos históricos para compô-las, e mesmo que estas não possam ser consideradas “documentos originais”, tal qual as gravuras e pinturas produzidas pelos viajantes que retrataram o Brasil durante o século XIX, Alves afirma que a produção do pintor resultou em espécies de “teses” sobre a história santista.

Ainda que Carlos Lemos tenha apontado os “erros” históricos cometidos por Benedito Calixto, ele reconheceu o valor documental das obras, principalmente das paisagens concebidas pelo pintor. Além disso, o arquiteto mencionou o fato destes painéis já serem tombados³⁷, e por terem sido concebidos pelo pintor exatamente para “aquele exato lugar”, isso já garantiria sua “preservação baseada no bom senso” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.9), ou seja, a preservação do local estaria atrelada às telas já tombadas pelo fato de terem sido pintadas especialmente para a Bolsa Oficial de Café, e que por isso deveriam ali permanecer.

Foi partindo dessa premissa que o arquiteto Carlos Lemos encontrou sua primeira solução para preservação da Bolsa Oficial do Café, pois sobre o edifício pairava a seguinte dúvida: “merecerá ele o tombamento por parte deste Conselho?”. Novamente aqui, sua dúvida estava relacionada ao valor estético da arquitetura do prédio, já que este “se prende ainda ao indefectível ecletismo rebuscado que tanto agradou aos ricos do café”, e completou caracterizando-o como “um ‘bolo’ mais enfeitado que os outros” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.9). Essa relutância em tombar um bem eclético nos remete a uma certa continuidade aos critérios de seleção preconizados pelo SPHAN em sua atuação. Isso é confirmado quando Marly Rodrigues, ao falar sobre a atuação do CONDEPHAAT até 1975, afirma que nesse período o órgão tornou-se “herdeiro e reproduzidor da ortodoxia do SPHAN”,

³⁷ Em 1969, ano de início de suas atividades, o CONDEPHAAT realizou o tombamento das obras do pintor Benedito Calixto de Jesus, pelo processo 13996/69. Apesar de não termos consultado o processo, verificamos a informação que essa proteção englobaria as obras nos municípios de Amparo, Atibaia, Bocaina, Catanduva, Ribeirão Preto, Santos e na capital do Estado. Informação disponível em: < <http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-obras-do-pintor-benedito-calixto-de-jesus#!/map=38329> >. Acesso em: 25 mai. 2020. Com base nisto, ao interpretarmos as informações contidas no documento redigido por Carlos Lemos, nos pareceu que o tríptico pintado para o Salão do Pregão também estivesse entre as obras protegidas por este tombamento, uma vez que ele informou que as obras santistas também já estariam contempladas. Entretanto, com relação ao processo 13996/69, Indira Faria (2017, p. 78-79) nos informa que a historiadora Daisy Camargo, em um ofício anexado em 2005 aos autos, listou um conjunto de 122 itens com as obras tombadas e, entre eles, não foram citados o vitral e os painéis da Bolsa Oficial de Café, o que para a autora levantaria dúvidas se realmente estas obras estariam mesmo incluídas no rol das tombadas no município de Santos por este processo.

uma vez que os conselheiros arquitetos atuaram desenvolvendo suas metodologias de trabalho baseados nos conceitos sobre a preservação até então conhecidos, e assim “os critérios para atribuição de valores aos bens em processo de tombamento limitavam-se à consideração de sua materialidade e da representação para a história regional e da arquitetura” (RODRIGUES, 2000, p. 60-61).

Como já dissemos acima, durante muitos anos o SPHAN seguiu os preceitos dos intelectuais modernistas, os quais compuseram as principais seções do órgão federal por muito tempo, e cujas práticas de preservação foram desenvolvidas de acordo com sua visão sobre o que seria o patrimônio nacional, o que culminou no tombamento de bens arquitetônicos e pertencentes ao período colonial com grande ênfase. Conforme observa Paulo Marins, os primeiros preservacionistas do SPHAN, fascinados pelo passado colonial, estabeleceram uma “recusa daquela modernização europeizante do café”, além de esses modernistas terem também “uma relação difícil com a geografia humana e um conjunto de expressões que se recriavam em São Paulo por conta da própria imigração” (MARINS, 2008, p. 139). Uma das consequências dessa “europeização” dos costumes destacadas pelo autor traduziu-se no gosto pela arquitetura eclética, a qual tornou-se um símbolo da elite cafeeira paulista para a construção das novas cidades foram a pouco a pouco sobrepondo-se às antigas no final do século XIX e início XX³⁸. Assim, da mesma maneira que durante algum tempo essa arquitetura foi preterida pelo órgão federal tal qual fora constatado no trabalho de Marins, constatamos ainda ecos desse critério sobre o valor artístico transparecer no parecer do CONDEPHAAT expedido por Carlos Lemos.

Entretanto, se havia uma relutância em colocar o edifício da Bolsa do Café dentro do rol de bens a serem tombados pelo Estado quando se esbarrava no valor estético do edifício, Carlos Lemos buscou no aspecto histórico uma razão para que esse bem pudesse ser elegível à proteção oficial do Estado. Assim, primeiramente o arquiteto articulou um denominador comum entre o mercado cafeeiro e o modernismo paulista, através da figura de Paulo Prado³⁹, conforme verificamos neste trecho:

³⁸ Conforme destaca Ana Lúcia Duarte Lanna, o crescente movimento de internacionalização refletiu para além do mundo dos negócios, em São Paulo representados pela produção do café, mas também trouxeram impactos “na construção das cidades e dos modos de vida” (LANNA, 1999, p. 107). A autora nos mostra também, que nesse momento ao qual se convencionou chamar no Brasil de *belle époque*, fazer parte desse movimento “significava adotar seus símbolos culturais, o que, no caso da arquitetura, implica espisar o modelo eclético” (Fabris apud LANNA, 1999, p. 107).

³⁹ Paulo Prado se tornou uma figura muito cara ao modernismo paulista por ter sido o intelectual que tornou possível a realização da Semana de 1922, com suas contribuições próprias e angariando fundos de outros aristocratas cafeeiros paulistas. Conforme afirma Maria Cecília Londres Fonseca, o movimento tinha em si ambiguidades, apresentando-se como uma crítica ao passadismo, mas tendo em si pessoas bastante ligadas ao conservadorismo. Assim, o movimento que se apresentava como “antiburguês”, teve seu principal evento realizado com o “apoio de vultos expressivos da aristocracia do café, como Paulo Prado” (FONSECA, 2005, p. 83).

A arquitetura geral do edifício em causa se prende ao indefectível ecletismo rebuscado que tanto agradou aos ricos do café, salvo, é claro, as clássicas exceções. Exceção como foi justamente Paulo Prado, homem que representou o Brasil nas tratativas internacionais relacionadas com o mercado cafeeiro, que impulsionou a Semana de Arte de 1922, ano preciso em que se inaugurou a Bolsa Santista” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 9).

Além disso, encontramos também nesse trecho interessantes associações feitas por Carlos Lemos para colocar em evidência o valor histórico da Bolsa do Café, pois ele realizou uma construção que aproximou as transações do mercado cafeeiro, que ali ocorriam, com a Semana de Arte Moderna de 1922, importante evento que consagrou muitos nomes do modernismo paulista e colocou a Arte Modernista brasileira em evidência perante o cenário internacional. Ademais, tanto a inauguração da Bolsa quanto este evento ocorreram no mesmo ano das comemorações do Centenário da Independência, um marco na história nacional, o que nos faz perceber que Lemos buscou equiparar em relevância esses fatos, e que nos dá também a impressão de uma intencional inserção do edifício como um símbolo não só para a história econômica paulista, mas também como integrante da história do país.

Apesar de Marly Rodrigues demonstrar que as “balizas históricas” para valoração de bens nos tempos iniciais do CONDEPHAAT estivessem centradas no “no período clássico da expansão do café no Vale do Paraíba e na região de Campinas” (RODRIGUES, 2000, p.58), Carlos Lemos também buscou no “aspecto histórico” sua justificativa para conservação da Bolsa de Café de Santos, ressaltando que a “casa nova” das negociações da rubiácea seria testemunha das “especulações e jogos” realizados pelos grandes agentes que participaram das exportações do nosso “ouro verde” (CONDEPHAAT, 1974, processo 421/74, fls. 9-10). Ainda analisando essa construção do valor histórico realizada por Lemos, percebemos que esta aproximou-se da noção que Mário de Andrade tinha de História, pois conforme afirma Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 100), o poeta atinha-se ao conceito de história que vigorava no início do século XX, no qual a narrativa histórica era “centrada nos eventos históricos referentes aos grupos que detinham o poder”, o que no referido caso, traduz-se pela aristocracia cafeeira paulista, e o próprio Paulo Prado, enquanto símbolo dessa elite que controlava os negócios junto à Bolsa.

Tal qual como encontramos na matéria do periódico *A Tribuna*, Carlos Lemos apresentou em seu parecer um descritivo dos salões que foram criados especialmente para abrigar as negociações cafeeiras, chamando a atenção para a tristeza que assolava o local naquele momento, resultado da gradativa diminuição de suas atividades que começaram a

ocorrer já partir da década de 1930.⁴⁰ Mesmo que os grandes volumes de negócios tenham se desenrolado ali por um curto espaço de tempo, uma vez que as exportações de café foram minguando após a crise de 1929, o arquiteto reconheceu que ali “há muito da história do nosso café e, portanto, de nosso Estado” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.10), sustentando ainda sua posição do valor histórico para um possível tombamento. Entretanto, como sua condição de arquiteto não lhe permitia que um aprofundamento na questão histórica para a continuidade do processo, voltou-se à necessidade de auxílio de um historiador para melhor elaboração de um estudo dentro dessa disciplina.

Marly Rodrigues reproduz em seu livro parte de uma entrevista feita com o arquiteto Carlos Lemos, na qual ele comentou que o modelo de preservação do SPHAN servira de guia para o CONDEPHAAT, e isso se torna muito perceptível com o posicionamento “anti-ecletismo” imbuído em seu discurso. Entretanto, conforme aponta a autora, a década de 1970 representou o início de “uma revisão nessa postura excludente” baseada na história da arquitetura, e que “os profissionais do patrimônio passaram a admitir o valor histórico das edificações que não se enquadravam na ‘arquitetura tradicional’” (RODRIGUES, 2000, p. 70-71). Com base nisso, mesmo que a autora explique que muitos destes bens ainda continuassem sendo considerados não dignos de tombamento, percebemos um esforço de Carlos Lemos na busca do apoio de outra disciplina para auxiliar na decisão do Conselho, uma tentativa de contemplar o bem com esse instrumento de proteção.

Conforme já expusemos acima, o arquiteto Carlos Lemos solicitou o auxílio de um historiador para continuidade do estudo de tombamento da Bolsa Oficial de Café, e logo em seguida foi anexado ao processo a Ata 221 com a síntese da decisão do Conselho Deliberativo,

⁴⁰ Ao falar sobre a expansão do Porto de Santos, José Araújo Filho (1969, p. 72-78) nos mostra que dos últimos anos do século XIX até o ano de 1920, o café foi o principal produto de exportação do porto, com a movimentação deste produto chegando a representar mais de 90 % do volume de mercadorias exportadas. A exportação cafeeira pelo Porto de Santos foi declinando desde a grande depressão econômica mundial em 1929, agravando-se com as crises político-militares vividas pelo país durante a década de 1930. Além disso, a crise externa gerada pela segunda guerra mundial levou o café a perder a hegemonia enquanto principal produto de exportação já por volta de 1944, chegando na década de 1960 representando menos de 30 % do volume de exportação do porto. Este quadro traçado por Araújo Filho ilustra o quanto a diminuição de importância do café como principal produto de exportação paulista foi minando as atividades de negociação que ocorriam na Bolsa de Café Santista, chegando já na década de 1960 com números inexpressivos que justificassem a existência de um local exclusivo para esse tipo de negócio. Verificamos ainda no relatório de Katia Maria Abud que a economia cafeeira em São Paulo foi profundamente afetada pela crise mundial de 1929, e devido a queda das atividades ao longo dos anos seguintes, a Bolsa foi fechada por tempo indeterminado no ano de 1937. Na década de 1940, a Bolsa Oficial de Café foi reaberta já transformada em Bolsa Oficial de Café e Mercadorias, conforme Decreto-Lei 12.930, de 9 de setembro de 1942 (CONDEPHAAT, 1974, processo 421/74, fls. 20-21). Desta maneira, a Bolsa funcionou, mesmo com poucas funções, até após o tombamento do Prédio, quando em 10 de abril de 1986 foi expedido o Decreto nº 24.961 pelo Governador do Estado de São Paulo Franco Montoro, cuja finalidade era adotar providências para a extinção da Bolsa Oficial de Café e Mercadorias. Informações disponíveis em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1986/decreto-24961-10.04.1986.html> >. Acesso em: 06 mai. 2021.

referente à reunião ocorrida em 19 de junho de 1974. Neste documento, o conselheiro Arnaldo D'Ávila Florence⁴¹ sugeriu convidar o Doutor Sylvio Lara Pupo⁴², para que este pudesse “elaborar um estudo sobre a Bolsa de Café de Santos, bem como de sua importância na economia cafeeira do Brasil” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 11). Este parecer e a decisão do conselho em acatá-lo foi algo que nos intrigou bastante, uma vez que, nas pesquisas realizadas sobre o referido parecerista convidado não nos constou que este tivesse formação na área de História.

Essa prática de contratar serviços de profissionais de fora do CONDEPHAAT foi algo comum nos anos iniciais de funcionamento do órgão, conforme Marly Rodrigues (2000, p. 55-56) aponta em seu trabalho, uma vez que havia uma falta de técnicos naquele momento, e seria “inexistência de um corpo técnico próprio” o que dificultou ao órgão a criação de uma cultura própria de preservação nesses primeiros anos de trabalho. Entretanto, não cremos que a solicitação de um parecer ao senhor Sylvio de Lara Pupo tenha se dado pela inexistência de um profissional da área de História no órgão, uma vez que em 17 de julho de 1974 foi emitido um parecer sobre a Bolsa Oficial de Café de Santos pela historiadora Katia Maria Abud⁴³, a qual assinou o documento como “Membro da Comissão”⁴⁴, o que nos mostra que ela possuía vínculo com a instituição.

Em 20 de junho de 1974 foi expedido o ofício SE-77/74, no qual o Secretário Ruy Azevedo Marques comunicava ao Senhor Sylvio Lara Pupo a decisão do Colegiado em solicitar seu parecer para prosseguir com a “formação instrutória” do estudo de tombamento da Bolsa de Café de Santos, e informando que esta solicitação se devia aos “altos méritos dos conhecimentos culturais” de Pupo acerca das atividades da Bolsa e sua importância para a economia cafeeira do Brasil.

⁴¹ De acordo com o trabalho de Felipe Crispim (2014, p. 133-134) Arnaldo D'Ávila Florence foi o representante da Cúria Metropolitana de São Paulo no Conselho do Condephaat, estando presente desde o 1º Colegiado formado em 1969 até o 5º Colegiado, o qual vigorou desde maio de 1976 até maio de 1979.

⁴² Em muitas páginas do processo quando citaram Sylvio Lara Pupo seu nome está escrito como “Silvio”, porém em seu próprio parecer e em obras suas consultadas a grafia que consta é “Sylvio”, por isso optamos por escrever com essa grafia mesmo quando citamos páginas do processo nas quais se encontra incorreto.

⁴³ Na plataforma Lattes/CNPq encontramos a descrição profissional da Profª. Dra. Katia Maria Abud, na qual ela informou ter concluído seu Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade de São Paulo no ano de 1966. Não há nenhuma menção por parte da professora sua atuação junto ao Condephaat nesta plataforma, porém em pesquisa de outros processos do órgão ainda também datados do ano de 1974, encontramos informação da mesma atuando como funcionária no órgão. Currículo Lattes disponível em < <http://lattes.cnpq.br/7970751657252708> >. Acesso em: 12 jul. 2020.

⁴⁴ Em seu trabalho, Felipe Crispim (2014, p. 49) nos mostra que o primeiro nível de atuação do Condephaat estaria centrado nos quadros técnicos do órgão, desenvolvidos pelo Setor Técnico de Conservação e Restauro e pela Comissão Técnica de Estudos de Tombamento, os núcleos responsáveis pela identificação e preservação do patrimônio paulista. Supomos que Katia Maria Abud esteve vinculada à Comissão Técnica de Estudos de Tombamento, uma vez que assina enquanto “membro da comissão”.

Ao pesquisarmos sobre Sylvio de Lara Pupo, percebemos que a menção do Secretário Ruy de Azevedo Marques quanto aos seus “conhecimentos culturais” acerca do tema da cafeicultura em São Paulo seria devido à sua vivência no meio cafeeiro, uma vez que encontramos referência a ele em matéria do periódico *Correio da Manhã*, datado do ano de 1956, na qual constava que Pupo era diretor da Corporação Brasileira de Cafeicultores. Também em pesquisa realizada nas duas obras escritas por Pupo, *Brasil ainda é café* e *Café criador de cidades*, verificamos que ele foi idealizador e fundador da referida corporação, e também havia sido diretor-superintendente do Instituto do Café do Estado de São Paulo. Além disso, em sua resumida biografia constante na capa do livro *Brasil ainda é café* percebemos que desde sempre esteve ligado à cafeicultura, conforme a descrição do seguinte trecho:

Sylvio Lara Pupo Filho, neto e bisneto de fazendeiros, nascido na Fazenda Paracatu, comarca de Itatiba, a 3 de novembro de 1905, desde criança aspirou o ar dos cafezais. Sentiu de perto suas origens, passou a viver a vida do próprio café. E até hoje continua a luta que aprendeu ao longo de sua vida, não apenas como fazendeiro, mas também como corretor, comissário e exportador do nosso ouro verde (PUPO, 1968, capa).

Assim, percebemos que o referido parecerista foi indicado por ser um conhecedor do ramo cafeeiro e seus aspectos econômicos, uma vez que atuou como corretor, comissário e exportador do produto, o que nos mostra também que foi atuante na Praça de Santos e que conhecia as atividades desenvolvidas na Bolsa Oficial de Café. Além disso, na leitura da mesma obra acima mencionada, também verificamos sua proximidade de figuras políticas do Estado de São Paulo e também do país, uma vez que na seção “Opiniões sobre o livro” consta o depoimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek, e o autor também relatou um episódio no qual atuou junto ao governador Adhemar de Barros, no capítulo intitulado *Episódio Histórico: Operação-Café e Dr. Adhemar de Barros*⁴⁵.

Seguido ao Ofício SE-77/74, encontra-se a folha de informação nº 12, datada de 28 de junho de 1974, na qual o arquiteto Carlos Lemos prosseguiu com instruções à Dna. Katia Maria Abud, para quem foi solicitado o levantamento da documentação sobre a Bolsa do Café de Santos. Como acima expusemos, à época Katia Abud já era graduada em História, entretanto, Lemos destacou em sua instrução “que o estudo histórico propriamente dito será elaborado pelo Dr. Sylvio Lara Pupo” (CONDEPHAAT, 1974, processo 421/74, fl. 13), o que nos mostra que foi privilegiado por “seus conhecimentos culturais” o parecer de Pupo para a construção do

⁴⁵ PUPO, Sylvio L. Episódio Histórico: Operação-Café e Dr. Adhemar de Barros. In: *Brasil ainda é Café*. 2ª ed. São Paulo: Fulgor, 1968, p. 331-335.

valor histórico do bem com o qual se pretendia prosseguir para seu tombamento, em detrimento do parecer elaborado por Katia Abud, historiadora e membro da comissão. Ainda que em nossa pesquisa não possamos comprovar, poderíamos supor que, assim como o CONDEPHAAT trazia em sua linha de atuação nesses anos iniciais muitos dos preceitos praticados pelo SPHAN, talvez ali também permeasse o pensamento de Lucio Costa, para o qual “o historiador não era dado à objetividade, considerada necessária no exercício diário de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional” (CHUVA, 2009, p. 205).

Ao analisarmos o parecer escrito por Sylvio Pupo para o processo, verificamos que ele buscou trazer aspectos principalmente econômicos referentes à cafeicultura no Estado de São Paulo, transitando entre o passado e o momento em que escrevia. Acreditamos que a razão para colocação de dados referentes ao seu presente deveu-se ao autor ainda estar envolvido nos negócios cafeeiros e advogar em prol dessa causa, como ficou evidente também em seu livro, publicado na década anterior. Pupo buscou ressaltar que “o café representou – como até hoje representa – o lastro-ouro” para o desenvolvimento de São Paulo e do Brasil, pautando-se em dados da produção da rubiácea para fundamentar sua afirmação:

O Estado de São Paulo, em tempo não muito remoto, entre 1927 a 1933, portanto no período de seis anos, produziu 108.751.998 milhões de sacas com 60 quilos, média anual de 18.125.333 milhões de sacas, que na sua maioria, foram negociadas na Bolsa de Café de Santos. A produção brasileira nestes doze últimos anos, entre 1963 a 1974, foi de 224.399.999 milhões de sacas, média anual de 18.700.000 em números redondos (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 14).

Dado o exposto por Sylvio Pupo, constatamos que a produção paulista de café do início do século, em um período de seis anos, só conseguiu ser superada pela produção nacional ao longo de doze anos, entre as décadas de 1960 e 1970. Apesar dos dados apresentarem o evidente declínio da produção da rubiácea no Estado de São Paulo, Pupo mantinha seu posicionamento entusiasta de que os “áureos tempos do café” voltariam. Destes tempos, o edifício da Bolsa Oficial de Café de Santos seria um testemunho, e por essa razão ele considerava “justo a iniciativa de proceder com o tombamento” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 14).

Ao descrever o edifício da Bolsa Oficial de Café, Sylvio Lara Pupo adjetivou-o como “um monumento histórico, de linha arquitetônica admirável, imponente e austera”, diferentemente da percepção apresentada por Carlos Lemos, para o qual a arquitetura eclética do prédio não se enquadrava no valor estético necessário para qualificá-lo enquanto patrimônio. Apesar de não entrar em minúcias sobre os elementos arquitetônicos, o parecerista vislumbrou a grandiosidade da arquitetura enquanto um símbolo da “riqueza e prosperidade” que a rubiácea representou para o Estado, “outrora mundialmente conhecido como Capital do café”

(CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 14), e assim o edifício deveria ser preservado por narrar a grandeza de parte desta história.

A leitura do valor histórico representado na materialidade da Bolsa Oficial de Café realizada por Sylvio Pupo atribuiu aos elementos estéticos o papel crucial para rememorar a grandiosidade do passado. Isto nos remete ao sentido original do termo monumento descrito na obra de Aloïs Riegl, o qual englobaria todas obras de criação humana com o “objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos” (RIEGL, 2014, p. 31). Ainda segundo o autor, no século XIX lançou-se um olhar sobre os monumentos apreciando-os por seu valor histórico, e concomitantemente “a manutenção eterna dos testemunhos deveria servir à nossa satisfação estética, e as obras, considerando os numerosos valores do presente, deveriam ser cercadas pelos muros protetores da lei” (RIEGL, 2014, p. 45-46). Segundo Ulpiano de Meneses (2006, p. 41), também no Brasil desde a década de 1930, com a criação do SPHAN, difundiu-se a ideia de monumento nas tratativas do patrimônio cultural do país, visão que perdurou até o final da década de 1960. Entretanto, percebemos aqui que esta ideia persistia não somente entre os técnicos do patrimônio, mas também no imaginário das pessoas que estavam em contato com esses bens.

A construção da história do Estado de São Paulo narrada por Pupo foi realizada pelo viés econômico, na qual a Bolsa Oficial de Café seria a materialização dessa potência econômica, possibilitada pela cultura que mais contribuiu para sua grandiosidade: o café. Segundo ele, o Estado “antes da revolução de 1930, sempre liderou a produção brasileira de café”, e em sua concepção também foi responsável pela “nossa civilização” e por abrir caminho para a industrialização (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.14-15). Conforme apontou Marly Rodrigues, para inclusão de bens de outros períodos que não o colonial como patrimônio paulista, houve uma proposta de trabalho dentro do CONDEPHAAT que considerava a valoração dos bens culturais de acordo com “ciclos econômicos”, ideia que segundo a autora também era cara ao conselheiro Vinício Stein Campos, o qual vislumbrava que ação do órgão deveria privilegiar “os monumentos históricos do Estado, de interesse regional, ‘característicos de épocas sócio-econômicas’” (RODRIGUES, 2000, p.61-64). Apesar de a autora nos informar que essa proposta não teve continuidade, percebemos que para conferir historicidade ao edifício aqui em questão utilizou-se do critério econômico, uma vez que esse foi o aspecto mais ressaltado por Sylvio Pupo em seu parecer.

Ainda posicionando o bem dentro de uma perspectiva que muito interessava naquele momento para que houvesse sua preservação como patrimônio histórico paulista, Sylvio Pupo destacou assim o aspecto turístico da Bolsa Oficial do Café. Tal qual havia sido apontado o

periódico *A Tribuna*, Pupo ressaltou que o local interessava aos turistas estrangeiros, devido “a importância que desfrutava no exterior”, e demonstrou que essa atividade se desenvolvia quando ainda havia negociações cafeeiras na Bolsa, demonstrando que os turistas tinham grande interesse nos acontecimentos que se desenrolavam durante o pregão. Também personalidades do “mundo artístico cinematográfico e iminentes políticos em férias” passaram pelo local, e o parecerista mostra um certo incômodo com essa falha do não aproveitamento do potencial turístico da Bolsa, conforme sua transcrição de um trecho de artigo escrito por ele para o *Diário de São Paulo* em 1956, no qual já destacava essa importância:

Exemplificando, basta citar que passam pelo Porto de Santos, diariamente, em média cinco mil pessoas. Todas demonstram curiosidade atinente aos assuntos cafeeiros, pois sabem – quando sabem – apenas que somos os maiores produtores do mundo. No salão principal da Bolsa de Café de Santos, há um quadro de Benedicto Calixto, que delicia os visitantes. Infelizmente porém, a tela nada tem que ver com café. Os turistas não encontram uma exposição sobre nosso principal produto de exportação, nem literatura pertinente ao café é encontrada. Para completar esse quadro desolador, toma-se em Santos café da pior qualidade.” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fls. 15-16)

Seguido ao excerto acima, Sylvio Pupo posicionou-se a favor do tombamento e da reforma do edifício, além da realizar uma proposta para seu uso após o tombamento: “ali instalar na parte superior, o Museu do Café, como também, uma biblioteca especializada em assunto do café” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 16). Para isso, sugeriu ao CONDEPHAAT que solicitasse recursos junto ao Instituto do Café do Estado de São Paulo, pois a instituição teria como ajudar na reforma e instalação do referido museu. Esta proposta nos remete à reflexão feita por Ulpiano de Meneses (2006, p. 37-38) sobre os usos dos monumentos, a qual fora baseada nos resultados de um formulário preenchido para um concurso de fotografias⁴⁶, e cujo resultado apontava para “usos culturais” destes bens. Com isto, Meneses concluiu que “as qualidades reconhecidas nesses edifícios” conferia-lhes um caráter nobilitante, e por consequência não seria adequado que sua utilização estivesse associada ao trabalho e ao cotidiano, considerados “menos nobres” pela nossa sociedade, algo que percebemos permear também no discurso construído pelo parecerista em relação à Bolsa Oficial de Café.

⁴⁶ Este concurso de fotografias, no qual Ulpiano de Meneses foi convidado para selecionar as fotos que dariam origem a uma exposição, realizou-se no ano de 1976, organizado pela Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Coordenado por Maria Adélia de Souza e Eduardo Yázigí, o concurso intitulado “A cidade é também sua casa” tinha a ideia de “induzir os habitantes a identificar aquilo que, em suas cidades lhes parecesse ‘significativo’”, e além de fotografar, os participantes deveriam preencher “um formulário justificando suas escolhas e propondo usos adequados para elas” (MENESES, 2006, p. 37).

Conforme já relatamos acima, a historiadora Katia Maria Abud foi incumbida de fazer o levantamento documental sobre a Bolsa Oficial de Café, a partir do qual ela produziu um breve histórico sobre as atividades comerciais cafeeiras, e criação da Bolsa Oficial de Café enquanto instituição, ainda no início do século XX, para sua regulamentação. Em seu relatório, ela também informou sobre a construção do edifício conhecido como “Palácio da Bolsa” como nova sede de suas atividades, inaugurado como “parte dos festejos do Centenário da independência”, e com a presença do “Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, então presidente do Estado de São Paulo” (CONDEPHAAT, 1974, processo 471/74, fl.20). Todas as informações contidas nesse documento foram escritas pela autora com base em documentação por ela consultada e no depoimento oral do então presidente da Bolsa, Senhor Roberto Machado de Araújo.

Ao apresentar em seu trabalho a estrutura de um processo administrativo de tombamento, Felipe Crispim observa que os estudos técnicos resultam em um parecer técnico, no qual “expressa em quais condições o bem se encontra e as demandas geradas para sua preservação” (CRISPIM, 2014, p. 51), o qual julgamos ser o parecer inicial emitido pelo arquiteto Carlos Lemos, mas que apenas parcialmente apontava as condições em que se encontravam o prédio quando o processo iniciou sua tramitação⁴⁷. Percebemos que estes primeiros pareceres tinham o intuito principal de valorar o bem a fim de torná-lo elegível ao tombamento, e como a intenção era centrar-se no valor histórico da Bolsa Oficial de Café, foram emitidos dois pareceres que ressaltavam esses aspectos e que em certo ponto, se complementavam.

Felipe Crispim (2014, p. 51) também nos mostra que junto ao parecer técnico é realizado o levantamento de documentação pertinente, às quais são anexadas ao processo. No caso de tombamento de edificações, são solicitadas as plantas arquitetônicas do edifício, às quais foram solicitadas por Katia Maria Abud ao Secretário de Obras de Santos, Sr. Adagamos Sartini, ainda em 1974, mas que só foram efetivamente enviadas e anexadas ao processo no ano de 1976. Os demais documentos pesquisados pela historiadora não estão anexos ao processo, mas são apresentados como o resultado esperado dentro da operação historiográfica⁴⁸, com a sua produção de um texto histórico.

⁴⁷ O relatório de vistoria do edifício constando as condições do edifício e trabalhos a serem realizados para sua recuperação só foi realizado após o tombamento do edifício da Bolsa Oficial de Café, datado de 29 de abril de 1982, expedido pelos arquitetos Kleber Ferraz Monteiro, Marcos Antônio Osello e pela arquiteta Sueli Ferreira de Bem.

⁴⁸ Em sua obra *A Escrita da História*, Michel de Certeau (1982, p. 65-66) nos apresentou o conceito de “operação historiográfica” para explicar “o que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’”. Ele concluiu que, dentro de sua prática, o ofício do historiador poderia ser encarado dentro de uma operação, na qual de uma maneira limitada,

Diferentemente do texto de Sylvio Lara Pupo, constatamos que o parecer de Katia Abud não seguiu as balizas de dados econômicos para sua construção. Seu discurso foi centrado em demonstrar a expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo e o crescimento do comércio da rubiácea no exterior, algo que tornou necessária a criação de um órgão regulador para suas negociações, e cujas atividades, desenvolvidas desde 1922 no “Palácio da Bolsa, foram drasticamente diminuindo após a crise de 1929, chegando à década de 1970 com suas funções bastante “diminutas” (CONDEPHAAT, 1974, processo 421/74, fls. 19-22). Pelo exposto, percebemos que a historiadora realizou uma narrativa bastante sucinta, concentrando-se nas atividades e seus principais momentos históricos enquanto instituição, mas pouco ressaltou sobre as características físicas da edificação, tampouco fazendo relação entre sua monumentalidade e seu simbolismo enquanto representante do poderio econômico ali retratado pelas elites cafeeiras paulistas naquele período histórico.

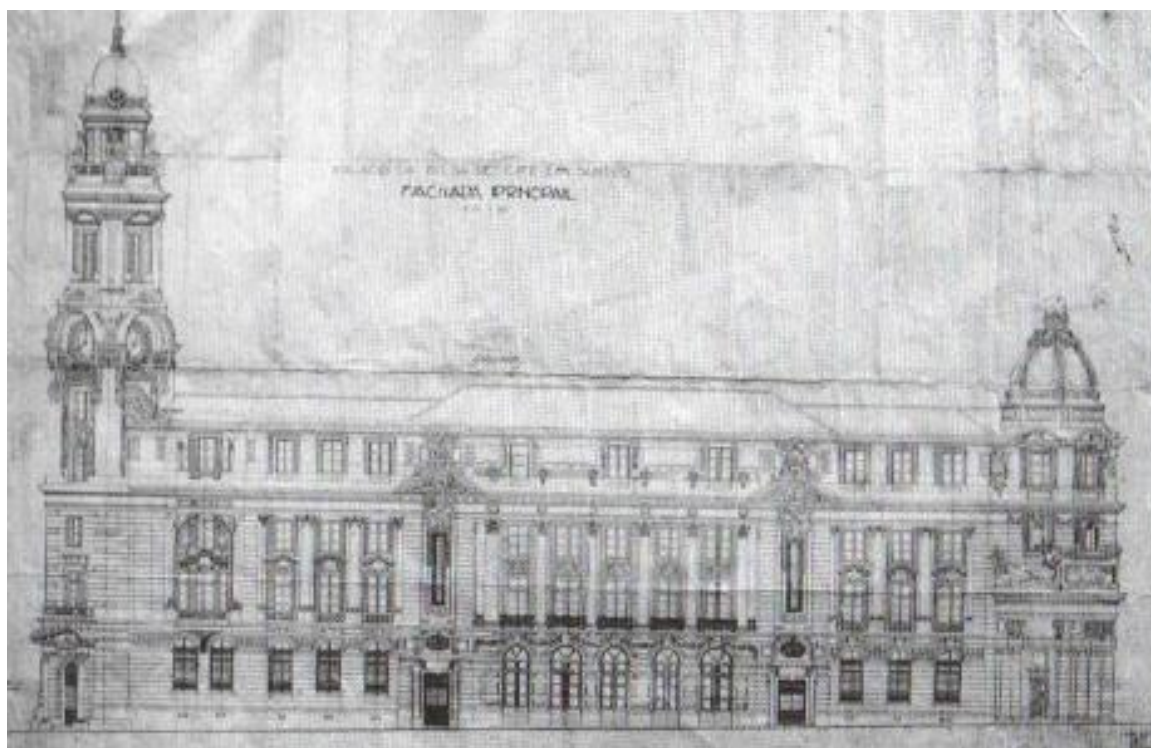


Figura 5: Projeto da fachada da Bolsa Oficial de Café, realizado pela Companhia Construtora de Santos. Fonte: Barbosa et al., 2004, p. 83.

Como já dissemos anteriormente, os pareceres discutidos até aqui não podem ser vistos como antagonicos, pois estes se complementam. Entretanto, é interessante ressaltar que Sylvio Pupo, apesar de privilegiar em grande medida os dados econômicos referentes à produção

poderíamos “compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”.

cafeira ao longo do tempo, demonstrou um aspecto interessante sobre o edifício da Bolsa Oficial de Café ao tratar de seus atributos monumentais e o período econômico por ele representado, associação que podemos constatar no trabalho realizado por Ana Lúcia Lanna, no qual ela nos mostra que o Palácio da Bolsa fora construído como uma forma de “propaganda edificada”. Segundo a autora, a construção desse monumento fazia parte de um projeto de cidade e nação moldado pela elite cafeeira ao longo de 80 anos dentro de sua concepção de progresso e civilidade, e assim pretendia com a edificação “difundir a riqueza do café atraindo para São Paulo capitais e trabalhadores” (LANNA, 1999, p. 108).

Conforme já havíamos verificado anteriormente e constatamos pela informação número 86/74-CTET, emitida por Carlos Lemos em 17 de julho de 1974, o documento produzido pela historiadora teria como função ser um relatório, o qual juntamente com o parecer emitido por Sylvio Pupo, viriam a demonstrar que o local constituía um “documento de evocação histórica”, valor que se buscava imputar nesse bem para continuação de seu estudo para o tombamento. Além disso, após receber esses documentos, Lemos novamente ressaltou que o local como um “verdadeiro centro de interesse turístico” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.23), o que reforça que o CONDEPHAAT, assim como o SPHAN nesse momento, tendiam a adequar suas ações dentro dos parâmetros internacionais de preservação, e que, assim como afirma Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2006, p. 12), no qual “os monumentos arquitetônicos e urbanísticos” passaram a ser vistos como bens passíveis de impulsionar o “desenvolvimento e econômico local e regional”, principalmente pela implementação de atividades turísticas, não sendo mais vistos como portadores somente de valor artístico ou histórico.

Após a apresentação destes primeiros pareceres para encaminhamento do processo 421/74, percebemos que este ficou pelo período de dois anos sem apresentar qualquer movimentação, até que novamente pela atuação externa ao CONDEPHAAT retomou sua tramitação, no ano de 1976. A primeira ação que levou à retomada do processo surgiu em decorrência de indicações na Assembleia Legislativa de São Paulo, por parte do Deputado João Lázaro de Almeida Prado⁴⁹, nas quais ele se posicionava tanto para o tombamento do prédio,

⁴⁹ Segundo informações que constam no site da Assembleia Legislativa o deputado João Lázaro de Almeida Prado ocupou o cargo de Deputado Estadual durante a 8ª legislatura, no período de 1975-1979, e na 9ª legislatura, de 1979-1983. Informações disponíveis em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=299526> >. Acesso em 01 ago. 2020. Também sobre o referido deputado, encontramos na dissertação de César Canato (2003, p.112) que o candidato pertencia ao partido ARENA, Aliança Renovadora Nacional, “partido de sustentação do regime militar pós-64 e conhecida pela literatura política como o partido de ‘situação’ ou de ‘governo’, foi uma agremiação próxima de apresentar uma situação de disciplina, dentro do sistema político partidário vigente” (Lima Junior apud CANATO, 2003, p. 10). Apesar de não termos encontrado nenhuma informação sobre o local de nascimento de João Lázaro de Almeida Prado, constatamos que em ocasião de seu falecimento no ano de 1991, este fora sepultado no município de Jaú, o que nos leva a crer que possuía um vínculo com esta cidade. Informação disponível em: < <http://www.jau.sp.gov.br/cemiterio/index.php?&mae=Dora%20F%20Magalh%E3es%20Prado&tipo=nomeavan> >

como também para a criação do Museu do Café, assunto que já havia surgido no parecer de Sylvio Lara Pupo. Em seguida, também o periódico santista *A Tribuna*, ciente dessas indicações do referido deputado, voltou a noticiar sobre a edificação, agora expondo para a comunidade santista a possibilidade de seu tombamento e da criação do museu⁵⁰.

É bastante relevante destacar nesse processo a atuação de personagens do meio político e também da comunidade santista, representada aqui pelo periódico local, *A Tribuna*. Conforme já expusemos acima, o processo 421/74 se originou pelo envio de uma correspondência do cidadão santista, Geraldo Ferrone à Secretária do Turismo do Estado de São Paulo, cuja iniciativa nos pareceu também inspirada pela matéria do referido periódico. Conforme aponta Marly Rodrigues, foi exatamente na segunda metade da década de 1970 que o patrimônio começou a ser um assunto “frequentemente abordado pela imprensa e debatido publicamente por órgãos de planejamento”, o que possibilitou um maior engajamento da sociedade civil e mobilização dos poderes públicos locais, que passaram a instituir os “primeiros conselhos municipais de proteção ao patrimônio” (RODRIGUES, 2000, p. 97).

Na mesma data da publicação da matéria no jornal *A Tribuna*, 27 de maio de 1976, o próprio deputado João Lázaro de Almeida Prado encaminhou uma comunicação oficial ao Secretário Max Feffer⁵¹, na qual informou sobre suas indicações na Assembleia Legislativa

[cado&pg=&ordby=pai](#) > . Acesso em 15 ago. 2020. Conforme pesquisa, constatamos também que o deputado era filho de Dora Ferraz de Magalhães Prado e José Maria de Almeida Prado, sobre o qual encontramos informação na Assembleia Legislativa de São Paulo de que o comendador teria desenvolvido atividades como político, empresário, agricultor, além de mencionar sua dedicação à cidade de Jaú. Disponível em < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-51596-26.03.1969.html> > . Acesso em: 21 ago. 2020. Conforme apontam Gerodetti e Cornejo em sua obra, os principais produtos agrícolas da cidade de Jaú, no início do século XX, eram “especialmente o café (que é preferido nos mercados de exportação pela sua ótima qualidade), açúcar, aguardente, tabaco, arroz e algodão” (BUCELLI apud Gerodetti e Cornejo, 2003, p. 98). Os autores também destacam a importância da rubiácea na evolução urbana da cidade de Jaú, à qual deveria “relevantes serviços e grande parte de seu progresso” (VALLIM apud Gerodetti e Cornejo, 2003, p. 97). Com base nas informações expostas, apesar dos dados coletados não nos permitirem afirmar com certeza de que haja uma relação direta entre o deputado João Lázaro de Almeida Prado com a cultura cafeeira do interior de São Paulo, percebemos que era uma pessoa de destaque e envolvidas no cenário político da região e do Estado, já que a primeira menção que encontramos sobre sua carreira política fora sua nomeação no ano de 1957 como presidente da Câmara Municipal de Itapuí, cidade próxima à Jaú, chegando a ocupar o cargo de Deputado Estadual, conforme já havíamos mencionado anteriormente. Informação disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_10&pesq=%22Jo%C3%A3o%20L%20de%20Almeida%20Prado%22&pasta=ano%20195&pagfis=34960 > . Acesso: 21 ago. 2020. Conforme o trabalho de Ana Luiza Martins verificamos que, desde o fim do século XIX, a classe política passou a ter em seu cenário cafeicultores nos “postos de mando”, agentes que a partir de então “dão as cartas na política e na economia, de acordo com seus interesses de classe” (MARTINS, 2012, p. 139). Assim, pela tradição dos vários ramos da família Almeida Prado ligados ao café no interior do Estado, e por já constatamos a cultura política no âmbito familiar do deputado advindo desde seu pai, certamente são personagens de alguma forma relacionados a esses expressivos fazendeiros da região.

⁵⁰ No lugar da Bolsa pode surgir o Museu do Café. *A Tribuna*. Santos, 27 mai. 1976. Disponível em: CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 25.

⁵¹ Segundo o trabalho de Felipe Crispim (2014, p. 134), quando na gestão de Max Feffer, de maio de 1976 a maio de 1979, o órgão sediador do CONDEPHAAT era a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, tal como iniciado na gestão anterior, que foi de outubro a dezembro de 1975.

referentes à Bolsa Oficial de Café, e também enviara o recorte do “matutino”, com a publicação sobre este assunto. Desta comunicação chamou-nos a atenção o fato de seu autor destacar em caixa alta a palavra tombamento, o que nos dá a impressão de uma solicitação de prioridade para que o CONDEPHAAT prosseguisse com os trâmites, mesmo que isso não esteja explícito.

O periódico nos forneceu mais informações sobre as indicações feitas pelo deputado João Lázaro de Almeida Prado, tendo transcrito parte delas na matéria intitulada *No lugar da Bolsa pode surgir o Museu do Café*. A primeira indicação, sob o número 406, sugeria o tombamento do edifício da Bolsa Oficial do Café, e destacava a tradição santista como “um grande centro de escoamento da produção cafeeira paulista”, bem como exaltava os elementos neoclássicos⁵² da edificação, o qual segundo o autor da indicação representava “o estilo de uma época onde a opulência e o desenvolvimento de São Paulo se refletem em nossa arquitetura” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.25. Como não cabia à Assembleia as ações para o tombamento, após sua exposição o deputado indicou que o CONDEPHAAT prosseguisse com os trâmites, conforme a seguinte transcrição:

Em face do exposto, indico, nos termos regimentais, ao Poder Executivo, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Condephaat – o tombamento da Bolsa de Café de Santos (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 25).

Percebemos que o Deputado João Lázaro de Almeida Prado tem uma visão semelhante à de Sylvio Pupo sobre a arquitetura da Bolsa Oficial de Café, na qual os elementos construtivos representam o momento de “opulência e desenvolvimento” vivido por São Paulo. Além disso, tal como a proposta feita por Pupo, ao deputado também ocorreu a necessidade de destinar o

⁵² Carlos Lemos, arquiteto e docente de História da Arquitetura, e como profundo conhecedor já havia enquadrado o edifício no “indefectível ecletismo rebuscado” em seu parecer, porém não destacou os elementos neoclássicos da edificação. Em trabalho, intitulado *Ecletismo em São Paulo*, Carlos Lemos explicou que para entender o Ecletismo, surgido no quadro arquitetônico europeu do século XIX, seria necessário buscar a “miscelânea”, uma vez que, pessoalmente, o arquiteto compreende o “ecletismo como sendo toda a somatória de produções arquitetônicas aparecidas a partir do final do primeiro quartel do século passado, que veio a juntar-se ao Neoclássico histórico surgido por sua vez como reação ao Barroco” (LEMOS, 1987, p. 98). Lemos (1987, p. 70) afirma também que “a expressão filosófica Ecletismo” surgiu para designar a coexistência das obras neogóticas e o neoclássico, às quais se contrapunham, uma expressão que sugeria a tolerância entre essas duas ideias. Ao falar sobre a arquitetura brasileira, Nestor Goulart Reis Filho (1970, p. 117) nos mostra que a vinda de arquitetos com a Missão Cultural Francesa e sua presença na corte no Rio de Janeiro no início do século XIX contribuiu para a propagação do neoclássico na cidade, algo que foi implementado com a criação da Imperial Academia de Belas Artes, em 1826. Para o autor, nesse primeiro momento, devido à dependência e dificuldade da importação de materiais, e também a falta de trabalhadores especializados, “o neoclássico não chegou a corresponder o aperfeiçoamento maior da construção no Brasil, ainda que tenha provocado transformações de importância, no plano formal” (REIS FILHO, 1970, p. 144). Entretanto, ele explica que o ecletismo da segunda metade do século XIX representa um momento de introdução de novas técnicas, em grande parte proporcionado pelas condições culturais e econômicas do período, e que na arquitetura brasileira correspondeu “a um aperfeiçoamento técnico dos edifícios e a incorporação dos benefícios mais recentes a sociedade industrial” (REIS FILHO, p. 176).

edifício ao uso cultural através da criação do Museu do Café, conforme sua indicação de número 819 na Assembleia Legislativa, também transcrita pelo jornal *A Tribuna*:

a criação do Museu do Café será um incentivo e estímulo à cultura de nossa gente; indicamos, nos termos regimentais, ao chefe do Poder Executivo, através dos órgãos próprios, as providências necessárias no sentido de que seja criado o Museu do Café, no prédio onde está instalada a Bolsa do Café, na cidade de Santos (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 25).

No processo não foi anexado nenhum documento que nos informe a razão de sua não continuidade após a inserção de pareceres que propunham o tombamento do bem por seu valor histórico, mas por se tratar de um prédio que pertencia à Secretaria do Estado e no qual ainda estava instalada a Bolsa, não cremos que isto tenha se dado por embates com particulares, motivo pelo qual a literatura do patrimônio aponta para a dificuldade de implementação do ato jurídico de tombamento. Marly Rodrigues (2000, p. 78) nos mostra que, na década 1970, os conselheiros ainda estavam muito presos à “ortodoxia do patrimônio”, e exemplifica com a postura de Luís Saia em uma entrevista concedida em 1975, “na qual o conselheiro pronunciava-se contra os ‘saudosistas’ que pretendiam tombar os exemplos da má arquitetura”. Nesse sentido, Carlos Lemos (2005, p. 231-234) também informou que pensamentos dissonantes vindos desde o primeiro conselho vieram a causar o emperramento dos autos, o que pode sugerir algum entrave interno para a não continuidade da tramitação, que só foi retomada a partir das intervenções acima expostas.

Ainda neste âmbito, Marly Rodrigues afirma que o não rompimento do CONDEPHAAT com as “formas tradicionais de atuação” e a indefinição em adotar um posicionamento perante as novas demandas da sociedade em relação à preservação eram fatores que faziam com que o órgão se tornasse “cativo das pressões de interesses” (RODRIGUES, 2000, p. 66-68). No processo em análise, constatamos essas pressões, ocorridas em parte pelo poder público, representado pelo deputado João Lázaro de Almeida Prado, e pela comunidade santista, personificada pelo periódico *A Tribuna*, os quais nesse referido caso, pareceram primordiais para “apressar o processamento”⁵³ do tombamento do bem em questão.

⁵³ A primeira comunicação enviada pelo deputado João Lázaro de Almeida Prado ao Secretário da Cultura Max Feffer ocorreu em maio de 1976, e após o recebimento dela, o CONDEPHAAT já havia dado encaminhamento ao processo. Entretanto, o deputado enviou nova comunicação datada de dezembro de 1976, na qual dizia encaminhar as reivindicações da “população de Santos” através do jornal *A Tribuna*, do qual anexou uma nova matéria na qual relatava que o tombamento da Bolsa de Café de Santos continuava esquecido. A informação que acima destacamos é parte dessa comunicação, e fora escrita em letras maiúsculas, evidenciando que seu autor solicitava que órgão tomasse providências com urgência.

Ainda em dezembro de 1976, já com o processo novamente em tramitação, o jornal *A Tribuna* publicou uma matéria denunciando o esquecimento do processo, mesmo após a solicitação do tombamento ter sido solicitada pela Assembleia Legislativa. Assim como constatado por Marly Rodrigues (2000, p. 68), o CONDEPHAAT, mediante os problemas em exercer uma clara política de atuação, teria ficado com uma “imagem pública de ineficiência” perante a população, algo que também nos parece ter sido a impressão do periódico santista, conforme este excerto da referida publicação:

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Condephaat -, limita-se a receber os pedidos, sem que, na grande maioria, ofereça aos propositores uma resposta, ou ainda, adote medidas práticas e eficazes na elaboração de projetos de aproveitamento dos monumentos (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.38).

Também Carlos Lemos (2013, p. 111) escreveu sobre as críticas de omissão dirigidas ao CONDEPHAAT com relação aos seus trabalhos de preservação, mas justificou que a “fragilidade e quase inoperância” do órgão se devia principalmente por sua criação não ter sido uma iniciativa decorrente de um “pensamento unânime de todos”, mas sim ter nascido da luta de “meia dúzia de pessoas” pela causa do patrimônio, e ainda completou informando que essa “omissão e descaso” seria decorrente do governo tomar suas decisões sem consultar o conselho do patrimônio estadual. Entretanto, no caso do processo 421/74, representantes do governo atuaram junto à imprensa santista em prol do tombamento, aparentando até mesmo uma certa pressão para agilização dos trâmites.

Apesar das plantas do edifício já terem sido solicitadas anteriormente, em junho de 1976 foi redigido por Ruy Azevedo Marques o Ofício SE-191/76, o qual foi direcionado ao Secretário de Obras da Prefeitura de Santos Adagamos Sartini, e informava-lhe que faltava somente a planta arquitetônica do imóvel para que se fizesse a “complementação do contexto introdutório” do processo, e finalizou sua comunicação “na expectativa de uma urgente remessa do documento citado, que expressará, sem dúvida, uma valiosa colaboração para a preservação de um BEM CULTURAL” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/71, fl.28). Entretanto, mesmo após o chefe do gabinete do Prefeito de Santos, Sr. Ney Luiz Guerra de Santos e Silva, ter realizado o envio das cópias dos referidos documentos nesse mesmo ano, novamente o processo ficou sem prosseguimento até ano de 1979.

Em abril de 1979, o arquiteto Carlos Lemos solicitou que dessem continuidade às tratativas com a documentação fotográfica⁵⁴, algo que já havia sido solicitado há quase três anos antes. Poucos meses depois, em agosto de 1979, o deputado Rubens Lara⁵⁵ apresentou à Assembleia Legislativa uma nova indicação para que fosse realizado o tombamento da Bolsa Oficial de Café de Santos, e também reiterava a indicação feita anteriormente pelo Deputado João Lázaro de Almeida Prado, além de solicitar providências do então governador do Estado Paulo Salim Maluf para que isso se efetivasse. Percebemos que essa informação somente deu entrada na Secretaria da Cultura em setembro daquele mesmo ano, o que nos fez concluir que, nessa ocasião, a retomada do processo não ocorreu devido à indicação. Porém, há indícios de que este fato produziu uma movimentação na referida Secretaria, uma vez que gerou um novo processo interno sob o número 2433/79, o qual tinha o intuito de dar encaminhamento à indicação realizada pelo deputado.

Após acusarem recebimento de notificação da Secretária da Cultura sobre o processo acima referido e encaminhá-la ao Setor Técnico do CONDEPHAAT, em dezembro de 1979, Carlos Lemos emitiu uma informação à Secretaria Executiva, na qual indicou que o processo estava “perfeitamente instruído para ser julgado pelo E. Colegiado quanto ao mérito do tombamento proposto no processo nº 2433/79” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 471/74, fl. 89), a partir de então seguindo para a votação do tombamento.

Conforme aponta Felipe Crispim (2014, p. 51) é designado um conselheiro relator para a produção do parecer, o qual será “identificado como ‘voto’”, e no qual ele se posiciona a favor ou contra o tombamento. Segundo o autor, este “voto” será submetido à apreciação pelos demais membros do Colegiado, que juntos decidem se o tombamento se efetivará ou não. De

⁵⁴ Ao tratar da estrutura do processo de tombamento, Felipe Crispim (2014, p. 50) nos mostra que o Setor Técnico do Condephaat é responsável por fazer o levantamento da documentação do processo. No caso do processo 471/74, além das plantas do imóvel foi solicitado o registro fotográfico do edifício. Para isto, foi aberto uma concorrência, da qual resultou a contratação do arquiteto Hugo M. Segawa para a realização deste levantamento. Conforme as instruções de Aldo Nilo Losso, diretor da Secretaria Executiva do Condephaat, deveriam ser entregues “50 fotos, entre externas e principalmente internas” (CONDEPHAAT, 1974, processo 421/74, fl. 61), entretanto essas fotos não se encontram integralmente anexadas ao processo. Constatamos que algumas dessas fotos foram utilizadas em um documento redigido após o tombamento do bem, entretanto nos chamou a atenção uma informação enviada no ano de 1994 à Direção Técnica, na qual o Setor Técnico comunicava que identificaram que muitos processos de tombamento encontravam-se “sem a documentação mínima necessária para identificação dos bens tombados” e por isso encaminhavam as fotos que foram utilizadas para a elaboração do *Guia do Patrimônio Cultural Paulista*, às quais encontram-se anexadas ao processo.

⁵⁵ Segundo sua biografia, o Deputado Antônio Rubens da Costa Lara nasceu em São Paulo, mas teve sua formação acadêmica e iniciação política ligada à cidade de Santos, onde foi vereador entre 1969 e 1979. Formou-se em Direito pela Unisantos em 1968, e a partir de então também atuou como Professor na Universidade Católica de Santos e Faculdade de Tecnologia Santista. Foi eleito deputado estadual três vezes consecutivas, um dos mandatos ocorridos período de 1979 a 1983, quando houve sua indicação para o tombamento da Bolsa Oficial de Café de Santos. Informações disponíveis em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300067> > e < <https://www.camara.leg.br/deputados/73963/biografia> >. Acesso em: 13 set. 2020.

acordo com a “Síntese da Decisão do Egrégio Conselho Deliberativo – Ata 432 da Sessão de 04/02/80”, a decisão do Colegiado se deu pelo voto do Conselheiro Antônio Luís Dias de Andrade⁵⁶, e apesar de não ser possível identificar a autoria do texto através da assinatura do documento, pelo exposto por Felipe Crispim, acreditamos que o parecer seja de sua autoria.

Em seu parecer, o conselheiro evidenciou a criação da Bolsa Oficial de Café como um organismo regulador das atividades cafeeiras no princípio do século XX, e ressaltou a importância destes organismos reguladores de gêneros agrícolas para os estudos de assuntos referentes a história econômica do Brasil. Com relação ao edifício construído para ser sua sede em 1922, sobre o qual se discutia o tombamento naquela ocasião, ele justificou que:

O projeto do edifício obedeceu a valores e gosto da época, caracterizados por solução plástica que utiliza-se, indiscriminadamente de elementos de modenatura coletados na arquitetura e estilos clássicos, guardando, contudo, certa unidade de conjunto (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl.92).

Pelo acima exposto, percebemos que o conselheiro buscou situar a arquitetura eclética do edifício de acordo com “valores e gostos” do período no qual fora construído e destaca o uso de elementos classicizantes, e aponta ainda que há uma “certa unidade” em sua composição. Entretanto, mesmo reconhecendo o ecletismo enquanto fruto de sua “época”, Antônio Luís Dias de Andrade prosseguiu seu parecer concluindo que a edificação “não possui maiores méritos e qualidades arquitetônicas”, mas tal qual Carlos Lemos, considerou o local como “importante testemunho dos significativos momentos do processo de desenvolvimento da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo”, pautando também no valor histórico seu voto favorável ao tombamento da Bolsa Oficial do Café.

⁵⁶ Conforme trabalho de Felipe Crispim (2014, p. 135), Antônio Luís Dias de Andrade passou a compor o conselho do CONDEPHAAT a partir do 6º Colegiado (maio/1979-julho/1980), representando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No artigo de Benedito Lima de Toledo (2000, p. 254) encontramos a informação de que Antônio de Andrade formou-se em arquitetura pela FAU-USP e que foi professor nessa mesma instituição, no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, além de ter atuado como diretor regional do IPHAN em São Paulo. Faleceu precocemente em 1997, aos 48 anos.



Figura 6: Fachada e torre do edifício da Bolsa de Café, vista da Rua Tuiuti. Foto de Hugo Segawa para o Condephaat. Ano: 1979. Disponível: CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 111.

Ao analisar os tombamentos realizados pelo SPHAN nos anos iniciais de sua atuação, Márcia Chuva (2009, p. 213-26) constata uma hierarquização do patrimônio histórico e artístico nacional de acordo com o livro de tomo no qual cada bem fora inscrito. A autora destaca que se secundarizou o valor histórico dos bens em relação ao artístico, e os bens que não se enquadravam no que era considerado a produção nacional artística “genuína” e “autêntica” para ganharem o *status* de serem inscritos no Livro de Belas Artes, no qual geralmente eram inscritos somente os que pertenciam ao universo da arquitetura colonial, tinham sua inscrição realizada somente no Livro de Tombo Histórico. Ao verificarmos a constatação da autora, percebemos permear nos discursos do conselheiro Antônio Luís Dias de Andrade e do arquiteto Carlos Lemos esse mesmo tipo de enquadramento dos bens que era realizado pelo SPHAN, no qual se buscou o valor histórico enquanto alternativa para salvaguardar o bem, uma vez que este não era considerado como detentor de valor estético dentro da história da Arquitetura para sua proteção.

Após a decisão do tombamento ter sido tomada pelo Conselho em janeiro de 1980, o processo retornou ao Setor Técnico para que fosse elaborada a minuta de Resolução de Tombamento, além da solicitação para que fosse verificado qual seria a destinação do uso do imóvel após a incidência deste ato. Para isso, em setembro deste mesmo ano, foi realizada uma

reunião com o doutor Affonso Celso Pastore, então Secretário da Fazenda, a partir da qual fora redigido um documento no qual ficou especificado que a Secretaria da Fazenda, ainda proprietária do edifício naquele momento, demonstrou que não pretendia ocupá-lo integralmente, e devido a isto, foram levantados três possíveis alternativas para sua ocupação. Dentre elas, cogitou-se a instalação do Museu do Café em sua parte térrea, após sua restauração, e com a Secretaria da Cultura como responsável por sua manutenção e gerenciamento. Entretanto, dentre as opções apresentadas de destinação e delegação de responsabilidades pelo custeio da restauração do edifício, percebemos por uma marcação na página que optou-se por manter a Secretaria da Fazenda como sua proprietária, a qual assim assumiria todas as responsabilidades por ele, e caberia ao CONDEPHAAT somente a orientação técnica para sua restauração, abortando-se assim a ideia da instalação do Museu naquele momento, algo que já havia sido anteriormente proposto no parecer de Sylvio de Lara Pupo e também na indicação 819/76, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Deputado João Lázaro de Almeida Prado.

Em setembro do ano 1981, o processo 421/74 seguiu caminho para sua conclusão com a solicitação da Resolução de Tombamento pelo então presidente do Conselho Ruy Ohtake, daí decorrendo a oficialização do ato e sua notificação aos seus interessados. Conforme aponta Felipe Crispim, após serem notificados, os interessados têm o prazo de quinze dias para recorrer da decisão, e caso nesse prazo não haja nenhuma manifestação, “o processo é encaminhado ao Secretário da Cultura, já com uma minuta da resolução de tombamento elaborada pelo Setor Técnico” (CRISPIM, 2014, p. 51). Percebemos que no processo 421/74, as duas ações ocorreram em datas bem próximas, já que os ofícios de notificação foram expedidos no dia 11 de setembro, enquanto a Resolução de tombamento foi encaminhada ao Secretário da Cultura para apreciação em 18 de setembro de 1981. Porém, o que nos chamou mais a atenção foi a maneira como se deu a oficialização do ato de Tombamento da Bolsa Oficial de Café, uma vez que foi organizada uma cerimônia especialmente dedicada para este fim. Foi anexado ao processo um roteiro desta cerimônia, o que nos mostra uma grande dedicação por parte da Secretaria da Cultura para dar visibilidade ao ato, o que reforça o interesse político no tombamento do bem.

Conforme aponta Ana Lúcia Lanna (1999, p. 108), o lançamento da pedra fundamental para a construção da Bolsa Oficial do Café envolveu uma solenidade, ocorrida em 27 de abril de 1920, na qual estiveram presentes autoridades do Estado, inclusive seu presidente. A autora detecta no discurso então proferido por Gabriel Orlando Teixeira Junqueira que a construção do monumental “Palácio da Bolsa” teria um caráter propagandístico, uma vez que o edifício, segundo suas palavras:

Atestará àqueles que aportarem ou simplesmente avistarem este porto não só a riqueza do estado de São Paulo, mas também a fecundidade e gênio do empreendedor paulista. Desde a entrada até a barra do porto se divisará a imponente torre do belo edifício que, dominando toda a cidade e sua baía, saudará seu visitante e afirmará aos irmãos de além mar que a terra que produziu a riqueza que todos veem está aberta ao seu laborioso concurso e operosidade (Junqueira apud LANNA, 1999, p. 108).

Com base no excerto acima exposto, percebemos que, assim como em 1920, o portentoso edifício assumia novamente o papel de uma “propaganda edificada”, uma vez que a cerimônia ocorrida para oficialização de seu tombamento em 1981 nos remete ao mesmo aspecto propagandístico, agora como anúncio da atuação política em sua salvaguarda de agentes como o então Secretário da Cultura do Estado de São Paulo, o Deputado Antônio Henrique da Cunha Bueno, o qual no dia 22 de setembro assinou a Resolução do Tombamento no decorrer da solenidade.

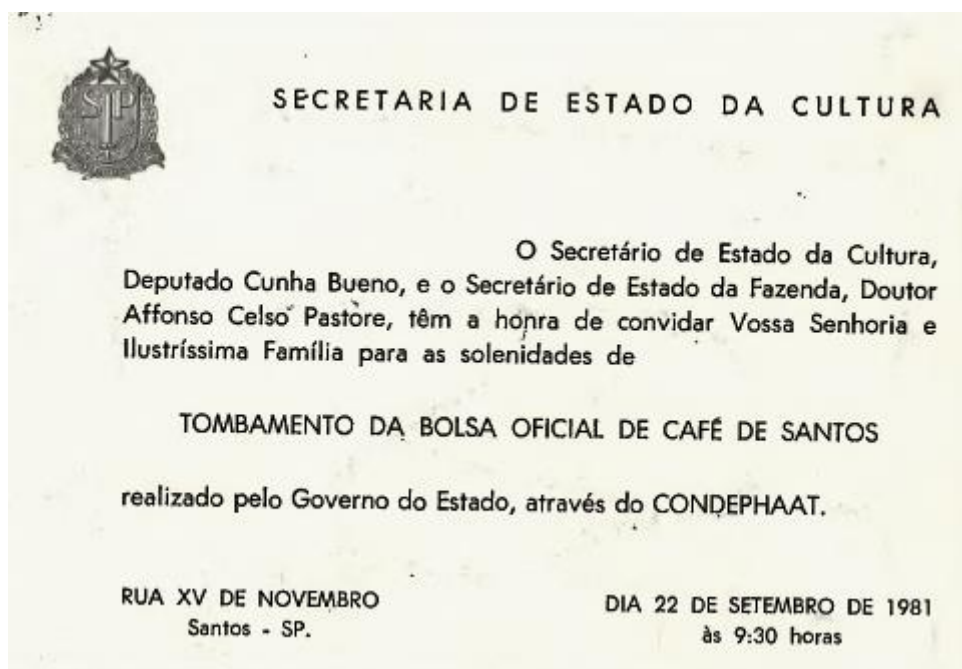


Figura 7: Convite para a solenidade de tombamento da Bolsa Oficial de Café de Santos. Fonte: CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 112.

Para a cerimônia de tombamento, o CONDEPHAAT ficou incumbido da elaboração de um folheto ilustrativo, o qual seria distribuído aos principais órgãos públicos e departamentos envolvidos na solenidade. O documento intitulado *Tombamento Bolsa Oficial de Café Santos*, do qual não foi identificado a autoria do texto, rememorou a importância do café na primeira República, as manipulações internacionais de preço pelos estrangeiros e a importância do

surgimento da Bolsa de Café para regulamentação de preços da rubiácea no mercado internacional, e cuja preservação de seu edifício-sede construído no início do século, se dava pelo reconhecimento de seu valor documental, conforme destacou-se nesse excerto:

O tombamento realizado pelo CONDEPHAAT garante à comunidade santista a proteção legal de um documento especialmente importante para a análise da memória da cidade, no período de grande comercialização do café. A proposta de instalação do Museu do Café cria a possibilidade de maior conhecimento da história da produção cafeeira no Estado de São Paulo, do papel representado pela Bolsa, dos reflexos econômicos e sociais mais significativos para o desenvolvimento da cidade de Santos, ainda hoje o maior porto escoador de café (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 111).

Apesar de o ato oficial do tombamento da Bolsa Oficial de Café de Santos ter em parte evidenciado um interesse político de personagens muitas vezes relacionado a elite cafeeira do Estado, presenciamos desde o início do Estudo de Tombamento iniciado em 1974, o engajamento da comunidade santista, em primeiro lugar representada por Geraldo Ferrone, cuja preocupação com a conservação do lugar resultou no processo que culminou em seu tombamento e inscrição no Livro do Tombo Histórico, sob número 157, folha 34, aos 28 de janeiro de 1981 (CONDEPHAAT, 1974, processo 421/74, sem paginação). Constatamos também a ativa participação do periódico santista *A Tribuna*, que em muitos artigos demonstrou a importância da Bolsa Oficial de Café para a história e memória da cidade de Santos, intervenções que tiveram repercussão no CONDEPHAAT não somente durante o período de tramitação do processo, mas também após o bem ter sido tombado.

2.2 O pós-tombamento: as ações da comunidade santista em defesa de seu patrimônio

Mesmo após o arquivamento do processo 421/74, solicitado por Aldo Nilo Losso em janeiro de 1982, o periódico *A Tribuna* manteve sua atuação em prol da conservação do bem com a publicação do artigo *Santos está perdendo um monumento*, em abril deste mesmo ano, no qual denunciava que mesmo após o tombamento não foram destinadas verbas para sua conservação e que

Com isso, não só a Rua XV, memória dos tempos áureos do café, como também o santista vê um monumento ser relegado às traças. Não somente o valor arquitetônico, mas o acervo histórico que o prédio contém está-se diluindo a cada dia que passa. Para impedir isso, basta apenas uma ordem da Secretaria da Fazenda destinando uma verba, para que Santos possa reaver um pouco de sua memória (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 136).

Pela análise das datas, percebemos que este artigo vinha a reforçar os pedidos constantes na missiva datada de 15 de abril do mesmo ano, escrita pelo Senhor Pêrsio Tavares de Menezes, então presidente do Sindicato dos Corretores de Café, e direcionada ao presidente da Bolsa Oficial de Café de Santos, o Senhor Alexandre Ruffo. Nesta carta, seu autor cobrava que fossem cumpridas promessas feitas durante a cerimônia de tombamento, e que se referiam às medidas para recuperação do imóvel. Devido ao fato de o prédio não ser de propriedade da Bolsa Oficial de Café e Mercadorias, todos os documentos foram direcionados à Secretária da Fazenda, a qual solicitou o encaminhamento ao Setor Técnico do CONDEPHAAT para realização de vistoria necessária que guiasse as intervenções de restauração do edifício tombado.

Conforme aponta o trabalho de Marly Rodrigues, mesmo que a partir da segunda metade da década de 1970, houvesse a intenção por parte do Secretário Max Feffer para reorganização dos trabalhos do CONDEPHAAT, o patrimônio ainda não era uma prioridade na pauta do Estado, e continuou em segundo plano nas políticas públicas. A autora destaca também que ainda nesse momento, o funcionamento do órgão se dava apenas com “condições mínimas para que ele marcasse a presença do Estado como guardião do ‘interesse social’ na área preservacionista” (RODRIGUES, 2000, p. 94-95). Referente a isto, o processo 421/74 nos permitiu constatar a falta de pessoal no Setor Técnico, algo sempre foi uma constante desde a criação do órgão, e que ainda fica evidente pelo documento do arquiteto Raphael Gendler, então diretor técnico do órgão no ano de 1980, quando da ocasião da solicitação de serviços preparatórios para efetivação do tombamento para o processo, alegou que as equipes do STCR estavam envolvidas em “trabalhos considerados prioritários”, e solicitava que o colegiado aguardasse a oportunidade para o andamento.

Ao falar sobre os tombamentos do CONDEPHAAT em um artigo, Carlos Lemos (2014, sem paginação) informa que, em muitas situações, é esperado que os órgãos responsáveis pelo tombamento fiscalizem e garantam a integridade dos bens que por eles foram tombados, porém, conforme ele observa, nem sempre isso é possível. Apesar deste texto não haver nenhuma observação sobre um quadro de funcionários deficitário em quantidade de técnicos, verificamos pelas informações acima que durante muito tempo isto foi um problema para o CONDEPHAAT. Entretanto, percebemos que houve uma melhoria nesse quesito na década de 1980, pois como afirmam Deborah Regina Neves e José Antônio Zagato (2018, p. 166), uma vez que nessa época foi efetuado um concurso que culminou na contratação de 33 arquitetos e 11 historiadores para o CONDEPHAAT, além de servidores de outros órgãos também terem sido alocados para compor seu quadro de funcionários. Isso nos levou a supor que, talvez por essa razão, tenha sido possível que fossem feitas duas vistorias para a reforma do prédio da

Bolsa de Café santista, no ano de 1982. A primeira ocorreu no final de abril, quando um relatório sobre as condições da edificação fora elaborado pelos arquitetos Kleber Monteiro, Marcos Antonio Osello e Sueli de Bem, os quais também apontavam os serviços necessários para a reutilização do imóvel. O segundo fora realizado em setembro pelo encarregado do setor técnico Américo Modanez e a pesquisadora Maria Helena Pires, cujo foco foram as obras de Benedito Calixto e fizeram apontamentos sobre possíveis profissionais especializados para realização de trabalhos de restauro do tríptico.

Também em setembro do mesmo ano, um artigo no periódico *A Tribuna* comemorava “as possibilidades de recuperação do prédio” (CONDEPHAAT, 1974, processo 421/74, fl.146), bem como indicava que alguns órgãos públicos e instituições ligadas à praça cafeeira santista estariam envolvidos nos trabalhos. Segundo a matéria, o Departamento de Obras recebera autorização da Secretária da Fazenda, e assim se responsabilizaria pela proteção do teto e das paredes do edifício contra umidade, para que assim as pinturas de Calixto pudessem ser restauradas e recolocadas. Também o presidente da Bolsa comemorava o “apoio da praça cafeeira”, demonstrando o apreço da comunidade pelo bem e sua representatividade entre eles.

Nesta pesquisa não conseguimos identificar se os procedimentos de restauração propostos para o edifício da Bolsa Oficial de Café foram efetivamente realizados. Entretanto, verificamos que a implantação do Museu do Café, proposta que já havia sido feita durante a tramitação do processo por Sylvio Pupo e pelo Deputado João Lázaro de Almeida Prado, e também cogitado na ocasião de tombamento da Bolsa em 1981, somente veio a ocorrer após a restauração do edifício realizada em 1998, quando então foi instalado no prédio o Museu dos Cafés do Brasil⁵⁷, conforme indicou o trabalho apresentado pelos arquitetos Gino Caldato Barbosa e Jaqueline Fernández Alves, o qual fora enviado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no ano de 2003, juntamente com o pedido de tombamento do bem em instância federal, sobre o qual faremos a seguir um breve comparativo com o processo do órgão estadual.

⁵⁷ Segundo texto elaborado por Eduardo Carvalhaes Junior para a obra *O Palácio do Café*, o Museu dos Cafés do Brasil é gerido por uma associação, chamada Associação Amigos dos Cafés do Brasil, a qual fora formada por entidades ligadas ao agronegócio cafeeiro, juntamente com o Governo do Estado de São Paulo, os quais são agora responsáveis pela manutenção do prédio.

3. OS ANOS 2000: UM BREVE COMPARATIVO ENTRE OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO ESTADUAL E FEDERAL

Conforme já apresentamos acima, tanto o sentido da palavra patrimônio quanto seu conceito foram se alterando ao longo do tempo, e conforme aponta Marly Rodrigues (2003, p. 16) desde quando os Estados Nacionais apropriaram-se do patrimônio para a construção de símbolos que representassem a unificação de seu povo em torno de um passado comum, o ato de patrimonializar e proteger um bem cultural está sujeito às concepções que se tem sobre o tema em cada época, e por isso mutável conforme as discussões sobre o assunto na sociedade em cada momento.

Neste trabalho também já tratamos do contexto de criação do CONDEPHAAT, no final dos anos 1960, quando discussões nacionais já apontavam a necessidade da criação de órgãos estaduais que pudessem auxiliar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional com a crescente demanda de preservação de bens culturais, e também um período em que internacionalmente já havia a discussão da preservação do patrimônio com finalidades turísticas, algo que veio ao encontro com a política cultural paulista instituída naquele momento.

Em meados da década de 1970, o arquiteto Carlos Lemos (1982, p. 8), responsável então pelo Setor Técnico do CONDEPHAAT, aponta para uma ampliação na compreensão da problemática de patrimônio cultural, resultado de um curso ministrado no Brasil pelo professor francês Hugues de Varine-Bohan⁵⁸, em 1974. Acerca de suas ações em relação ao patrimônio, em entrevista à Marly Rodrigues, Lemos revela:

Meu conhecimento era mais intuitivo e em cima destes textos [publicados na Revista do Patrimônio] e algumas leituras, uma coisa que surgia aqui e ali, uma lá. Na verdade, eu aprendi mesmo alguma coisa, e passei a olhar com outros olhos, foi a partir do curso que o Varine fez em 1974 (RODRIGUES, 2000, p. 75).

Entretanto, segundo afirma Marly Rodrigues, o CONDEPHAAT chegou aos anos 1980 ainda pautado em critérios de valorização ligados à história oficial e da arquitetura, soluções técnicas que se tornavam ineficazes em um momento que o conceito de patrimônio passou a

⁵⁸ De acordo com Carlos Lemos (1982, p. 8), Hugues Varine-Bohan era na ocasião assessor internacional da UNESCO, trabalhando com a problemática do patrimônio principalmente no “Terceiro Mundo”. Segundo artigo na página História da Museologia, Varine-Bohan estudou História, Arqueologia e História da Arte na École du Louvre, e foi Diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM), organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, com sede junto à esta organização, em Paris. Informação disponível em < <https://historiadamuseologia.blog/hugues-de-varine/> >. Acesso em 31 out. 2020.

ser reivindicado enquanto um direito de memória, além de representar para a população um “elemento propiciador de uma melhor qualidade de vida” (RODRIGUES, 2000, p. 108-110). Por outro lado, Flavia Brito do Nascimento (2018, p. 123) aponta que a sociedade passou a ver o CONDEPHAAT de maneira mais positiva a partir do tombamento do Instituto Caetano de Campos⁵⁹, e que após a abertura política, o órgão passou a ter mais visibilidade e atuar cada vez mais para atender os pedidos da sociedade, com muito mais processos gerados por demanda do público, o que se convencionou a chamar de “política de balcão”⁶⁰.

Foi exatamente no início da década de 1980 que se findou o processo 421/74, o qual resultou no tombamento da Bolsa Oficial de Café, e assim seu monumental edifício tornou-se um patrimônio histórico para o Estado de São Paulo, sob a tutela do CONDEPHAAT. Pouco mais de vinte anos depois, em 2003, foi aberto um novo pedido de tombamento sob o número 1514-T-03, agora junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em busca agora do reconhecimento do bem em instância federal. Será sobre esse processo que nos debruçaremos para entender a maneira como foram realizados os estudos do órgão federal sobre este mesmo bem, realizando assim um breve comparativo para apontar similaridades e dissonâncias entre os dois processos.

A primeira similaridade que podemos apontar em relação aos processos é a sua abertura ter partido de uma demanda da sociedade santista. Como já dissemos, apesar de o processo 421/74 não ter sido aberto por uma solicitação expressa de proteção do edifício através do tombamento, a necessidade de recursos para sua conservação mobilizou o cidadão santista Geraldo Ferrone a dirigir um apelo junto à Secretária do Turismo, o que acabou resultando na abertura do referido processo. Por outro lado, o processo 1514-T-03 originou-se por um pedido direto de tombamento solicitado pela Associação do Museu dos Cafés do Brasil, entidade mantenedora do Museu do Café, que atualmente funciona na antiga Bolsa de Café de Santos. Em janeiro do ano de 2003, a entidade dirigiu sua demanda à Superintendência Regional do IPHAN, e expressava que “a aprovação do tombamento trará muitos benefícios para a preservação da memória cafeeira brasileira” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, v. I, fl.1).

⁵⁹ Em seu artigo publicado no ano de 1975 pela Folha de São Paulo, Carlos Lemos (2013, p. 95-99) se posicionava em prol da permanência do edifício onde funcionava a Escola Normal Caetano de Campos mediante a possibilidade de demolição do edifício para a construção do metrô. Esse é um caso bastante emblemático no CONDEPHAAT, no qual a sociedade civil e a opinião pública se mobilizaram em prol de seu tombamento, o que resultou na proteção oficial no ano de 1976, através do processo 610/75.

⁶⁰ Conforme aponta Flavia Brito do Nascimento (2018, p. 123), Paulo Garcez Marins criou o termo “política de balcão” para designar essa ampliação no número de pedidos de tombamento abertos pelo público a partir da década de 1980.

Neste momento, percebemos uma clara expressão da reivindicação da memória do comércio cafeeiro e a representatividade do edifício como suporte dessa memória, bem como o destaque para a importância dessa economia não só como vetor do desenvolvimento regional, mas como uma atividade reconhecida “nacional e internacionalmente” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, v. I, fl. 1). Conforme aponta Marly Rodrigues (2003, p. 17-18), foi a partir do final da década de 1970 que o patrimônio passou a ser valorizado como representativo da memória social, algo que se refletiu nas políticas de preservação do patrimônio, com uma maior aproximação dos órgãos preservacionistas e da sociedade, que a partir de então passou a eleger os bens representativos de sua identidade. Percebemos, assim, que nos anos 2000 o direito à memória é evocado pela Associação que solicitou o tombamento, uma identidade requisitada não somente por um grupo santista, mas também por sua comunidade que há muito já elegera para si devido à relação com seu porto, o qual desde a expansão do comércio cafeeiro ficou conhecido como o Porto do Café.

Assim como a solicitação de Geraldo Ferrone vinha endossada por uma matéria do jornal *A Tribuna*, a qual fora encaminhada junto à sua missiva, também a solicitação de tombamento enviada pela Associação Amigos do Museu dos Cafés do Brasil foi acompanhada por um dossiê intitulado por *O Palácio do Café: Bolsa Oficial de Café de Santos*⁶¹, elaborado pela Gepas Arquitetura & Restauração, o qual continha a justificativa para a solicitação do tombamento, além de apresentar um breve histórico da cidade de Santos e do edifício, e também conter informações sobre o Museu dos Cafés do Brasil, ali em funcionamento desde o ano de 1998. Também foi remetido pela empresa um material fotográfico e iconográfico do edifício, além de suas plantas atualizadas.

⁶¹ No ano de 2004, os autores do mesmo dossiê Gino Caldato Barbosa e Jaqueline Fernández Alvez, organizaram um livro também intitulado *O Palácio do Café*, para o qual contaram com o apoio de diversas instituições, tanto ligadas à praça cafeeira de Santos, e de outros setores que se ligavam às atividades da antiga Bolsa Oficial de Café, como a Bolsa de Mercadorias e Futuros do Brasil e a MRS Logística.

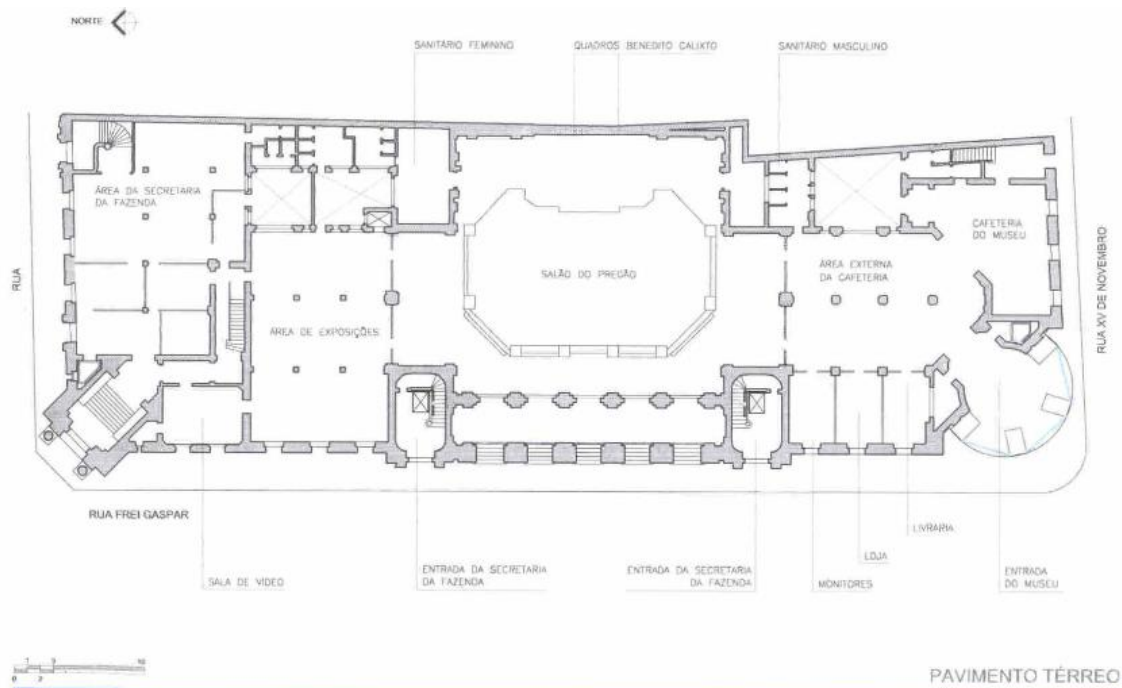


Figura 8: Planta do pavimento térreo da Bolsa Oficial de Café, com sua estrutura de funcionamento no ano de 2003. Fonte: IPHAN, 2003, fl. 72.

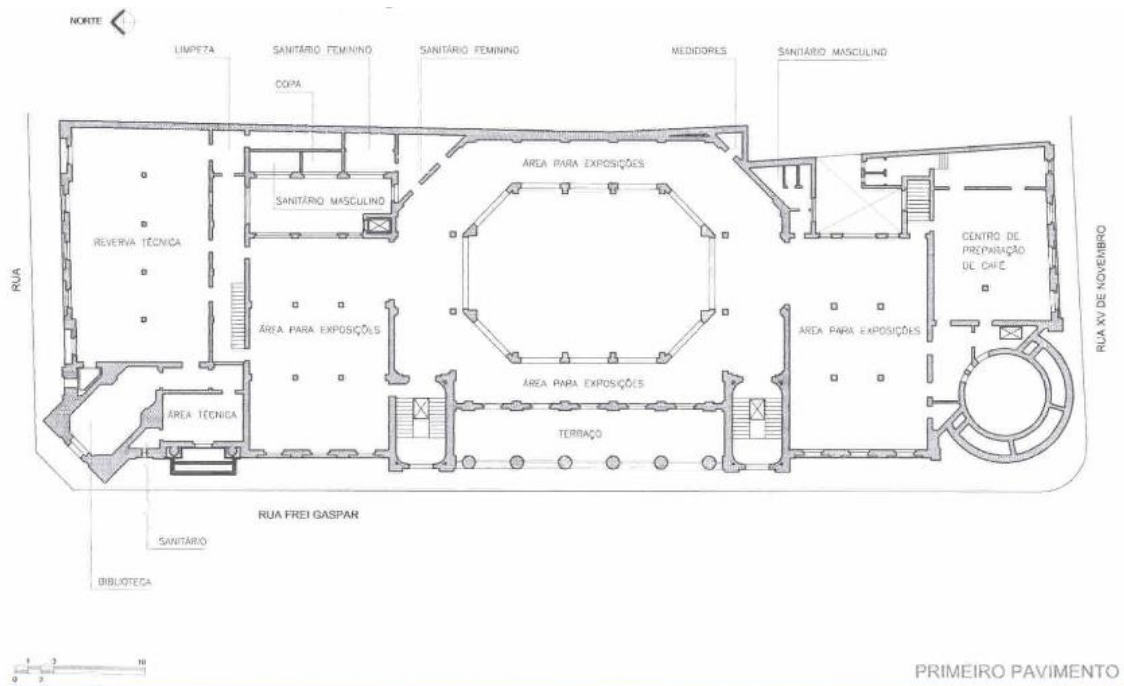


Figura 9: Planta do primeiro pavimento da Bolsa Oficial de Café, com sua estrutura de funcionamento no ano de 2003. Fonte: IPHAN, 2003, fl. 73.

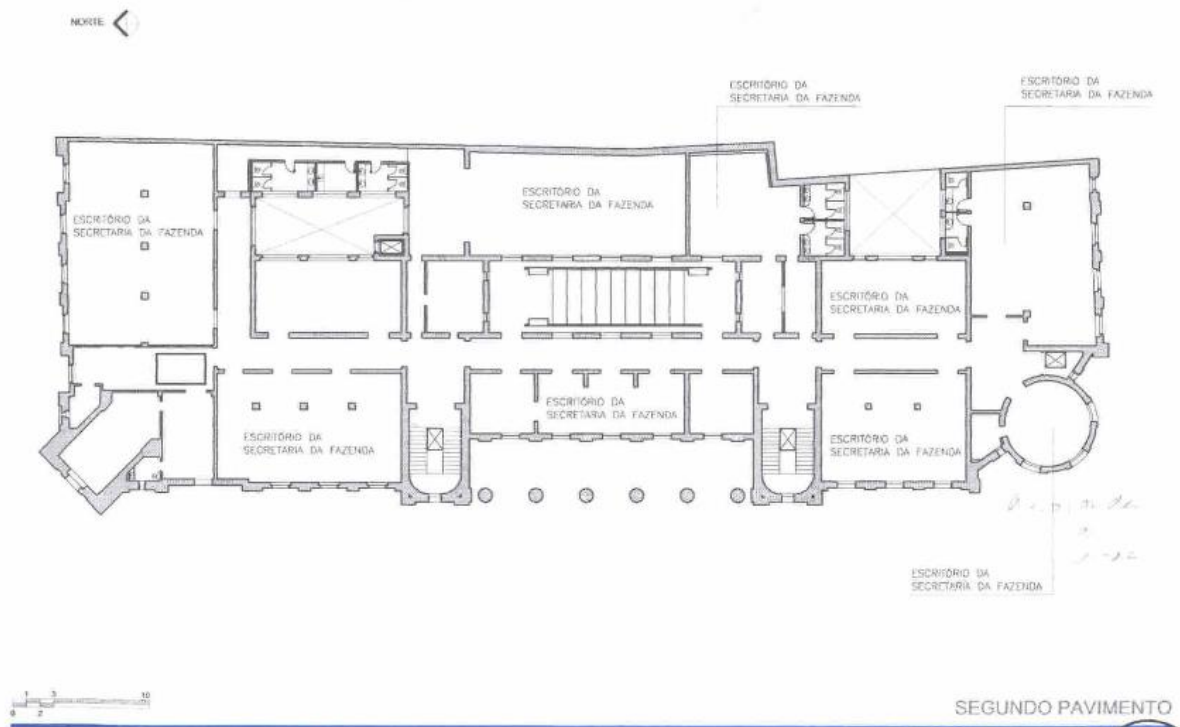


Figura 10: Planta do segundo pavimento da Bolsa Oficial de Café, com sua estrutura de funcionamento no ano de 2003. Fonte: IPHAN, 2003, fl. 74.

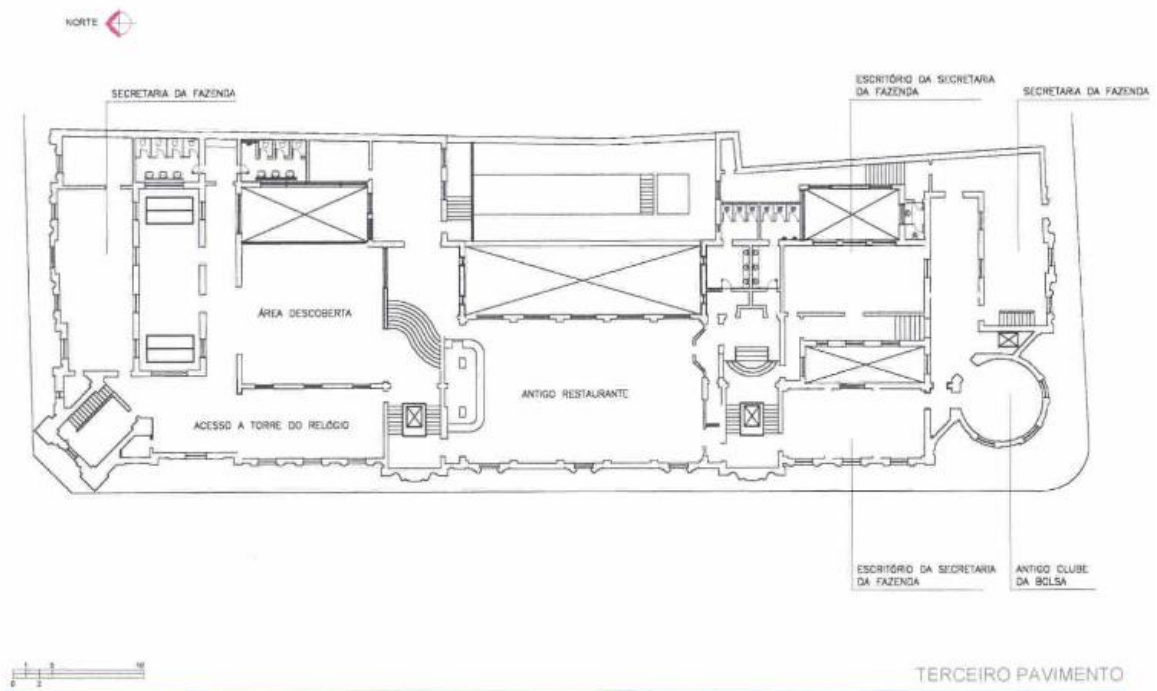


Figura 11: Planta do terceiro pavimento da Bolsa Oficial de Café, com sua estrutura de funcionamento no ano de 2003. Fonte: IPHAN, 2003, fl. 75.

Algo que nos chamou a atenção nesse dossiê foi a justificativa construída por seus elaboradores, na qual recorre-se ao conceito de patrimônio cultural muito similar ao contido no Decreto-lei 25/1937, no qual se instituíam o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vinculando-o “a fatos memoráveis da história do Brasil” (LEMOS, 1982, p. 43). Ao analisarmos esse documento, percebemos que permeia o imaginário ainda do patrimônio enquanto o elemento formador de nacionalidade, e apesar de se admitir uma ampliação de conceito “mais vinculados à memória afetiva de determinada coletividade”, o patrimônio cultural continuou sendo entendido como “manifestações de sua população ao longo da história, expressado por um significativo acervo, com formas e valores diversificados, vinculados à personagens e fatos memoráveis” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, v. I, fl.4).

Pelo exposto acima, percebemos pelo relatório redigido pela Gepas, e que acompanhou a solicitação da Associação Amigos do Museu dos Cafés do Brasil para a então Superintendente Regional do IPHAN, a arquiteta Tamara Romã, ainda continha em suas bases uma noção do patrimônio ligado à excepcionalidade que estava no conceito de patrimônio do final da década 1930, quando da constituição do conceito de patrimônio juntamente com a instauração do então SPHAN. Entretanto, o processo 1514-T-03 foi aberto em um momento que, conforme os próprios elaboradores do relatório admitem, o patrimônio cultural já ganhava um novo enfoque, principalmente com a instituição legal do patrimônio imaterial, ocorrida em 4 de agosto de 2000, pelo Decreto número 3.551. Conforme Zoy Anastassakis, esse novo caminho nas políticas do patrimônio vinha sendo pavimentado desde o final da década de 1970, quando Aloísio Magalhães chegou à presidência do órgão nacional de preservação, e então assumiu em sua política de atuação que “cuidar do patrimônio cultural implicava também um projeto e participação e na consideração dos aspectos materiais e imateriais relativos aos processos culturais” (ANASTASSAKIS, 2017, p. 67-70).

Ao longo de sua história enquanto instituição, o IPHAN sofreu diversas mudanças em sua própria nomenclatura, bem como nas suas formas de atuação. Silvana Rubino (1991, p. 9) nos mostra que, após sua organização em 1974, o órgão foi denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e em 1946 tornou-se Diretoria (DPHAN). A autora nos mostra que a denominação Instituto (IPHAN) foi instaurada em 1970, porém, nove anos depois, o órgão voltou a ser designado Secretaria (SPHAN), quando foi criada também a Fundação Pró-Memória. Apesar de ao longo dos anos 1980 a nomenclatura do órgão ter sido mudada para Subsecretaria e Secretaria, a sigla foi mantida SPHAN até 1990, quando foi criado pelo Decreto 99.492, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, então nomeado como sucessor do SPHAN (COPEDOC/IPHAN, 2008, p. 21). A partir de 1994 voltou a ser

denominado IPHAN, assim mantendo-se nos anos 2000, quando também contava com quinze superintendências regionais, sendo a 9ª Regional⁶² responsável pelo patrimônio do Estado de São Paulo.

Apesar de o início dos anos 1980 terem representado momentos cruciais na vida política do país e também serem marcados pela morte prematura de Aloísio Magalhães, Marcia Chuva nos mostra que foi um período também de esperança e transformação, uma vez que houve a incorporação de profissionais de diversas áreas de atuação nos quadros da instituição. Entretanto, Chuva relata que, a chegada dos anos 1990, após as primeiras eleições diretas para presidência da República, trouxeram tempos difíceis não só para o IPHAN, mas para todo o setor cultural, e as consequências das políticas do governo neoliberal de Fernando Collor ocasionaram “o esvaziamento de recursos materiais e humanos no setor” (CHUVA, 2017, p. 80-82). A autora ainda nos mostra que o ano de 2003, ocorreu uma significativa inflexão na área da cultural do país, com a reestruturação do Ministério da Cultura, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi exatamente nesse novo momento que a 9ª Superintendência Regional recebeu o pedido de tombamento da Bolsa Oficial de Café santista, sobre o qual iniciaremos a seguir o nosso comparativo.

3.1 Entre rupturas e continuidades: comparando os processos 421/74 (CONDEPHAAT) e 1514-T-03 (IPHAN)

Em meados da década de 1980, a presidência do IPHAN criou a portaria especial de número 11, em 11 de setembro de 1986, cujo objetivo era regulamentar a instauração dos processos de tombamento e definir a “responsabilidade dos setores técnicos e jurídicos do IPHAN para sua instrução e posterior avaliação pelo Conselho Consultivo” (COPEDOC/IPHAN, 2008, p. 55). Para melhor entendimento da tramitação desses processos,

⁶² Assim como o próprio IPHAN sofreu muitas alterações de nomenclatura e de estrutura ao longo de sua história, também suas Superintendências Regionais foram se alterando devido a essas mudanças. Conforme já comentado ao longo desse trabalho, Mario de Andrade foi o primeiro responsável pela condução da Regional de São Paulo do SPHAN, a qual era designada então como 4ª Região, e compreendia os Estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Informação disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade> >. Acesso em: 15 mai. 2021. Em 1946, o Decreto-Lei 8.534 instaurou quatro distritos descentralizados, ficando o 4º Distrito então responsável por São Paulo (sendo sua sede), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (COPEDOC/IPHAN, 2008, p.16). Em 1976, os distritos se tornaram Diretorias Regionais (DR), quando a 8ª DR passa a ser responsável somente por São Paulo e Paraná, transformando-se na 9ª Diretoria Regional a partir de 1982. Em 2002, a regional paulista se torna 9ª Superintendência Regional, nome que traz até hoje, mas então a regional também era responsável pelo estado do Mato Grosso do Sul, o qual foi retirado de sua responsabilidade dois anos depois, ficando a 9ª Regional somente a cargo do patrimônio do Estado de São Paulo (COPEDOC/IPHAN, 2008, p. 16-24).

a instituição elaborou um fluxograma que demonstra as atividades realizadas desde a solicitação de tombamento dos bens móveis e imóveis, e com base nesse material, verificamos que após o recebimento de uma solicitação de tombamento feita por pessoa física ou jurídica a uma das Superintendências Regionais, esta seria responsável por realizar uma avaliação para definir o valor do bem, para que somente fosse realizado o encaminhamento para abertura do processo.

Desta maneira, assim como no processo do CONDEPHAAT, após o recebimento solicitação de tombamento no ano de 2003, prosseguiu-se então com a elaboração de um parecer técnico redigido pelo arquiteto Victor Hugo Mori, da 9ª Superintendência Regional de São Paulo. O arquiteto citou a existência do “minucioso estudo” já entregue pela Associação Amigos do Museu do Café, optando assim por acrescentar somente um estudo sobre a Companhia Construtora de Santos⁶³, segundo Mori “uma das maiores empresas de projetos e construções do Brasil nessa época, que tinha como principal ‘cartão de visita’ o edifício da Bolsa de Café de Santos” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, v. I, fl. 81).

Ao escrever sobre o edifício, Victor Mori utilizou da conceituação dos estudiosos do patrimônio do início do século XX para classificá-lo, adjetivando-o como um “monumento voluntário”, uma edificação que havia nascido com o intuito de ser “excepcional”, e segundo ele continuava a ser um marco na “paisagem do Porto de Santos” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, v. I, fl. 81). Conforme já tratamos anteriormente, em seu artigo sobre a cidade de Santos, Anna Lúcia Lanna também nos mostra essa intencionalidade na construção do Palácio da Bolsa do Café e ressalta que o monumento fora erigido com um caráter de propaganda edificada” (LANNA, 1999, p. 108). Além disso, ela destaca que a Bolsa foi construída de acordo com a proposta das elites do Estado, imbuída de simbolismos com as quais estas se identificavam naquele momento histórico e que demonstravam com a construção o “apogeu de uma época” (LANNA, 1999, p. 109), ou seja, a época do café.

⁶³ A autoria do texto elaborado sobre a Companhia Construtora de Santos (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, fls. 87-91) é assinado pelo próprio arquiteto Victor Mori, não tendo recorrido a um historiador para sua elaboração. O texto foi focado principalmente nos projetos arquitetônicos elaborados pela companhia à época de sua atuação, e ressaltou não somente as construções não somente na cidade do litoral paulista, mas projetos inovadores como os “quartéis desmontáveis” construídos pela empresa em diversos pontos do país com tecnologia importada dos Estados Unidos. Este trabalho também faz menção ao corpo técnico da Companhia Construtora de Santos na década de 1920, segundo Mori “considerada uma das mais capacitadas do país” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, fl.90), e informou que a maioria dos projetos deste período foram dos arquitetos Jules Mosbeux e Philibert Schomblood, os quais possivelmente sejam os responsáveis pelo projeto da Bolsa Oficial de Café de Santos, uma vez que em outros textos consultados para elaboração deste trabalho não encontramos o nome do autor, somente a menção de que era um premiado arquiteto suíço. Na obra *O Palácio do Café* levantou-se também a hipótese de outros dois nomes possíveis como autores do projeto do edifício, Carl Reger e Fritz Müller, também profissionais que prestavam serviços à Companhia (BARBOSA *et al.*, 2004, p. 81).

Diferentemente do parecer do arquiteto Carlos Lemos no processo 421/74, para o qual o ecletismo da edificação levantava dúvidas quanto ao seu merecimento do estatuto do tombamento, para Victor Mori “a pertinência do tombamento é inequívoca”, uma vez que o tombamento da Bolsa Oficial do Café “encerraria e completaria o ciclo histórico já consagrado pelo IPHAN, configurando um conjunto temático fundamental da arquitetura pré-industrial na história nacional” (IPHAN, 2003, processo 1514-T, v. I, fl. 82). Assim como já tratamos anteriormente, Marly Rodrigues (2000, p. 61-64) indicava que havia uma proposta de trabalho para o CONDEPHAAT que considerava enquadrar os bens culturais em ciclos econômicos, algo que não foi levado adiante pelo órgão. Aqui vemos que Mori trabalhou com a ideia de um “ciclo histórico” de bens já patrimonializados pelo IPHAN, e dentro do qual o edifício também pertenceria e significaria o encerramento dessa periodização.

Para atender às novas necessidades no campo do patrimônio, o parecer técnico de Victor Mori para o IPHAN, diferentemente do realizado pelo CONDEPHAAT, contou com um minucioso estudo do entorno, com a elaboração de mapas com a delimitação do perímetro da vizinhança⁶⁴, uso e ocupação dos imóveis nos arredores, bem como a tipologia e data de construção dos imóveis dentro da área delimitada. Com base nos dados desse levantamento, Mori fez as seguintes considerações sobre “o controle do entorno”:

a área de vizinhança foi delimitada em função das volumetrias das edificações, compatibilidades históricas e estéticas, o destaque que o monumento ainda mantém em relação ao conjunto urbano que o circunda e a ampla perspectiva a partir da área portuária ainda conservada. Fixou-se nesta área de entorno a obrigatoriedade da construção no alinhamento, de modo a manter a morfologia e o padrão existente desde a época de sua construção (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, v. I, fl. 82).

⁶⁴ De acordo com o mapa com o título “Área de vizinhança/regulamentação” (IPHAN, Processo 1514-T-03, fl.83) foi delimitado o perímetro de área da vizinhança entre as ruas Riachuelo, Cidade de Toledo, General Câmara, do Comércio, Conde D’eu, avenida Portuária e Largo Senador Vergueiro, circundando as quadras nos arredores do edifício da Bolsa Oficial de Café (mapa acima).

atividades ali desenvolvidas ao longo do tempo, algo que foi definido como “Patrimônio Ambiental Urbano”. Entretanto, mesmo esse conceito estando em discussão já na década em que o processo 421/74 estava em tramitação pelo CONDEPHAAT, não houve uma análise nele da área envoltória e sua relação com o espaço portuário onde foi construído, uma discussão importante para entender o momento histórico de sua construção e os simbolismos do local onde fora erigido o monumento em questão.

De acordo com o parecer de Victor Mori e com o mapa intitulado “Área de vizinhança/regulamentação” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, v. I, fls .82-83), a necessidade de delimitar essa área envoltória também ocorreu com base no artigo 18 do Decreto-Lei 25/37, no qual está descrito que “não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade”. Assim, o arquiteto Mori estipulou que altura máxima para novas construções e mesmo em reformas de prédios já existentes na área delimitada seria de 17,00 metros (altura da cimalha real da Bolsa), o que “garante a prevalência visual da torre monumental voltada para o Porto, da Cúpula e do ático do Prédio da Bolsa” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-03, v. I, fl. 82).



Figura 15: Vista aérea da Torre do Relógio do Museu do Café. Foto: Tadeu Nascimento. Fonte: Site Viva Decora.

Após reunida toda a documentação, foi efetivamente aberto o processo de tombamento pela Diretoria de Proteção sob a numeração 1514-T-03, em primeiro de outubro de 2003. Apesar de o processo já apresentar um dossiê e também o parecer elaborado pela 9ª Superintendência Regional, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização instruiu ao Departamento de Proteção para que verificasse se o processo estava suficientemente informado, fato que culminou na anexação de um texto do arquiteto Carlos Lemos intitulado *Ecletismo em São Paulo*⁶⁵, e do verbete *Ecletismo*, integrante do Dicionário Ilustrado de Arquitetura.

No presente processo, não detectamos que o ecletismo utilizado como solução construtiva na Bolsa Oficial de Café de Santos fosse apresentado como um impeditivo para seu tombamento, tal qual fora colocado no processo 421/74, no qual o arquiteto Carlos Lemos à época, levantou em seu parecer dúvidas com relação ao tombamento pelo CONDEPHAAT justamente devido ao “ecletismo rebuscado” empregado na construção (CONDEPHAAT, 1974, processo 421/74, fl. 9).

Com base na obra de Marly Rodrigues, expusemos acima que os primeiros anos de atuação do CONDEPHAAT foram marcados pela falta de uma política clara de atuação e muitas de suas ações eram baseadas no que preconizava o órgão federal de preservação, ainda muito preso aos princípios da história da arquitetura para a valoração e preservação dos bens culturais. Assim, pouco se valorizavam edifícios que estivessem dentro do que se convencionou a chamar de “má arquitetura”, ou seja, tudo que “não fizesse parte do glorioso passado edificado colonial ou do quadro da arquitetura moderna brasileira”⁶⁶, algo que ainda permanecia latente até os anos 1980 (WOLFF, 2018, p. 50).

Entretanto, ainda no início dos anos 1970, Nestor Goulart Reis Filho apontava como incompleto “o conhecimento da arquitetura eclética no Brasil” e ressaltava que, para entender o avanço da arquitetura brasileira nas quatro primeiras décadas do século XX seria necessário compreender “o Neoclássico e o Ecletismo no Brasil através de suas motivações locais” (REIS FILHO, 1970, p.187). Assim como essa proposta para melhor compreensão do desenvolvimento histórico do ecletismo no Brasil, também na década de 1980, surgem obras

⁶⁵ LEMOS, Carlos A. C. *Ecletismo em São Paulo*. In: FABRIS, Annateresa. (org.) *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel : Edusp, 1987, p. 68-100.

⁶⁶ Segundo Silvia Wolff (2018, p. 50), essa arquitetura que se contrapunha à considerada “má arquitetura” foi “reconhecida e instituída pela atuação de personagens indissociáveis da história da preservação e da arquitetura moderna no Brasil, capitaneados por Lúcio Costa” (WOLFF, 2018, p.50). Silvana Rubino (2002, p. 9) nos mostra que ao integrar o SPHAN ainda nos primeiros anos de sua constituição, Lúcio Costa travava uma “guerra santa” em prol da arquitetura moderna e da defesa do patrimônio arquitetônico tradicional, e cujos inimigos eram representados pelo ecletismo e o movimento neocolonial. Ainda segundo a autora, Lucio Costa foi o intelectual responsável por eleger “o que tomar, como cuidar da obra tombada e como situar e explicar a obra tombada, assim como aquela que não merecia tal inscrição” (RUBINO, 2002, p. 9), algo que explica o surgimento dessa dualidade no campo da preservação entre a “boa” e a “má” arquitetura.

que se propuseram a revisar os conceitos há tanto disseminados sobre o ecletismo, como a obra *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*, organizada por Anna Teresa Fabris, e da qual o texto de Carlos Lemos anexado ao processo do IPHAN é parte integrante.

Apesar de o referido texto do arquiteto Carlos Lemos ter sido utilizado no processo de maneira elucidativa, nos pareceu bastante interessante por nos mostrar que, no final dos anos 1980, o autor deixou sua contribuição para a compreensão da arquitetura eclética empregada em São Paulo, que para Lemos (1987, p.73) é o “sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico” que se instaura dentro desse novo quadro que o capitalismo propiciou à cidade, e que fez com que as construções da crescente província, a partir do último quartel do século XIX, passassem a receber as novidades do mundo que chegavam a partir de Santos e subiam para o planalto, uma “euforia remodeladora” que rapidamente fez com que os acanhados edifícios de taipa fossem substituídos por novas construções em alvenaria.

Ao falar da problemática da reavaliação crítica do Ecletismo e Neoclassicismo na Europa, Luciano Patetta nos mostra que uma das motivações para o crescimento do interesse nestes estudos foi “a ampliação do problema de proteção do patrimônio histórico-monumental para as estruturas urbanas e edifícios do século XIX” (PATETTA, 1987, p. 10). O texto de Carlos Lemos nos mostra que essa revisão no campo da história da arquitetura também ocorreu aqui no Brasil, e conforme afirma Silvia Wolff (2018, p. 50-56), a presença de um corpo multidisciplinar dentro do CONDEPHAAT já no início da década de 1980 começara a contribuir no campo da preservação para a dessacralização dos princípios de valorização baseados em sua caracterização como “boa arquitetura” ou “má arquitetura”, fator que ocasionara a rápida perda de grande parte das edificações ecléticas advindas da economia cafeeira no Estado, principalmente devido serem desvalorizados até então pela crítica advinda dos técnicos com base na história da arquitetura.

Após a anexação de textos orientadores sobre o ecletismo presente na arquitetura da Bolsa Oficial de Café, o processo seguiu com o parecer do Coordenador Técnico de Proteção José Leme Galvão Junior, no qual o autor efetuou uma revisão da documentação anterior que compunha os autos, e inseriu sua contribuição complementando com considerações que buscaram “destacar os valores configurativos e construtivos da arquitetura monumental eclética, praticada no Brasil de forma mais acentuada entre os anos 1870 e 1930” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-2003, v. I, fl. 139), texto que foi construído de modo a elucidar as questões referentes ao ecletismo, mas que em alguns momentos nos pareceu também ser uma maneira de justificar os valores nos quais o bem seria enquadrado, o histórico e o arquitetônico.

Conforme demonstramos acima, José Galvão Junior nos mostrou que a “arquitetura monumental eclética” foi muito utilizada no Brasil entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, e explanou que as grandes edificações ecléticas herdaram do neoclassicismo

a exploração dos aspectos cênicos e fortemente impressionistas exagerados elementos arquitetônicos, tais como colunatas, grandes vãos de portadas e janelas e escadarias, etc. Agregou de forma extravagante muitos elementos decorativos em relevo, para explicitar a função ou a entidade a que fora “consagrado”. Foram arquiteturas configuradas para constituírem-se símbolos desde sua construção. Nesse sentido as arquiteturas públicas realizaram edifícios onde o pitoresco ou a sobreposição de estilos foram manejados com notável maestria, ressurgindo grandes monumentos de alta definição na forma-função (IPHAN, 2003, processo 1514-T-2003, v. I, fl. 140).

Ainda que em sua caracterização a arquitetura eclética seja constituída por elementos “exagerados” e “pitorescos”, esses são vistos por José Galvão Junior como executados com “maestria” para comporem edifícios que, além de sua função, surgiam como marcos na sociedade. Baseado nisso, Galvão Junior concluiu que o edifício da Bolsa Oficial de Café enquadrava-se como um exemplar da “arquitetura monumental de expressão eclética”, tal qual fora definido no dossiê entregue pela Associação Amigos do Museu no ato da solicitação de tombamento. Ele afirmou ainda que, as dimensões monumentais do edifício vinham de encontro com sua função, mas também com o propósito de “demonstração e simbolização da potência econômica” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-2003, v. I, fl. 140).

Conforme afirma Luciano Patetta, a Europa do século XIX encontrara no Ecletismo “o próprio estilo”, o qual naquele momento representava “a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa”, clientela que demandava por construções que lhes proporcionasse conforto e melhorias nas condições de vida, propiciadas principalmente pelas inovações trazidas pela Revolução Industrial, mas na qual essa mesma clientela burguesa “rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto” (PATETTA, 1987, p. 13).

Assim como demonstrado por Luciano Patetta, também a elite paulista, cujo principal referencial de civilização e progresso em finais do século XIX era a Europa, encontrou na arquitetura eclética a expressão de sua entrada no mundo capitalista, fator que foi impulsionado pela consolidação da cultura cafeeira. Entretanto, conforme a reflexão de Fernando Atique (2015, p. 17-19), tal como a origem grega da palavra ecletismo – *eklektikos* - remete à escolha do que é mais apropriado dentro de uma gama de possibilidades, os atores sociais que construíram a cidade, também aqui representados pelos imigrantes, optaram por ser essa “mistura” permitida pelo ecletismo, o que nos leva a compreender que se o ecletismo paulista foi em parte uma escolha da classe dominante para demonstrar sua pujança econômica, também

expressa a integração desses novos atores no cenário urbano e sua participação na construção dessa nova cidade que surgiu no período.

Desta maneira, o parecer de José Galvão Junior visou também demonstrar que a arquitetura monumental da Bolsa Oficial de Café Santista é uma produção arquitetônica representativa do período que o país experimentou “um enorme progresso econômico”, uma escolha que também exprimia o “símbolo da força econômica ali exercida” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-2003, v. I, fl. 140). Portanto, se o parecer do arquiteto Carlos Lemos para o processo 421/74 mostrava-se inconclusivo para justificar o tombamento da Bolsa Oficial de Café e solicitava o auxílio de um historiador a fim de valorizar o bem considerando as atividades econômicas ali exercidas, Galvão Junior aqui nos mostrou que o ecletismo do prédio foi uma solução técnica e simbólica representativa daquele momento histórico para o país.

Conforme já mencionamos, o texto elaborado por José Galvão Junior nos parece uma tentativa de elucidação sobre o ecletismo, buscando complementar os demais relatórios anteriormente anexados e que já esclareciam sobre vários pontos acerca do edifício da Bolsa Oficial de Café, objeto sobre o qual seria aplicado o estatuto do tombamento em instância federal, além da cidade de Santos e da área envoltória onde se localiza o monumento. Assim, já devidamente instruído em finais do ano de 2006, o processo seguiu para exame do Egrégio Conselho Consultivo, cujas observações ficaram a cargo do Conselheiro Ítalo Campofiorito, e seu texto, apresentado na 51ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, levantou informações interessantes sobre a questão da arquitetura eclética dentro da história da instituição:

Ora não havendo, para mim dúvida de que o bem cultural Bolsa de Santos é um monumento impressionante, de valor histórico nacional evidente, restaria reconhecer-lhe, de valor histórico nacional evidente, restaria reconhecer-lhe – ou não – valor artístico para inscrição no Livro de Belas Artes. Mais uma pequena digressão, desta vez, intimamente ligada à vida do IPHAN. Quero referir-me, embora rápida e superficialmente à querela que opõe a preferência de tantos jovens técnicos da Universidade e do IPHAN à opinião dominante nesta casa até a década de 70, contra qualquer valorização artística da arquitetura agora chamada geralmente eclética e severamente definida por Lucio Costa, no texto “Problema mal posto” (19.11.1972), como constituída de produtos marginais à linha da “evolução arquitetônica verdadeira” e, como tais “ – não obstante o seu apuro acadêmico” artificiosas manifestações da falsa arquitetura, pejorativamente tachada como *beaux-arts* (IPHAN, processo 1514-T-2003, v. I, fl. 180).

Apesar de o conselheiro Ítalo Campofiorito remeter à história do IPHAN em seu relatório e informar que a “querela” era uma questão da década de 1970, percebemos que este “problema mal posto”, mesmo que de maneira velada, tenha em algum momento aparecido entre os técnicos envolvidos no processo 1514-T-2003, uma vez que o conselheiro destacou

que “restaria reconhecer-lhe – ou não – valor artístico para inscrição no Livro de Belas Artes” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-2003, v. I, fl. 180). Assim como para Carlos Lemos no processo 421/74 era inegável o valor histórico da Bolsa Oficial do Café devido às atividades ali exercidas, porém havia dúvidas com relação ao valor artístico da edificação em razão de sua arquitetura eclética, pelo excerto que destacamos escrito por Campofiorito, percebemos que também havia ainda, dentro do IPHAN, alguma dúvida em atribuir o valor artístico a um edifício eclético.

O documento de Lucio Costa redigido em 1972 e evocado por Campofiorito nos mostra que, ainda nesta década, ressoavam os princípios de valoração do patrimônio nacional que foram cultivados desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e desta maneira não teria como estes não estarem presentes na concepção sobre o patrimônio artístico que encontramos no parecer de Carlos Lemos para o CONDEPHAAT. Entretanto, este mesmo documento surgiu em meio às mudanças que a década de 1970 já começava anunciar no campo do patrimônio, pois conforme apontado por Paulo Marins (2008, p. 151-154) iniciava-se neste momento a inclusão de edifícios neoclássicos e ecléticos da Primeira República, porém o autor ressalta que “mesmo no âmbito desses novos critérios, mais elásticos e abrangentes, o caso paulista ainda permanece problemático” (MARINS, 2008, p. 152), uma vez que os conjuntos ecléticos paulistas só passaram a ser tombados a partir do ano 2000. Com base nessas informações, percebemos pelo processo 1514-T-2003, que as vozes que distinguiam entre a “boa e a má arquitetura” ainda ressoavam no caso da arquitetura eclética paulista.

Assim como Luciano Patetta (1982, p. 10) já mostrava que as pesquisas sobre o Neoclassicismo e Ecletismo na Europa representaram para a historiografia da arquitetura uma oportunidade de “reavaliação crítica”, estimulados principalmente pelas problemáticas surgidas no campo da preservação do patrimônio, Ítalo Campofiorito também buscou em seu relatório enfatizar a necessidade imposta ao IPHAN do “estudo da história e reavaliação da arquitetura do ecletismo novecentista no Brasil” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-2003, v. I, fl.183). O conselheiro acrescentou ainda, após algumas reflexões sobre as características construtivas da Bolsa Oficial de Café santista, a necessidade de inclusão da análise morfo-iconológica⁶⁷

⁶⁷ Apesar da solicitação da inclusão dessa análise sobre os elementos construtivos do prédio da Bolsa Oficial de Café, não encontramos esse trecho da obra *O Palácio do Café* no processo 1514-T-2003. A motivação de Campofiorito em incluir essa análise deveu-se ao fato da concordância entre sua reflexão e a dos autores do livro, pois, segundo ele, ao examinar o edifício da Bolsa Oficial de Café pareceu-lhe “distinguir traços de Borromini (1599-1667) a acentuar o barroquismo que é a tendência mais natural do eclético” (IPHAN, processo 1514-T-2003, fl. 183). À sua concepção veio de encontro as informações do livro organizado por Gino Caldato Barbosa, no qual Campofiorito encontrou similaridade no seguinte excerto: “No plano nobre, a liberdade compositiva dos

realizada no livro *O Palácio do Café* de Gino Caldatti, sugerindo sua contribuição para “os estudos do ecletismo aqui preconizados”.

De acordo com o que proposta já feita anteriormente no processo, Campofiorito finalizou seu parecer solicitando que o tombamento também se estendesse ao mobiliário⁶⁸ existente no Salão do Pregão e aos painéis de Benedito Calixto, além do vitral⁶⁹ situado sobre este salão, e de estátuas⁷⁰ que figuram como elementos decorativos da torre e na cornija do peristilo circular. Conforme já discutimos nesse trabalho, o tombamento realizado pelo CONDEPHAAT contemplava o edifício da Bolsa Oficial de Café e as obras do tríptico de Benedito Calixto, mas em nenhum momento foi mencionado a proteção dos bens móveis. É interessante ressaltar a similaridade entre o julgamento sobre as obras de Calixto feito pelo arquiteto Carlos Lemos e o conselheiro Ítalo Campofiorito, para o qual os painéis são “simples e despojados de retórica acadêmica”, algo que também ressoava na análise de Lemos.

acabamentos de argamassa raspada contrapõe-se à sobriedade revelada no embasamento. Guirlandas, volutas, frontões rompidos, bucrânio, elementos escultóricos e a torre borrominesca afirmam a tendência em barroquizar elementos clássicos, segundo as referências deixadas por Charles Garnier no projeto do Ópera de Paris em 1862” (BARBOSA *et al.*, 2004, p. 81).

⁶⁸ A procuradora chefe do IPHAN Sista Souza dos Santos já havia solicitado o estudo detalhado dos bens móveis e integrados da Bolsa Oficial do Café para sua inclusão no pedido de tombamento, porém estes só foram apresentados após a reunião do Conselho, realizada em dezembro de 2003. Em março de 2004, o arquiteto Victor Hugo Mori enviou o estudo dos bens, o qual contemplava fotos e desenhos do mobiliário em madeira que compõem a ambientação original da Sala do Pregão, além do quadro-negro da cotação de café também original da época.

⁶⁹ Situada sobre o salão do pregão, a claraboia com o vitral idealizado pelo artista Benedito Calixto foi nomeado “A Epopeia dos Bandeirantes”, e conforme afirma Indira Faria constitui-se em formato retangular com as dimensões de “aproximadamente 5 m x 10 m, emoldurado pelos frisos e ornamentos do salão do pregão” (FARIA, 2017, p. 47). A autora também destaca que o tema escolhido por Calixto na configuração dessa obra está alinhado com “a construção do imaginário relativo à República” que estava sendo tecido nessa época da comemoração do Centenário, e assim como ressaltou o discurso de Conrado Sorgenicht, responsável pela Casa Conrado que confeccionou o vitral, os motivos escolhidos trazem “todos os assumptos que se ligam à nossa história e principalmente aos factos mais brilhantes do passado de São Paulo” (Sorgenicht apud FARIA, 2017, p. 48-49).

⁷⁰ As quatro grandes esculturas colocadas no topo da torre do Palácio do Café representam a Agricultura, o Comércio, os Navegantes e a Indústria, e conforme encontramos no livro *O Palácio do Café* são designadas como “Os Guardiões da Torre” (BARBOSA *et al.*, 2004, p. 109). Ainda nesta mesma obra, os autores afirmam que as figuras que adornam a torre, apesar de muitas vezes serem confundidos com figuras mitológicas, não são representações de deuses romanos, diferentemente dos “Guardiões da Entrada”, cujas “semelhanças não deixam dúvida que Mercúrio e Ceres foram nitidamente construídos nos moldes da mitologia romana” (BARBOSA *et al.*, 2004, p. 209). Segundo Indira Faria (2017, p. 36), a autoria das esculturas da entrada e da torre pertencem a artistas distintos, sendo Henri Van Emelen, artista ligado ao escritório de Ramos de Azevedo, o responsável pelo conjunto escultórico disposto na Torre, enquanto a deusa da agricultura – Ceres, e o deus do comércio – Mercúrio, são obras do escultor italiano Alberto Sartório, o qual “desenvolveu o projeto na Europa e enviou para cá um modelo confeccionado em gesso, que posteriormente foi convertido para escala original pelo escultor De Giusti (Ceva apud FARIA, 2017, p. 36-37).

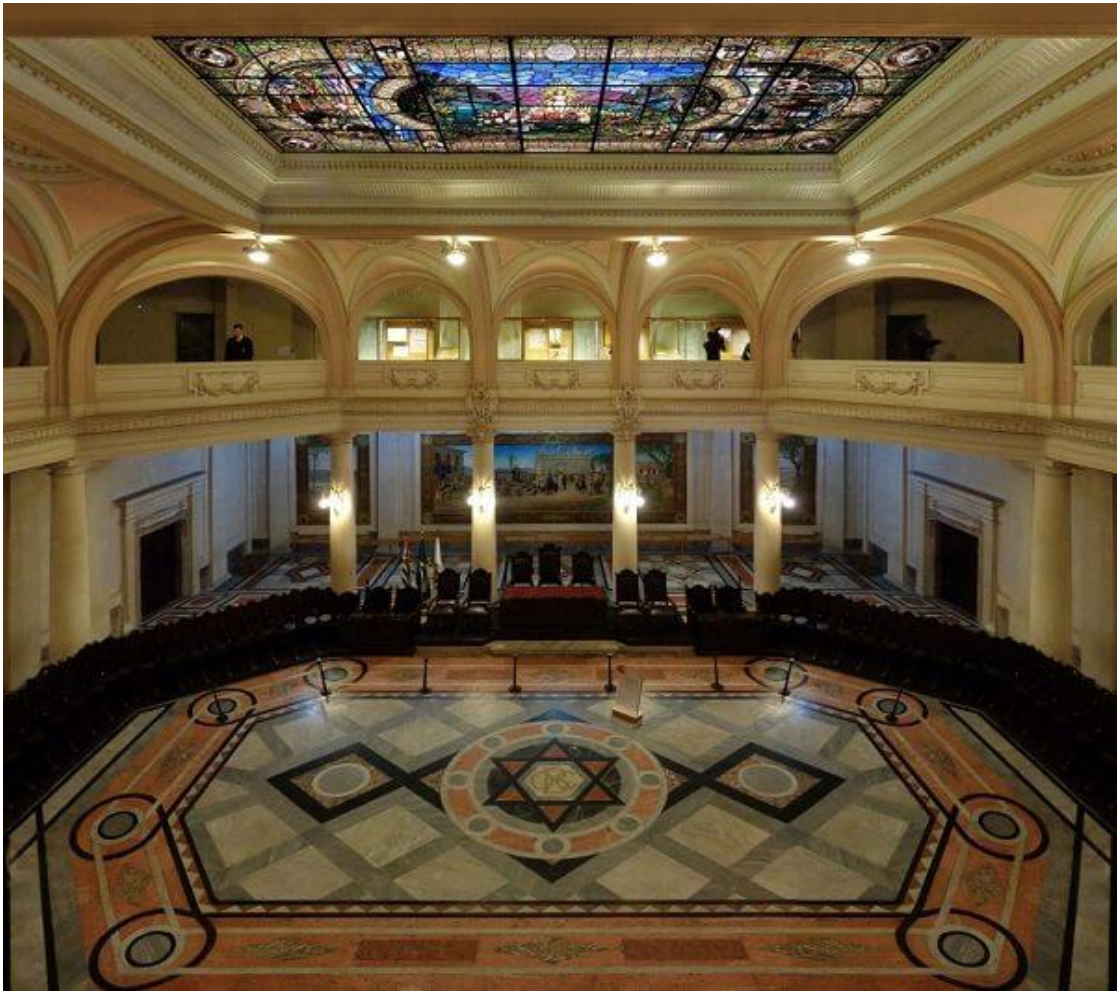


Figura 16: Vista do Salão do Pregão da Bolsa Oficial de café, com detalhe do mobiliário e vitral. Foto: Victor Hugo Mori. Fonte: Site Viva Decora.

Algo bastante significativo também na reflexão de Campofiorito foi o fato da inserção de algumas fotos para ilustrar a comparação feita entre obras arquitetônicas barrocas de Francesco Borromini e a torre do relógio do edifício da Bolsa do Café, na qual abaixo de uma delas, lê-se a seguinte legenda: “No Brasil, em Santos: - o jogo erudito dos volumes sob a luz do sol – e a beleza do ‘ecletismo’ de boa qualidade” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-2003, v. I, fl. 187). Assim como o conselheiro julgou a arquitetura da Bolsa Oficial de Café como “erudita” e um “ecletismo de boa qualidade” e devido a isso seja um bem digno de valor artístico, também Carlos Lemos (1987, p. 75) em sua caracterização do ecletismo paulista já distinguia a arquitetura eclética em grupos que nos sugerem a existência de uma “boa” e uma “má” arquitetura eclética, uma vez que algumas construções eram “colagens ‘eruditas’, às vezes até barroquizantes, mas organizadas com bom gosto”, enquanto outras, às quais chamou de “neo-renascentistas despolicidadas”, eram obras ecléticas que, diferente da definição anterior,

englobavam “*colagens imaginosas*, não colagens ideais de elementos de um mesmo repertório estilístico” (LEMOS, 1987, p. 75).

O processo 1514-T-2003 é composto por dois volumes, e o parecer de Ítalo Campofiorito encerrou o primeiro volume concluindo que, se houvesse a aprovação de seu parecer final de tombamento, sua sugestão era que antiga Bolsa de Santos deveria ser inscrita nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes, algo que não ocorreu no tombamento realizado pelo CONDEPHAAT, no qual o Palácio da Bolsa recebera sua inscrição somente enquanto um bem de valor histórico.

A Bolsa Oficial de Café foi o local escolhido para a 51ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em dezembro de 2006 e na qual os Conselheiros unanimemente recomendaram o tombamento da Bolsa Oficial de Café e seus bens móveis⁷¹. Assim como na ocasião de seu tombamento pelo CONDEPHAAT, já no início da década de 1980, o edifício ter sido palco de uma cerimônia na qual fora assinada a Resolução de Tombamento, o local voltou a sediar a solenidade que decidiria sua inscrição no rol do patrimônio nacional pelo IPHAN. Apesar de nessa ocasião a decisão pelo tombamento já ter sido recomendada, sua homologação só foi efetivada em 2009. Alguns entraves burocráticos também levaram à retificação do processo, atrasando assim a inscrição do edifício e dos demais bens nos devidos de Tombo, o que ocorreu somente em 2012.

Ao traçar um comparativo dos processos que tramitaram pelos órgãos de patrimônio Estadual e Federal, separados estes aproximadamente por trinta anos entre o início de cada um, constatamos que as mudanças no campo do patrimônio são pavimentadas ao longo do tempo, por entre idas e vindas, e com relação à concepção de valor atribuída sobre os bens edificados também sofreram essas oscilações conforme novos estudos foram realizados e contribuíram para quebrar com alguns paradigmas existentes na história da arquitetura. Ao analisar a trajetória dos 50 anos do CONDEPHAAT, Marly Rodrigues (2018, p. 36) relata sobre a dificuldade no rompimento com os critérios de valoração sobre os bens culturais que seriam eleitos enquanto patrimônio, oscilações que impuseram um certo limite à atuação do órgão, algo que percebemos também presente na jornada traçada pelo IPHAN quando vemos ressurgir

⁷¹ Apesar de não julgarmos necessário para este trabalho uma análise do segundo volume do processo 1514-T-03, cabe aqui informar que este se iniciou com o Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Luiz Fernando de Almeida, certificando que o Conselho Consultivo havia decidido “por unanimidade, de acordo com sua competência determinada pela legislação federal, recomendar o tombamento do Edifício da Bolsa Oficial de Café; Bens Móveis (mobiliário constituído por mesas, cadeiras e Quadro de Cotação do Café); Bens Integrados (painel tríptico da autoria de Benedito Calixto; vitral retangular da claraboia; estátuas mitológicas e decorativas – 2 dispostas sobre a cornija do peristilo circular; e 4 dispostas no alto do belvedere da torre), no Município de Santos, Estado de São Paulo” (IPHAN, processo 1514-T-03, 2003, v. II, fl. 189).

o tema referente à atribuição de valor artístico a uma obra arquitetônica eclética, e que fica evidente no parecer de Campofiorito ainda um esforço para sua superação.

Por outro lado, ambos processos nos mostram a importância da atuação das comunidades junto aos órgãos públicos de preservação do patrimônio, uma vez que, durante muito tempo, tanto o IPHAN quanto o CONDEPHAAT, foram os responsáveis pela seleção dos bens portadores da identidade paulista e nacional, algo que significou muitas vezes a exclusão de bens arquitetônicos ecléticos como patrimônio a ser conservado. Assim, percebemos que tanto no processo de tombamento instaurado junto ao IPHAN, quanto pelo CONDEPHAAT, os representantes da sociedade santista, principalmente ligados à imprensa, ao meio político e à praça cafeeira, que ali atuaram demonstraram a importância da Bolsa Oficial de Café enquanto representante de seu patrimônio e identidade, o que também foi constatado pelo Conselheiro Ítalo Campofiorito:

É uma oportunidade especialmente vantajosa, esta de pensar o tombamento da Bolsa de Santos, no interior de seu próprio bojo do imóvel em pauta. Desvantagem ocorreria se houvesse o constrangimento em discuti-lo diante da comunidade mobilizada pelo evento e cuja admiração orgulhosa pelo prédio, por seu porte e representatividade é coisa firmada e indisfarçável (IPHAN, processo 1514-T-03, 2003, v. I, fl. 180).

Antecipando os “movimentos espontâneos” de grupos que reivindicavam a defesa do patrimônio cultural que eram relatados por Carlos Lemos (2013, p. 136) em seu texto do início da década de 1980, o processo 421/74 já apontava que personagens da sociedade santista se colocavam em prol da Bolsa Oficial de Café para salvá-la do “abandono que destrói”⁷². Pelo excerto acima também podemos constatar que a sociedade santista, representada pela Associação dos Amigos do Museu dos Cafés do Brasil, ainda continuava atuante em prol de seu patrimônio, o qual apesar de não mais ameaçado como estivera anteriormente, agora vinha advogar pelo seu reconhecimento enquanto um patrimônio nacional.

Desta maneira, os dois processos aqui brevemente comparados nos mostraram o mesmo bem cultural sob a visão de duas diferentes instituições e em dois diferentes momentos, assim sendo interpretado entre concordâncias e dissonâncias por ambas. Percebemos que os estudos realizados para o tombamento se complementam, o que possibilita uma ampliação no entendimento deste patrimônio histórico e artístico, e podemos perceber a revisão constante dos

⁷² Ao tratar da preservação do patrimônio cultural, Carlos Lemos trata sobre o abandono dos bens culturais, concluindo que existe o “abandono que conserva”, mas também o “abandono que destrói”. O autor explica que muitas vezes sítios ficam estagnados à espera das providências conservacionistas, e algumas vezes o esvaziamento do local mantém suas feições originais, entretanto, grande parte das construções abandonadas, sujeitas à degradação do tempo, na maioria das vezes não são interceptadas em tempo e “sempre vence o ‘abandono que destrói’” (LEMOS, 2013, p. 113-114).

conceitos no bojo das próprias instituições que atuaram no reconhecimento e valoração da Bolsa Oficial de Café. Assim como aponta Marly Rodrigues, há uma constante necessidade de adequação das metodologias de atuação para preservação do patrimônio cultural, o que exige dos órgãos de preservação uma ruptura com “os limites das antigas práticas de análise dos bens” (RODRIGUES, 2018, p. 40), o que constatamos ser uma longa trajetória e que demanda também a atuação da sociedade juntamente das instituições públicas com o intuito não somente de reconhecer um bem mediante o tombamento, mas também conservá-lo devido ao seu valor de memória para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi compreender a atuação do órgão oficial de proteção ao patrimônio do Estado de São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, na valoração e reconhecimento dos bens culturais que são incorporados no rol do patrimônio paulista. Para isto, tomamos como objeto o processo 421/74, pelo qual a instituição realizou seus estudos para tombamento da Bolsa Oficial de Café de Santos, e realizamos uma análise da trajetória desse processo desde sua abertura no ano de 1974 até a efetivação de tombamento e inscrição do edifício como um patrimônio histórico paulista, em 1981.

A análise dos pareceres e documentos anexados ao processo, juntamente com o apoio de bibliografia especializada no campo do patrimônio, nos auxiliaram a traçar um panorama sobre a atuação dos agentes envolvidos nesse processo de patrimonialização tanto do poder público, representados pelos técnicos e pareceristas que deixaram seus laudos para o CONDEPHAAT, quanto por representantes da comunidade santista, personificados por cidadãos e também através dos esforços do periódico local *A Tribuna*, que muitas vezes se fez presente em defesa do bem em questão. Também percebemos ao longo da análise forte atuação política em prol do tombamento da Bolsa Oficial de Café de Santos, seja por parte de políticos da cidade de Santos, como também nomes atuantes no Estado, o que nos mostrou um interesse e certa pressão entre poderes sobre a atuação do órgão paulista, algo que foi crucial para a efetivação do tombamento do bem.

Com base nos estudos e discussões realizados com a bibliografia pertinente ao tema, percebemos a mutabilidade dos conceitos dentro da área do patrimônio, caráter dinâmico já constatado por Ulpiano de Meneses, fator que para ele “era evidenciado por uma análise que o inseria nas sucessivas transformações da sociedade, como um fato social, produto da cultura” (Meneses apud RODRIGUES, 2000, p. 90-91). Assim, pudemos compreender que os debates em torno do patrimônio cultural são influenciados pela maneira como os agentes que atuam em sua construção percebem esses bens culturais, assim valorando-os e elegendo-os enquanto representativos da memória e história de sua sociedade.

Conforme verificamos, até mesmo a palavra patrimônio assumiu diversos usos desde o seu surgimento. Ao refletirem sobre o conceito de patrimônio, Pedro Funari e Sandra Pelegrini remetem à antiguidade clássica, quando a palavra *patrimonium* era usada para designar tudo o que podia ser legado por testamento. Assim, o conceito de patrimônio surgido na sociedade romana estava relacionado ao direito de propriedade em âmbito privado, e o conceito de

patrimônio público inexistia nesse momento. Ainda segundo os autores, o momento de viragem para que se alterasse radicalmente essa visão de patrimônio foi quando do surgimento dos Estados nacionais, momento que devido à necessidade de salvaguarda dos monumentos nacionais na França, à sua conceituação foi imputado o sentido de “limitação dos direitos de propriedade privada, em benefício do patrimônio nacional” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 10-19).

Assim, conforme aponta o trabalho de Françoise Choay (2006, p. 95), percebemos que a institucionalização do patrimônio no Ocidente começou a se delinear no contexto da França revolucionária, no final do século XVIII, quando o crescente “vandalismo” contra bens considerados símbolos do Antigo Regime fez com que emergisse dentro dos próprios comitês revolucionários a necessidade de criar instrumentos em prol da conservação desses objetos e edificações, materialidade sobre a qual poderia ser erigida a história da nação francesa. Apesar de a autora nos informar ser desconhecida grande parte da obra de proteção iniciada durante a Revolução, foi sobre esta base deixada pelas instâncias revolucionárias que se realizou o aparelhamento jurídico e técnico de proteção que seriam posteriormente desenvolvidos pela *Commission des Monuments Historiques*, na década de 1830.

Assim como a história emergiu como ciência no século XIX, vemos também as instituições de salvaguarda do patrimônio surgirem em defesa do passado, nesse momento expressos principalmente pela materialidade que configurava o passado francês. Em sua reflexão, Márcia D’Aléssio (2012, p.79) enxergou nos elementos que estruturam as práticas preservacionistas um “íntimo parentesco” com o conhecimento histórico, uma vez que a autora reconheceu no impulso preservacionista uma forma de relação dos grupos humanos com seu passado, o qual passou a ser eternizado pela transformação de bens materiais e imateriais em patrimônio, elementos imbuídos de significado para a memória e identidade para estas sociedades.

Verificamos que os debates acerca do patrimônio cultural e histórico são bastante recentes no Brasil, mais precisamente tendo se iniciado no início do século XX. Conforme afirma Carlos Lemos, muitas iniciativas isoladas foram tomadas por colecionadores e intelectuais em defesa de monumentos arquitetônicos, principalmente na década de vinte deste século, um estilo de “preservação” que se popularizou junto com o movimento neocolonial e cuja principal característica foi a “transposição de elementos de composição arquitetônica de uma construção abandonada para outra nova” (LEMOS, 1982, p. 35-36).

Foi também neste início de século, conforme aponta Silvana Rubino (1991, p. 32-34) que muitos projetos de lei foram apresentados com a finalidade de instituir um órgão de

preservação no Brasil, os quais apesar de não terem efetivamente se concretizado, foram pioneiros na introdução de conceitos que estariam presentes na política cultural que seria implantada mais adiante. A autora também nos mostra que a impossibilidade para implantação desses projetos ocorria por esbarrarem em uma questão sensível no campo do patrimônio, que é a relação entre o patrimônio público e a propriedade privada, mas que esse cenário começou a mudar com a constituição de 1934, “que não apenas abranda o direito irrestrito de propriedade, como coloca a proteção ao patrimônio como princípio constituição” (RUBINO, 1991, p. 45).

Em 1922, o Brasil comemorava o centenário de sua independência e foi escolhida exatamente a data dessa festividade para a inauguração do novo edifício sede da Bolsa Oficial de Café, no município de Santos, sobre o qual realizamos o estudo de seu processo de tombamento para composição deste trabalho. Conforme destaca Ana Lúcia Duarte Lanna (1999, p. 107-109), o local escolhido para a instalação do prédio junto ao porto e com uma das faces para a rua Quinze de Novembro é bastante simbólico, uma vez que este logradouro foi um marco das transformações ocorridas na cidade, um símbolo da modernidade e civilidade que construía-se em solo santista naquele momento, e isso nos mostra a razão pela qual o monumental edifício em arquitetura eclética foi ali instalado. A autora também nos mostra que o Palácio da Bolsa do Café nasceu para ser um monumento com a função propagandística, visando pela sua imponência divulgar ao mundo a riqueza do café e assim atrair o capital estrangeiro e trabalhadores para São Paulo, razão pela qual a construção foi dotada de todo o simbolismo que reproduzia o progresso e os ideais de modernidade cultivados pela elite cafeeira do Estado.

Assim, pudemos também perceber que o Palácio da Bolsa do Café santista nasceu em um momento em que os debates acerca do patrimônio nacional começavam a ser delineados, encabeçados por intelectuais que, também naquele momento, buscavam reconhecer os traços formadores da identidade brasileira. Conforme afirma Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 81-82), a política do Estado acerca do patrimônio, institucionalizado através do SPHAN no final da década de 1930, foi amplamente influenciada pelas concepções dos intelectuais modernistas sobre arte, história, tradição e nação. Ainda nesse sentido, Márcia Chuva (2000, p. 196-213) nos mostra que, nos primeiros anos de atuação do órgão federal, grande parte dos postos da Seção Técnica foram ocupados por arquitetos de vertente modernista, fator que privilegiou o tombamento de bens arquitetônicos, principalmente exemplares da arquitetura colonial mineira, mas também obras coloniais localizadas nas capitais da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Durante praticamente três décadas, o SPHAN foi o órgão responsável pela seleção dos bens que comporiam o patrimônio nacional, valorando-os segundo os critérios e conceitos que o órgão desenvolveu para seu trabalho, e utilizando-se do instituto do tombamento enquanto seu principal instrumento de salvaguarda. Como vimos acima, grande parte dos tombamentos do órgão federal se lançou sobre o patrimônio edificado, o que culminou também em sua valoração conforme as questões concernentes às problemáticas arquitetônicas daquele momento. Assim, conforme nos mostra Márcia Chuva, os agentes envolvidos com a questão do patrimônio nacional passaram a buscar na arquitetura nacional as qualidades da “boa arquitetura” de acordo com os princípios modernistas, e os encontraram na arquitetura colonial “produzida até o começo do século XIX, sem imitações ou ‘compromissos’ com estilos estrangeiros” (CHUVA, 2009, p. 209-210).

Entretanto, as novas demandas sociais que surgiam na sociedade no final da década de 1960 apontavam para a necessidade de que os Estados também atuassem em conjunto com o SPHAN, e foi em conformidade com essa demanda que foi instituído pela Lei Estadual 10247/1968, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, que ainda à época não contava com a proteção ao patrimônio arqueológico. Apesar de o órgão paulista ter sido criado com características distintas do federal, verificamos que Marly Rodrigues, ao falar sobre a atuação do CONDEPHAAT até 1975, afirma que esse órgão tornou-se “herdeiro e reproduzidor da ortodoxia do SPHAN”, uma vez que os conselheiros arquitetos atuaram em seus trabalhos com base nos conceitos sobre a preservação até então conhecidos, e assim “os critérios para atribuição de valores aos bens em processo de tombamento limitavam-se à consideração de sua materialidade e da representação para a história regional e da arquitetura” (RODRIGUES, 2000, p. 60-61), algo que pudemos confirmar em nossa análise ao processo 421/74, aberto alguns anos depois da institucionalização do órgão e pelo qual se realizou o estudo de tombamento da Bolsa Oficial de Café santista.

O funcionamento efetivo do CONDEPHAAT só ocorreu em 1969, com o arquiteto Carlos Lemos como responsável pelo Setor Técnico, o qual também, no ano de 1974, vistoriou a Bolsa Oficial de Café logo após o início dos estudos para seu tombamento, o que resultou na elaboração do primeiro parecer técnico do Processo 421/74. A análise deste documento foi o primeiro indício que viria a comprovar as informações contidas no trabalho de Marly Rodrigues, uma vez que o arquiteto se mostrou relutante quanto ao tombamento do edifício uma vez que este “se prende ainda ao indefectível ecletismo rebuscado que tanto agradou aos ricos do café” (CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 9). Apesar desta dúvida, o autor

nos mostra um esforço em dar continuidade do estudo de tombamento da Bolsa Oficial, ancorando-se no seu valor histórico para que o bem pudesse ser reconhecido enquanto um patrimônio para o Estado, e assim recebesse o estatuto do tombamento. Desta maneira, o processo teve continuidade, e em 1981, entre alguns momentos de paralisação e retomada, a Bolsa Oficial do Café tornou-se um bem de valor histórico, não havendo assim o reconhecimento do valor estético de sua arquitetura eclética para que este fosse inscrito também no Livro de Tombo de Belas Artes.

Em nosso trabalho, também buscamos realizar um breve comparativo entre o processo de tombamento da Bolsa Oficial de Café, tramitado pelo CONDEPHAAT entre 1974 e 1981, e o processo 1514-T-2003, no qual o IPHAN debatia sobre o tombamento do mesmo edifício em instância federal, no início dos anos 2000. Ao traçarmos este comparativo, nossa intenção era detectar rupturas e continuidades na maneira de valoração do bem, também apoiados pela literatura do campo do patrimônio. Feito isto, percebemos que os estudos realizados pelas instituições se complementavam, e mesmo que a arquitetura eclética do edifício não tenha aparecido como um motivo de relutância para seu tombamento em instância federal, notou-se que essa questão veio à tona no parecer e voto do Conselheiro Ítalo Campofiorito, algo que nos pareceu ter emergido em algum momento entre o Conselho, quando solicitava-se a inclusão do bem também no livro de Belas Artes e não somente no Livro de Tombo Histórico.

Entretanto, o documento redigido por Ítalo Campofiorito surgiu como um debate dessa questão referente à História da Arquitetura que norteou a história da preservação traçada pela instituição federal desde sua criação, uma revisão dos valores lançados sobre a arquitetura eclética que já era levantada nos estudos de Luciano Patetta, no qual o autor já levantava a necessidade da “reavaliação crítica” sobre o Neoclassicismo e o Ecletismo, algo motivado também pela “ampliação do problema de proteção e restauração do patrimônio histórico-monumental para as estruturas urbanas e edifícios do século XIX” (PATETTA, 1987, p. 10). Nesse sentido, Campofiorito sugeriu a necessidade de o IPHAN realizar “um estudo da história e reavaliação da arquitetura do ecletismo novecentista no Brasil”, e destacou que, em sua opinião, seria necessário que “a boa arquitetura supere rótulos, pretextos e sobretudo as classificações coletivas que mascaram a sua inexorável insularidade” (IPHAN, 2003, processo 1514-T-2003, fl. 182). Com base em sua visita ao edifício e no debate traçado pelo autor em seu parecer, ele conclui que a Bolsa Oficial de Café, ao ser realizado seu tombamento, deveria ser inscrita tanto em ambos Livros de Tombo, o de Belas-Artes e Histórico, o que ocorreu quando da conclusão do processo, homologado efetivamente em 2012.

Um ponto muito importante que nos chamou atenção no processo 421/74 foi o fato de ele ter sido instaurado pela iniciativa de um cidadão santista, o qual mesmo não tendo realizado formalmente um pedido de tombamento junto ao CONDEPHAAT, já no ano de 1974 mostrava sua preocupação com o abandono da Bolsa de Café de Santos, e por esta razão encaminhou à Secretária do Turismo do Estado sua solicitação. Como vimos, as políticas culturais do Estado de São Paulo estavam de acordo com as diretrizes que vigoravam acerca do patrimônio à época, uma vez que Organização dos Estados Americanos (OEA), em documento resultante da reunião realizada em Quito em 1967, “recomendava que projetos de valorização do ‘patrimônio monumental’ fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas” (RODRIGUES, 2000, p. 45).

Assim, percebemos que o desejo de Geraldo Ferrone em interceder em favor da realização de obras de adequação do prédio com o intuito de seu uso turístico resultou em um encaminhamento de sua solicitação ao órgão paulista de preservação, já que as ações de salvaguarda, naquele momento, previam a valorização dos bens patrimonializados para a implementação desta atividade. Desta maneira, mesmo a solicitação tendo chegado ao CONDEPHAAT indiretamente, tornou-se bastante interessante uma vez que, conforme nos mostra Marly Rodrigues (2000, p. 58-59), grande parte dos pedidos de tombamento, até a década de 1980, não partia de setores da sociedade e sim eram provenientes de órgãos públicos. Além disso, notamos também que o processo 421/74, durante muitos momentos de sua tramitação, contou com a colaboração do periódico santista *A Tribuna*, o qual já era atuante em prol da defesa do edifício da Bolsa Oficial de Café em 1974, uma vez que um artigo ali publicado acompanhou o apelo de Geraldo Ferrone, e que seguiu ao longo dos anos noticiando sobre a atuação do CONDEPHAAT no tombamento da Bolsa de Café santista, intervenções que, juntamente com o apoio de políticos locais e Estaduais, foram decisivos para o prosseguimento do processo e o efetivo tombamento do bem.

Em um artigo do início da década de 1980, Carlos Lemos (2013, p. 136-141) mostra que, nesse momento, setores da sociedade começavam a se posicionar em meio às disputas em prol do patrimônio, e destacou ainda a importância dessas reivindicações populares para a preservação dos bens representativos de sua memória no espaço urbano. Marly Rodrigues também nos mostra que, a partir do final da década de 1970, houve o crescimento da valorização do patrimônio cultural enquanto representativo da memória das sociedades, e elementos da cultura material passaram a ser vistos como “testemunhos de experiências vividas, coletivas e individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um

mesmo espaço” (RODRIGUES, 2003, p. 17). Assim, o que apreendemos com a análise do processo 421/74 foi que os agentes ali atuantes em nome de grupos da comunidade santista reivindicavam a memória de um momento marcante para o crescimento do seu porto, um período no qual as atividades desenvolvidas no local em torno dessa cultura fizeram com que este se consagrasse como o “Porto do Café”, vindo a ser coroado pela construção de seu “Palácio no Porto”.

Percebemos que esse movimento perpassou os anos 1970, uma vez que a Associação Amigos do Museu dos Cafés do Brasil, entidade mantenedora do Museu dos Cafés do Brasil, atualmente instalado no edifício da antiga Bolsa Oficial do Café, recorreu ao IPHAN em 2003 para que o bem recebesse o reconhecimento como patrimônio nacional. Desta maneira, conforme já era uma preocupação de Carlos Lemos, detectamos a importância do engajamento de grupos da comunidade que, ao atuarem juntamente aos órgãos de preservação, são peças fundamentais para a salvaguarda do nosso patrimônio cultural.

Nesse sentido, representantes da comunidade santista foram primordiais para que se efetivasse sobre o edifício da antiga Bolsa de Café o estatuto do tombamento, mas para além desse reconhecimento, demonstraram sua importância dentro do espaço urbano e simbólico, uma vez que o prédio, que fora construído dentro de uma concepção da elite cafeeira da época, tornou-se um marco das atividades que ali foram desenvolvidas, e nas quais muitos grupos de trabalhadores se envolveram, e desta maneira também se viam representados naquele monumento. Assim, concluímos que a análise e comparativo entre os processos 421/74 e 1514-T-03 evidenciou a relação da comunidade santista com o patrimônio em questão, algo que seria comprovado também pelo conselheiro do Iphan Ítalo Campofiorito, o qual relatou em seu parecer a “admiração orgulhosa pelo prédio” da comunidade envolvida, fator que auxiliou que o edifício deixasse o abandono e tristeza em que se encontrava em meados da década de 1970 para se tornar hoje um importante equipamento cultural na cidade, um local referência na perpetuação da história da rubiácea para o Estado e para o país.

Além disso, o processo 471/74 apontou para um forte interesse político no tombamento do bem, os quais foram responsáveis por pressões sobre o CONDEPHAAT para o prosseguimento de seu reconhecimento e valoração como patrimônio histórico para o Estado, uma ação que nos mostrou como essa classe, grande parte ainda formada por personagens com passado ligado às poderosas famílias cafeeiras, ainda buscava atuar para trazer elementos da cultura cafeeira na construção da identidade paulista através de grandes monumentos, como o Palácio da Bolsa Oficial de Café.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Caleb F. A fundação de Santos na ótica de Benedito Calixto. *Revista USP: Dossiê Engenho dos Erasmos*, São Paulo, n. 41, p. 120-133, mar./mai. 1999.
- ANASTASSAKIS, Zoy. A cultura como projeto: Aloísio Magalhães e suas ideias para o IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 65-78, 2017.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. *Santos: O porto do café*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.
- ATIQUE, Fernando. De “Casa Manifesto” a “Espaço de Desafetos”: os impactos culturais, políticos e urbanos verificados na trajetória do Solar Monjope (Rio, anos 20 – anos 70). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p.215-231, jan.-abr. 2016.
- ATIQUE, Fernando. A cidade que escolheu ser eclética. In: SALVATORE, Waldir. *Ecletismo Paulista. Italiano Nosso: Felisberto Ranzini e o “estilo florentino”*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 13-20.
- BARBOSA, Gino C.; BARBOSA, Ney C.; ALVES, Jaqueline F. *O Palácio do Café*. São Paulo: Magma Cultural e Editora, 2004.
- CANATO, César. *ARENA e MDB em Araraquara (1965-1979)*. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade : UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia R. R. *Os arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CHUVA, Márcia R. R. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012.
- CHUVA, Márcia R. R. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 79-103, 2017.
- COPEDOC/IPHAN. *Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN 5: Programa de gestão documental do IPHAN*. Rio de Janeiro: Copedoc/Iphan, 2008, 156 p.
- COSTA JUNIOR, Martinho A. da. *Benedito Calixto*. São Paulo: Folha de São Paulo : Instituto Cultural Itaú, 2013.

- CRISPIM, Felipe B. *Entre a geografia e o patrimônio: estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989)*. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.
- D'ALÉSSIO, Márcia M. *Metamorfoses do Patrimônio: o papel do historiador*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 79-90, 2012.
- FARIA, Indira F. *O Espaço como obra: reinterpretação e preservação da arquitetura eclética no caso do Palácio do Café de Santos – SP*. 195 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. *Lembranças de São Paulo: o interior paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solares Edições Culturais, 2003.
- LANNA, Ana Lúcia D. *Uma cidade na transição - Santos: 1870-1913*. São Paulo-Santos: Hucitec : Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação urbana: Santos 1870-1920*. *Revista USP: Dossiê Engenharia dos Erasmos*, São Paulo, n. 41, p. 98-111, mar./mai. 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEMOS, Carlos A. C. *Eclétismo em São Paulo*. In: FABRIS, Annateresa. (org.) *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel : Edusp, 1987, p. 68-100.
- LEMOS, Carlos A. C. *Viagem pela Carne*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- LEMOS, Carlos A. C. *Da taipa ao concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. Organização de José Lira. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MARINS, Paulo C. G. *Trajetoárias de Preservação do Patrimônio Cultural Paulista*. In: *Terra Paulista: Trajetórias Contemporâneas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 137-167.
- MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

- MATEUS, Eliane E. A proteção do patrimônio cultural e o tombamento. *Revista Leopoldianum*, Santos, n. 92-93, p. 117-134, jan./ago. 2008.
- MULLER, Dalila; HALLAL, Dalila R.; RAMOS, Maria da Graça G.; GARCIA, Tania E. M. O despertar do turismo no Brasil: A década de 1970. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, *Book of Proceedings*, v.1, Algarve, 2011.
- NASCIMENTO, Flávia B. do. A arquitetura moderna e o Condephaat no desafio das práticas seletivas. *Revista CPC: Dossiê CONDEPHAAT 50 anos*, São Paulo, v. 13, n. 26 especial, p. 141-161, 2018.
- NEVES, Deborah Regina L.; ZAGATO, José Antônio C. Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas. *Revista CPC: Dossiê CONDEPHAAT 50 anos*, São Paulo, v. 13, n. 26 especial, p. 162-190, 2018.
- PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel : Edusp, 1987, p. 8-27.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: A sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rothschild et al. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado: A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro P.; PINSKY, Jaime (orgs). *Turismo e Patrimônio Cultural*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-34.
- RODRIGUES, Marly. Passados 50 anos... *Revista CPC: Dossiê CONDEPHAAT 50 anos*, São Paulo, v. 13, n. 26 especial, p. 20-44, 2018.
- RUBINO, Silvana. *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- RUBINO, Silvana. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 6-17, mar./mai. 2002.
- SODRÉ, João C. de A. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil: 1938-1962*. 228 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOLEDO, Benedito L. de. Janjão, um patrimônio da nossa memória. *Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, São Paulo, n. 8, p. 254-257, 2000.

WOLFF, Silvia F. S. Visitando a trajetória ou (re)produzindo o passado do CONDEPHAAT. *Revista CPC: Dossiê CONDEPHAAT 50 anos*, São Paulo, v. 13, n. 26 especial, p.45-62, 2018.

REFERÊNCIAS EM MEIO ELETRÔNICO

AQUINO, Felipe. *A História da Igreja: o Concílio de Trento*. 26 nov. 2020. < <https://cleofas.com.br/historia-da-igreja-o-concilio-de-trento/> >. Acesso em 29 jan. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deputados. *Deputado Estadual: João Lázaro de Almeida Prado (Ex-parlamentar)*. Apresenta informações sobre parlamentares. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=299526> >. Acesso em: 01 ago. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deputados. *Deputado Estadual: Rubens Lara (Ex-parlamentar)*. Apresenta informações sobre parlamentares. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300067> >. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm >. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Projeto de Lei nº 920, de 23 de janeiro de 1968. Considera de utilidade pública o “Touring Club Brasil”. Senado Federal. Brasília, DF, 23 jan. 1968. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1194210 >. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 51.596, de 26 de março de 1969. Dá denominação a estabelecimento de ensino. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Casa Civil, São Paulo, 26 mar. 1969. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-51596-26.03.1969.html> >. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 24.961, de 10 de abril de 1986. Adota providências objetivando a extinção da Bolsa Oficial de Café e Mercadorias de Santos. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Secretaria Geral Parlamentar, São Paulo, 10 abr. 1986. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1986/decreto-24961-10.04.1986.html> >. Acesso em: 06 mai. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputados. *Biografia: Deputado Federal Rubens Lara*. Apresenta informações sobre a biografia dos parlamentares. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/deputados/73963/biografia> >. Acesso em: 13 set. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Legislaturas. *Informações sobre a 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Santos: 01 jan. 1960 a 21 dez. 1963*. Disponível em: <

<https://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=84> >. Acesso em: 25 mai. 2020.

CEMITÉRIO MUNICIPAL DE JAHU “ANA ROSA DE PAULA”. Localização de túmulos e dados de falecidos: filhos de Dora Ferraz de Magalhães Prado e José Maria de Almeida Prado. Apresenta dados de falecidos e suas famílias. Disponível em: < <http://www.jau.sp.gov.br/cemiterio/index.php?&mae=Dora%20F%20Magalh%E3es%20Prado&tipo=nomeavancado&pg=&ordby=pai> >. Acesso em 15 ago. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). *Breve História do Turismo e da Hotelaria*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio : Conselho de Turismo : Senac, 2005. Disponível em: < <http://cnc.org.br/editorias/turismo/livros/breve-historia-do-turismo-e-da-hotelaria> >. Acesso em: 25 mai. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Currículo Lattes: Katia Maria Abud. Apresenta informações sobre a formação acadêmica/titulação de profissionais. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/7970751657252708> >. Acesso em: 12 jul. 2020.

DÉCADA de 1970 perpetuou a desigualdade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jun. 2007. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1706200715.htm> >. Acesso em: 30 mai. 2020.

FERRONE, Geraldo. Uma penitenciária para Santos. In: RODRIGUES, Olao. *Almanaque Santos 1971*. São Paulo: W. Roth e Cia Ltda., 1971. Disponível em: < <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0187f.htm> >. Acesso em: 22 ago. 2020.

IPATRIMÔNIO. Patrimônio Cultural Brasileiro. *São Paulo: Obras do pintor Benedito Calixto de Jesus*. Apresenta informações sobre o processo de tombamento do CONDEPHAAT 13996/69. Disponível em: < <http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-obras-do-pintor-benedito-calixto-de-jesus/#!/map=38329> >. Acesso em: 25 mai. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN Paraná. *Notícias: Mário de Andrade*. Apresenta notícias relacionadas ao campo do patrimônio. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade> >. Acesso em: 15 mai. 2021.

LEMONS, Carlos A. C. Os tombamentos do CONDEPHAAT. *Folha de S. Paulo*, Caderno opinião, 29 out. 2014. Disponível em: < <https://m.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/10/1539928-carlos-ac-lemos-os-tombamentos-do-condephaat.shtml> >. Acesso em: 14 dez. 2020.

MENESES, Ulpiano T. B. de; et. al. *A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano*. [Debate].

Patrimônio: atualizando o debate [S.l.:s.n.], 2006. Disponível em: < <https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianoledobezerra.pdf> >. Acesso em: 11 jun. 2020.

PINHEIRO, Maria Lucia B. Origens da noção de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i3p4-14> >. Acesso em: 06 jun. 2020.

PORTIERI, Alarico. ITAPUÍ. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6 jan. 1957. O Correio no interior, 2º caderno, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_10&pesq=%22Jo%C3%A3o%20L%C3%A1zaro%20de%20Almeida%20Prado%22&pasta=ano%20195&pagfis=34960 >. Acesso: 21 ago. 2020.

SANTOS, Cecília R. dos. Lucio Costa: *Problema mal posto, problema repostado*. *Arquitextos*, ano 10, dez. 2009. Disponível em: < [arquitextos 115.01: Lucio Costa: problema mal posto, problema repostado \(1\) | vitruvius](#) >. Acesso em 15 dez. 2020.

UNIRIO (ESCOLA DE MUSEOLOGIA). Blog História da Museologia. *Autores: Hugues de Varine*. Apresenta informações sobre a biografia de autores de conceitos do campo de museologia. Disponível em: < <https://historiadamuseologia.blog/hugues-de-varine/> >. Acesso em 31 out. 2020.

VANTAGENS da produção de cafés finos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1956. *Vida Comercial*, p.4. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=69364&url=http://memoria.bn.br/docreader# >. Acesso em: 12 jul. 2020.

VATICANO (LA SANTA SEDE). Biografia dos Papas. *Paolo III: 220º Papa da Igreja Católica*. Apresenta informações sobre a biografia dos Santos Papas da Igreja Católica. Disponível em: < <http://www.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/paolo-iii.html> >. Acesso em 29 jan. 2021.

VIVA DECORA. Arquitetura. *Museu do Café: História e arquitetura que preserva a arquitetura cafeeira*. Disponível em: < <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/museu-do-cafe/> >. Acesso em: 15 mai. 2021.

FONTES

BRASIL. Secretaria de Estado da Cultura. Processo de Tombamento nº 421/1974. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, São Paulo, SP, 03 abr. 1974.

BRASIL. Secretaria do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Processo de Tombamento nº 1514-T-2003. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 15 ago. 2018, v. I e II.

FERRONE, Geraldo. *No reino da malandragem: estudos de criminologia*. Santos: A Tribuna de Santos Jornal e Editora, 1977.

PUPO, Sylvio L. *Brasil ainda é café*. 2ª ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

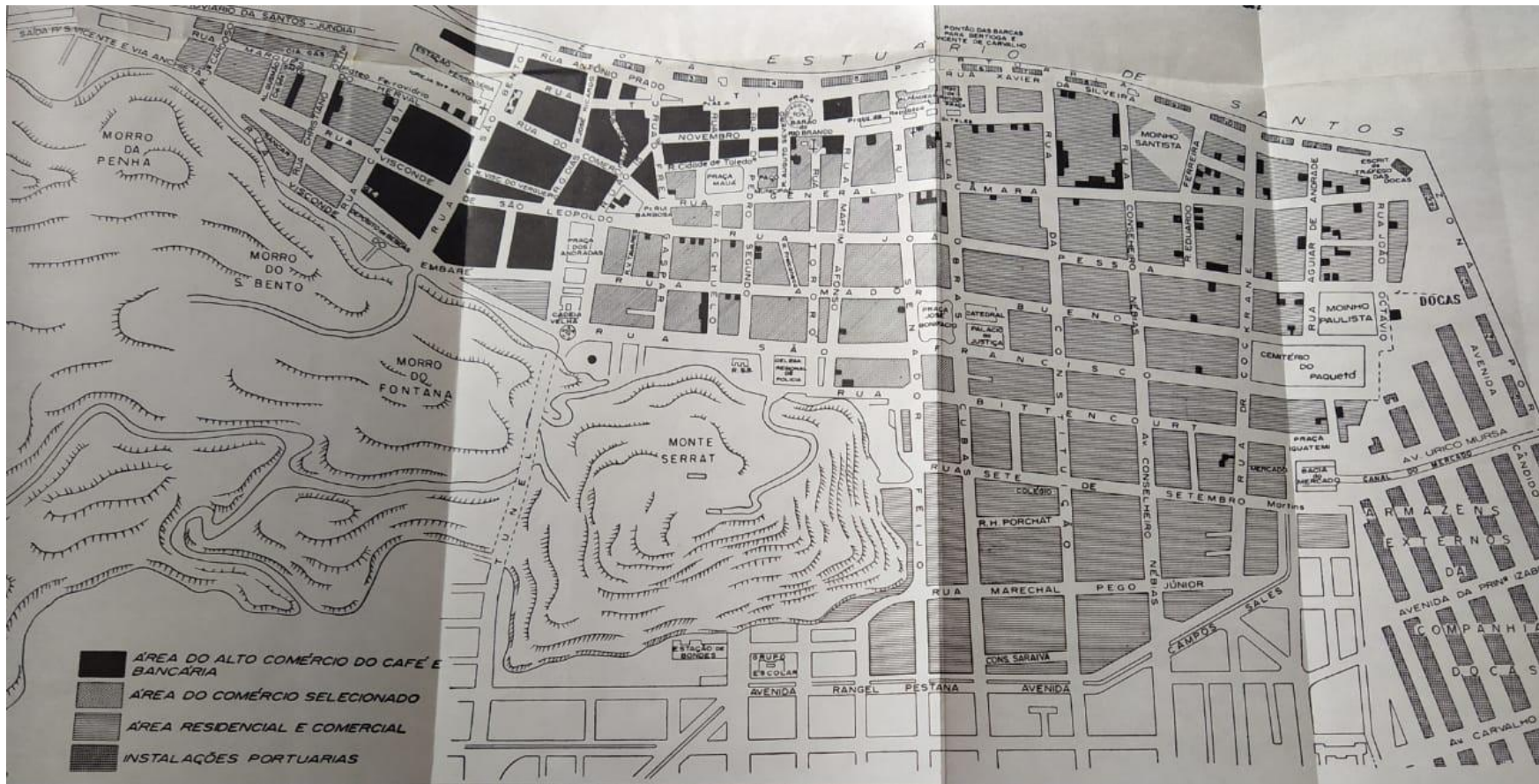
PUPO, Sylvio L. *Café criador de cidades*. São Paulo: Obelisco, 1971.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- ANDRADE, Antônio Luiz D. de. O nariz torcido de Lucio Costa. *Sinopses*, São Paulo, n. 18, p. 5-17, dez. 1992.
- ANDRADE, Wilma Therezinha F. de. *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos, 1870-1930*. 265 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- ANDRADE, Wilma Therezinha F. de. Santos: urbanismo na época do café (1889-1930). In: PEREIRA, Maria A. F. *et al. Santos, café e história*. Santos: Leopoldianum, 1995, p. 89-106.
- BORREGO, Maria Aparecida de M. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CAMARGO, Haroldo L. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- DI CARLO, Ricardo Felipe. *Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836*. 2011. 308 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- GRIGOLETO, Maira Cristina. *A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu Prudente de Moraes*. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. Tradução de Ubirajara Rebouças. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- LEMOS, Carlos A. C. *O que é arquitetura*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARTINS, Ana Luiza (org.). *CONDEPHAAT 50 anos: registros de uma trajetória*. São Paulo: MAS, 2019.
- OLIVEIRA, Lúcia L. *Elite Intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

ANEXOS

ANEXO 1: Santos – Áreas Funcionais do “Grande Centro Comercial”



Fonte: ARAÚJO FILHO, 1969, sem paginação.

ANEXO 2: Quadro de Funcionários da Seção Técnica e Representantes Regionais do Sphan

NOME	ATIVIDADE PROFISSIONAL	PERÍODO	FUNÇÃO
Augusto Meyer	Escritor	1937 a 1939	Representante regional no Rio Grande do Sul
Lucas Mayerhofer	Arquiteto	1939 a 1940	Representante regional no Rio Grande do Sul
Godofredo Filho	Escritor	1938 a 1970	Representante regional na Bahia
Gilberto Freyre	Sociólogo	1938 a 1939	Representante regional em Pernambuco
Ayton Carvalho	Engenheiro	a partir de 1938	Representante regional em Pernambuco
Epaminondas de Macedo	Engenheiro	1936 a 1938	Representante regional em Minas Gerais
Salomão de Vasconcelos	Historiador	1938 a 1945	Representante regional em Minas Gerais
Silvio de Vasconcelos	Arquiteto	a partir de 1945	Representante regional em Minas Gerais
Mário de Andrade	Escritor	1937 a 1938 1941 a 1945	Representante regional em São Paulo. Funcionário do Sphan em São Paulo
Luz Saia	Engenheiro	a partir de 1939	Representante regional em São Paulo
José de Souza Reis	Arquiteto	a partir de 1937	Seção Técnica
Renato Soeiro	Arquiteto	a partir de 1937	Seção Técnica
Alcides da Rocha Miranda	Arquiteto	a partir de 1940	Seção Técnica
Paulo Theclim Barreto	Arquiteto	a partir de 1940	Seção Técnica
Edgar Jacinto	Arquiteto	a partir de 1938	Seção Técnica
Lucio Costa	Arquiteto	a partir de 1938	Seção Técnica

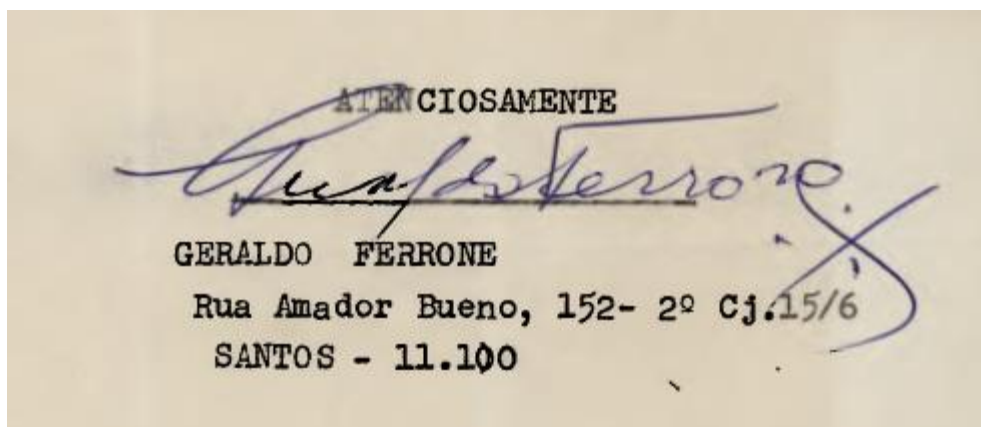
Fonte: CHUVA, 2009, p. 198.

ANEXO 3: Quadro dos Membros do Conselho Consultivo do SPHAN (1938-1946)

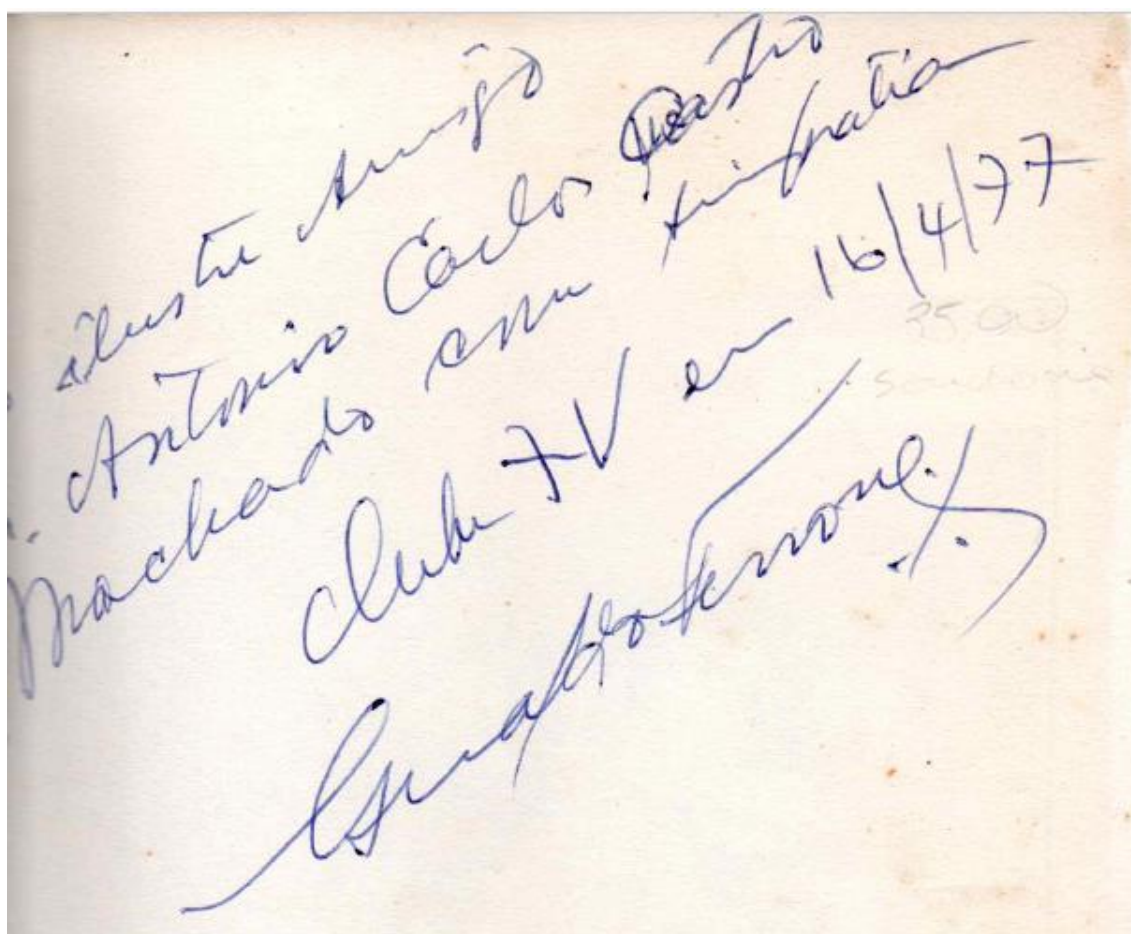
CONSELHEIROS	ATUAÇÃO
Afonso Arinos de Melo Franco	Jurista
Alberto Childe	Arqueólogo
Alcindo de Azevedo Sodré	Historiador
Augusto José Marques Júnior	Artista
Carlos de Azevedo Leão	Arquiteto
Edgar Roquette-Pinto	Antropólogo
Francisco Marques dos Santos	Historiador da arte
Gilberto Ferrez	Historiador
Gustavo Barroso	Advogado
Heloísa Alberto Torres	Antropóloga
José Otávio Corrêa Lima	Artista
Lourenço Luiz Lacombe	Historiador
Manuel Bandeira	Escritor
Oswaldo Teixeira	Artista
Raimundo Lopes da Cunha	Antropólogo
Rodolfo G. de Siqueira	Historiador de arte

Fonte: CHUVA, 2009, p. 226.

ANEXO 4: Comparativo das assinaturas do Senhor Geraldo Ferrone



Fonte: CONDEPHAAT, 1974, Processo 421/74, fl. 4.



Dedicatória encontrada em livro de autoria do Sr. Geraldo Ferrone
 Fonte: FERRONE, Geraldo, 1977, sem paginação.